UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

TATIANE MARIA HORST CARDOSO

PRODUÇÕES TEXTUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADAS: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

PONTA GROSSA
2019

TATIANE MARIA HORST CARDOSO

PRODUÇÕES TEXTUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADAS: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito de avaliação parcial para a obtenção do título de mestre em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Lourenço dos Santos

PONTA GROSSA
2019

Cardoso, Tatiane Maria Horst

C268 Produções textuais de crianças e adolescentes institucionalizadas: uma análise à luz da Teoria da Relevância / Tatiane Maria Horst Cardoso. Ponta Grossa, 2019.

96 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Lourenço dos Santos.

1. Inferências. 2. Ostensão. 3. Relevância. 4. Esforço. 5. Efeito. I. Santos, Sebastião Lourenço dos. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linguagem, Identidade e Subjetividade. III.T.

CDD: 808

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia Fernandes Bertholino dos Santos- CRB9/986

TATIANE MARIA HORST CARDOSO

PRODUÇÕES TEXTUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de
Mestre em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Área de concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 29 de outubro de 2019.

Sebastião Lourenço dos Santos
Doutor em Estudos Linguísticos – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh
Doutora em Linguística – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Elena Godoy
Doutora em Ciências/Linguística – Universidade Federal do Paraná

Dedico à minha filha Maria Vitória

AGRADECIMENTOS

Agradecer... Momento de reconhecer e retribuir através do pouco que tenho o muito que fizeram por mim ao longo dessa caminhada.

Inicio agradecendo Àquele que é meu tudo, aquele que me fortaleceu nos momentos de dúvida, insegurança e franqueza, dando-me sabedoria para redigir as palavras certas nos momentos certos: Deus.

Meu agradecimento à minha pequena Maria Vitória, filha tão amada e desejada, que decidiu acompanhar a mamãe desde o início desta jornada. Mamãe recebeu a notícia da aprovação do mestrado em 01 de dezembro de 2016 e logo no dia 02 que você já iria me acompanhar nas viagens. Obrigada minha pequena, pela paciência com mamãe.

Agradeço ao Laertes, esposo, amigo, companheiro e parceiro, que me auxiliou e apoiou incondicionalmente.

A você pai Alcides e mãe Diva, que na reta final acabaram se tornando papai e mamãe da Maria Vitória, me dando o maior apoio na conclusão desta pesquisa, o meu muito obrigada.

Obrigada professor Sebastião, pela paciência. Ora, não foi fácil, você de fato teve que ter muita calma para ler minhas ideias muitas vezes controversas. Obrigada pela dedicação e apoio. Você sabe, não foi fácil. Lembro-me de um e-mail que escrevi dizendo: “Professor, não tem nada nem parecido que eu possa me apoiar em minhas análises!” e você muito calmo me disse: “Isso é pesquisa!”. Obrigada, não tenho palavras para expressar minha gratidão.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir a interpretação de produções textuais produzidas por crianças e adolescentes institucionalizadas pela perspectiva da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1986/95). Trata-se de um estudo qualitativo. Para a realização dessa pesquisa, realizamos contato com algumas escolas municipais e estaduais do município de Irati – PR que recebem crianças que vivem nesse contexto. As produções foram realizadas nas aulas de língua portuguesa. Nosso pilar durante as análises foram a ostensão comunicativa do professor/enunciado vinculada ao esforço e efeito cognitivo causado nos alunos. Quem enuncia sempre tem uma intenção, a qual jamais será decodificada, apenas inferida. O processo inferencial é um poderoso mecanismo cognitivo capaz de sempre gerar mais conhecimento, é através dele que conseguimos interpretar enunciados e elocuções, sejam eles implícitos ou explícitos. Apontamos sobre a importância das crenças, experiências vividas, valores, contextos durante o processamento de informações.

PALAVRAS-CHAVE: inferências, ostensão, relevância, esforço, efeito.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la interpretación de producciones textuales producidas por niños y adolescentes institucionalizados desde la perspectiva de la teoría de la relevancia de Sperber y Wilson (1986/95). Es un estudio cualitativo. Para llevar a cabo esta investigación, nos pusimos en contacto con algunas escuelas municipales y estatales en el municipio de Irati - PR que reciben niños que viven en este contexto. Las producciones se llevaron a cabo en clases de portugués. Nuestro pilar durante los análisis fue la ostensión comunicativa del profesor / declaración relacionada con el esfuerzo y el efecto cognitivo causado en los estudiantes. El que pronuncia siempre tiene una intención, que nunca será decodificada, solo inferida. El proceso inferencial es un poderoso mecanismo cognitivo que siempre puede generar más conocimiento, es a través de él que podemos interpretar enunciados y enunciados, ya sean implícitos o explícitos. Señalamos la importancia de las creencias, experiencias vividas, valores, contextos durante el procesamiento de la información.

Palabras-clave: inferencias, ostención, relevancia, esfuerzo, efecto

Lista de Figuras

Figura 1: Distribuição de Abrigos por Região do Brasil em 2013……23

Figura 2: Distribuição de Casas-Lares por Região do Brasil em 2013…….23

Figura 3: Principais motivos do acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos no Brasil em 2013… …….27

Figura 4: Principais motivos do acolhimento de crianças e adolescente sem Casas-Lares no Brasil em 2013……..……..28

Figura 5: Formação de novas sinapses……..38

Figura 6: Modelo de comunicação segundo Weaver Jakobson/Shannon…….45

Figura 7: Ilustração entregue aos alunos como recurso visual para produção textual……..62

Lista de Tabelas

Tabela 1: Distribuição dos serviços de acolhimento institucional no Brasil por região em 2013.....24

Lista de Siglas

CNJ	Conselho Nacional de Justiça
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
NCPI	Núcleo Ciência pela Primeira Infância
TR	Teoria da Relevância
PC	Princípio de Cooperação

SUMÁRIO

Introdução.....12

Capítulo 1 – O acolhimento institucional.....18
1.1 Abrigo ou Acolhimento Institucional?.....18
1.1.1 Modalidades de Acolhimento institucional para crianças e adolescentes.....19
1.1.2 Legislação que rege o serviço de acolhimento no Brasil.....23
1.1.3 Principais causas que levam ao acolhimento institucional.....25
1.2 Abrigo: Nova morada.....26
1.2.1 Identidade: uma cultura em movimento.....27
1.3 Emoções e sentimentos: Atos irracionais que influenciam a razão.....29
1.3.1 Cérebro Emocional e Cérebro Racional.....29
1.3.2 Enunciados: uma interpretação provida de razão somente?.....30
1.4 Primeira infância: um *constructo* fundamental no processo de aprendizagem.....33
1.4.1 Abordando a Primeira Infância.....33
1.4.2 Os impactos da Primeira Infância no processo de aprendizagem.....35

Capítulo 2 – Pragmática: uma questão prática concreta.....38
2.1 Os primeiros passos da pragmática.....38
2.2 A relevância da pragmática aos estudos da linguagem.....39
2.3 A relevância da Teoria da Relevância no processo comunicativo.....42
2.3.1 O princípio da relevância.....46
2.3.2 Cognição e relevância.....47
2.4 Inferência: a mente em ação.....49
2.4.1 Grice e as máximas conversacionais.....50
2.4.2 Implicaturas conversacionais.....51
2.4.3 O Ato Comunicativo.....52
2.5 Contexto: do anonimato ao protagonismo no processo comunicativo.....54
2.5.1 O texto no contexto.....55

Capítulo 3 - Análise das produções textuais.....57
3.1 Metodologia do trabalho.....57
3.2 O texto e suas entrelinhas.....58

Considerações Finais.....82

Referências..... 85

Anexo A – Produção Textual 01.....90
Anexo B – Produção Textual 02.....91
Anexo C - Produção Textual 03.....92
Anexo D – Produção Textual 04.....93
Anexo E – Produção Textual 05.....94
Anexo F – Produção Textual 06.....95
Anexo G – Produção Textual 07.....96

Introdução

Os estudos sobre a linguagem humana sempre foram alvo de grandes especulações desde a Grécia antiga com Platão e Aristóteles até a contemporaneidade, com filósofos da linguagem, gramáticos, linguistas e outros estudiosos. A partir do momento em que esses estudos saíram da abstração e passaram a ser estudados e analisados como prática social, muitos foram os seus desdobramentos. A pragmática, perspectiva teórica que se desenvolveu no decorrer do século XX, é uma das filhas caçula da linguística que conquistou seu território dentro dos estudos linguísticos, ao propor um estudo interdisciplinar para a linguagem. Para a pragmática, a construção e a interpretação do significado ocorrem nas interações entre falante e ouvinte e são dependentes de fatores linguísticos e extralinguísticos envolvidos no discurso.

Segundo Morris (1938, *apud* COSTA 2008, p.20) a pragmática é a ciência que trata da relação entre signos e seus intérpretes, e com base nos apontamentos de Peirce, agregou aos seus estudos o famoso triângulo semiótico. É com Morris, portanto, que a pragmática começou a sistematizar-se enquanto corrente teórica. Já Costa (2008) explica que a pragmática se caracteriza pelo estudo da linguagem em uso. Isto é, trata-se da ciência do uso linguístico, que estuda as condições que governam a utilização da linguagem.

Santos e Godoy (2017), num trabalho preciso sobre a trajetória e perspectivas da pragmática no Brasil, salientam que o fato de hoje ela gozar de autonomia e prestígio nas principais universidades, é fruto de um árduo trabalho. Para os autores a busca sobre quais eram os domínios teóricos, bem como o a concepção do que seria o objeto da pragmática, foi o que levou à rejeição da ciência nas universidades brasileiras no decorrer dos anos 70 e 80. Logo, durante os anos 2000, com a guinada linguística nas universidades nacionais, a pragmática passou a ser vista como ciência da linguagem consolidada em todo o território nacional, sendo uma disciplina irreverente, autônoma, dinâmica e com identidade própria. (SANTOS; GODOY, 2017)

Partindo dos pressupostos teóricos da Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2001), que trazem uma abordagem envolvendo questões comunicativas, psicológicas e cognitivas para descrever como ocorre o processo de interpretação do ouvinte, faremos análises de produções textuais de crianças e/ou adolescentes institucionalizadas, isto é, que vivem em abrigos. Nossa hipótese é que o contexto, bem como as experiências, crenças, memória afetiva e demais fatores extralinguísticos podem interferir diretamente na interpretação de enunciados bem como em suas produções textuais. Haja vista que a

construção do significado linguístico ocorre a partir das interações entre falantes e ouvintes, acreditamos que os fenômenos pragmáticos inerentes à linguagem estão presentes em nosso dia a dia, seja em casa, no trabalho, na escola, supermercado, e em todos os lugares onde há situação comunicativa.

Dessa forma ao optamos por fazer uma pesquisa, tendo como objeto a análise de produções textuais de crianças e/ou adolescentes institucionalizados partindo da nossa hipótese, nosso objetivo principal era: verificar se o contexto de institucionalização afeta a produção textual de crianças institucionalizadas.

A partir do objetivo articulador, com base nos pressupostos da Teoria da Relevância, derivamos outros objetivos mais específicos com a finalidade de comprovar nossa hipótese:

- Analisar, por intermédio da Teoria da Relevância, a produção textual de crianças institucionalizadas;
- Descrever como o sistema cognitivo-inferencial dos alunos institucionalizados atua na interpretação de enunciados do contexto escolar;
- Ampliar o debate em torno do ensino-aprendizagem desses alunos.

Todavia, ao longo da pesquisa nos deparamos com algumas dificuldades de cunho prático, os quais elencamos a seguir:

- A falta de referencial teórico, vinculando a Teoria da Relevância à análise de textos;
- A escassez de material investigativo acerca de produções textuais de crianças e/ou adolescentes que vivem em abrigos;
- O ineditismo da pesquisa, fato este que nos levou a criar um método analítico pragmático específico para nosso trabalho.

Ademais, é deveras importante registrar, que muito da escrita deste trabalho, são reflexões e discussões das aulas ocorridas no primeiro semestre de 2017, na Disciplina Linguagem, Cognição e Relevância, ofertada pelo Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa, bem como dos longos debates nos encontros de orientação.

Nos termos desta dissertação, ressaltamos que nossa intenção é propor a análise de produções textuais de crianças e/ou adolescentes que vivem em abrigos com base nos princípios da Teoria da Relevância. Interessa-nos também fazer alguns apontamentos acerca da importância do contexto, da memória enciclopédica e afetiva e os processos inferenciais

dos alunos, uma vez que estes elementos possibilitam explicar muitas lacunas que se encontram abertas em nossa prática pedagógica quando não conseguimos dar conta de certas ocorrências linguísticas de nossos alunos. Dessa maneira, apontamos a viabilidade do uso da Teoria da Relevância nos processos de análises.

Segundo Siqueira e Dell'Aglio (2006), crianças e adolescentes que vivem em abrigos, quase que em sua totalidade, carregam traumas físicos e/ou psicológicos desencadeados no passado, traumas esses gerados na maioria das vezes pelos seus genitores. O contexto situacional em que estes menores estão inseridos não é o melhor do mundo, mas, é o ideal no tempo presente, pois os afasta de seus agressores e eles não ficam vulneráveis a situações de risco. No que tange ao processo de escolarização, a institucionalização, atrelada aos traumas pelos quais esses menores passaram, coloca-os diante de um processo de aprendizagem significativamente dificultoso. Acreditamos que lembranças e fatores emocionais podem interferir no atual contexto situacional em que estão inseridos, comprometendo seu desempenho linguístico de aprendizagem.

Pauli e Ferreira (2009), num trabalho de revisão bibliográfica, apontam que crianças que já passaram pelo acolhimento institucional, ou seja, que já moraram em Orfanatos, Abrigos e/ou Casas-Lares, apresentam grande dificuldade no processo de aprendizagem após a adoção, sendo esta estadia considerada o principal fator para tal situação. Todavia, Castro (2011) diz que para estudar o desempenho escolar não se deve considerar apenas componentes individuais da criança, bem como a sua condição de filho biológico ou adotivo, mas sim todas as peças de uma rede interacional da qual a criança faz parte.

Desenvolver esta pesquisa, tendo como objeto de estudo produções textuais de crianças e/ou adolescentes institucionalizadas, surgiu da grande empatia por menores que vivem nesse contexto de institucionalização. No ano de 2013 fui convidada a trabalhar numa unidade de acolhimento[1] como professora de apoio para as crianças e adolescentes que ali residiam. Num primeiro momento o contexto situacional daqueles menores me chamou muita atenção, afinal, era uma experiência nova e muito desafiadora. Com o passar dos meses surgiram alguns questionamentos relacionados ao ensino/aprendizagem daqueles menores, tais como: a) grandes dificuldades de aprendizagem; b) falta de zelo pelo seu material; c) A maioria das crianças e/ou adolescentes daquela unidade de acolhimento frequentavam atividades de contra turno escolar, classe especial e sala de recursos; d) inúmeras queixas de

[1] Unidade de acolhimento: Casa-Lar, Abrigo Institucional, Casa de Passagem.

cunho comportamental das crianças por parte dos professores das redes municipal e estadual de ensino.

Perante o exposto, sobre a situação desses menores, surgiu a ideia de inserir-me a um programa de pós-graduação para tentar encontrar respostas para algumas das questões observadas. Crianças e/ou adolescentes que vivem em acolhimento institucional frequentam escolas públicas, e formam um conjunto de uma diversidade presente em sala de aula com particularidades específicas e pontuais. Uma turma do ensino fundamental II e do ensino médio abarca cerca de 40 alunos em uma sala de aula e muitas vezes o professor não consegue dar conta do ensino em razão de tamanha heterogeneidade escolar. Porém, pesquisas na área das ciências humanas, surgem com o objetivo de dar apoio e fornecer subsídios para que se possa trabalhar com efetividade e eficiência na busca de sempre amenizar as queixas e situações problemas que surgem nesses ambientes.

No decorrer de 2015 deixei de atuar como professora naquela entidade em que sou colaboradora e passei a compor o grupo administrativo da instituição. Logo a ideia de ingressar no mestrado e desenvolver a pesquisa tornou-se fervorosa. Ao ingressar no programa de pós-graduação da UEPG em 2017, encontrei na Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2001) uma base pertinente e de extrema relevância para fundamentar as análises das produções textuais, uma vez que essa teoria é um modelo teórico que centra seus pressupostos nas questões cognitivas e psicológicas das situações comunicativas.

Com base na hipótese de que as experiências dessas crianças e adolescentes tendem a refletir-se em possíveis traumas psicológicos durante o processo de aprendizagem e em suas produções textuais, para a consecução deste estudo utilizaremos uma metodologia de pesquisa de cunho qualitativo. Segundo Best (1972, p.13) a pesquisa qualitativa é de caráter descritivo, uma vez que aborda aspectos de descrição, registro, análise e interpretação dos fenômenos.

No âmbito da ética acadêmica, nossa pesquisa segue as regras legais do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Trata-se de um órgão colegiado interdisciplinar e independente que defende os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo no desenvolvimento da pesquisa dentro de todos os padrões éticos.

Por se tratar de uma pesquisa em que o objeto de análise não envolve as pessoas diretamente e sim suas produções textuais, sendo essas repassadas à pesquisadora por professores das instituições colaboradoras, sem identificação e/ou qualquer marca individual que possa colocar em xeque a identificação de quem as produziu, seguimos a orientação do Professor Ulisses Coelho, Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da UEPG, conforme

conversa via telefone na data de 10 de outubro de 2018. Durante o contato o coordenador abordou a resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, a qual destaca em seu parágrafo único, inciso VII o seguinte: "não serão registradas e nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP pesquisa que objetive o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito." Assim sendo, nosso estudo está dispensado de registro naquele órgão colegiado da UEPG.

A realização desta pesquisa é deveras importante para a classe acadêmica, pois trata de mais uma diversidade presente em nossas escolas, uma vez que busca investigar o desempenho linguístico de crianças e/ou adolescentes que vivem em abrigos. Ademais, a pesquisa é relevante para todos aqueles profissionais engajados na pesquisa e que procuram trabalhar de forma reflexiva e consciente, criando e estabelecendo métodos que venham a contribuir para um ensino de maior qualidade e eficácia em nosso país, uma vez que apresenta uma abordagem investigativa textual de uma diversidade presente em todo território nacional.

Com vista à boa adequação acadêmica, estruturamos este trabalho em três capítulos. O primeiro capítulo está dividido em quatro tópicos e oito sub-tópicos. Num primeiro momento contextualizaremos o que é o acolhimento institucional, as modalidades de acolhimento e a legislação que rege esse tipo de serviço no Brasil. Também apresentaremos dados estatísticos sobre as principais causas que levam ao acolhimento no país, bem como as questões culturais envolvidas nesse processo. Falaremos um pouco sobre as emoções e sentimentos, e, sobre os impactos das vivências da primeira infância no desenvolvimento da criança.

No segundo capítulo faremos um apanhado sobre a importância da pragmática dentro dos estudos linguísticos para a prática pedagógica. Traremos alguns dados históricos e conceitos básicos que tendem a nos auxiliar na análise dos textos. Nesta parte do trabalho abordaremos os pressupostos teóricos da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (2001) e o papel dos processos inferenciais para o ato comunicativo. Por fim explanaremos sobre o contexto durante o processo de análise das produções textuais.

Já o terceiro capítulo é a parte analítica de nosso trabalho. Iniciamos expondo a nossa metodologia investigativa e fazendo algumas considerações acerca do texto. Na sequência iniciamos as análises das produções textuais, ancoradas e embasadas pela Teoria da Relevância.

Por fim, a síntese de nossa pesquisa, bem como suas contribuições na análise e interpretação das produções textuais, está nas considerações finais. Com esta pesquisa, temos o intuito de dar o pontapé inicial para novos estudos acerca das possibilidades, limitações e

possíveis alianças que a Teoria da Relevância possa fazer com outras perspectivas teóricas, visando ampliar o conhecimento humano

Capítulo 1 – O Acolhimento Institucional

> A criança desprotegida que encontramos na rua não é motivo para revolta ou exasperação, e sim um apelo para que trabalhemos com mais amor pela edificação de um mundo melhor".
>
> (Chico Xavier)

1.1 Abrigo ou Acolhimento Institucional?

Durante muito tempo na história das políticas públicas, o termo "abrigo" foi utilizado como definição de lugar em que residem crianças, adolescentes, jovens e idosos que vivem em situação de risco e/ou vulnerabilidade social e que haviam sido afastadas do convívio familiar. Embora ainda seja corriqueiramente usado, o termo abrigo já vem sendo substituído por "acolhimento institucional", conforme orientação do Plano Nacional do Sistema Único de Assistência Social.

O acolhimento institucional de uma criança e/ou adolescente é uma medida de caráter excepcional e extrema, já que priva o menor de um de seus direitos básicos: o convívio familiar. A medida aplica-se aos casos em que já foram esgotadas todas as possibilidades da permanência do menor junto à sua família.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 101, inciso 1º, a permanência de um menor dentro de uma instituição de acolhimento deve dar-se no menor tempo possível – não deve ultrapassar a dois anos – uma vez que criança e adolescente são prioridades absolutas para o Estado e devem ter seus casos e processos julgados de maneira rápida. Contudo, na prática, não é isto que acontece, pois existem crianças que chegam a permanecer de três a quatro anos dentro da unidade ou, em casos extremos, sua permanência se estende até elas completarem a maioridade. Siqueira e Dell'Aglio (2006), num trabalho preciso de revisão de literatura, apontam para o impacto que a institucionalização pode acarretar na vida de uma criança e/ou adolescente inseridos neste contexto

O último documento publicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público com dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social em 2013 aponta uma média de 30 mil crianças e adolescentes institucionalizadas, sendo 2.845 no estado do Paraná. Em 2018 o Observatório do Terceiro Setor[2] disponibilizou na sua página dados fornecidos pelo

[2] O Observatório do Terceiro Setor é uma agência brasileira de conteúdo multimídia com foco nas temáticas sociais e nos direitos humanos. Reúne plataformas de TV, de rádio e digitais para divulgar as ações das organizações da sociedade civil.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontando que o número havia subido para 47 mil menores institucionalizados.

Todo serviço de acolhimento institucional deve proporcionar proteção provisória para crianças e adolescentes, que em algum dado momento, são privados da convivência familiar ou que se encontram em situação de risco pessoal e tiveram seus direitos violados. Nenhuma instituição, por mais bem estruturada que seja, é o melhor lugar do mundo para a criança viver; mas, é um local ideal e seguro no tempo presente.

É importante salientar que os serviços de acolhimento institucional em momento algum tendem a substituir a família. Contudo, devem oferecer carinho, valores, cuidados e orientações que venham a contribuir para sua formação psicossocial, pois a criança não foi parar na instituição porque quis, mas sim devido a algum motivo ligado a ela que a privou da convivência familiar.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) divide os serviços ofertados à comunidade em três: **1. Serviços de proteção social básica,** atendimentos à família, fortalecimento de vínculos, serviços de proteção básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas; **2. Serviços de Proteção Especial – Média complexidade**, atendimentos especializados ao indivíduo da família, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, serviços de proteção especializada a idosos e suas famílias bem como portadores de deficiência e serviços especializados para pessoas em situação de rua; **3. Serviços de Proteção Especial – Alta complexidade**, são os serviços de acolhimento institucional, acolhimento em república e família acolhedora, além de proteção em situações de calamidades públicas e emergências.

Ou seja, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes é categorizado segundo publicação do Conselho Nacional de Assistência Social (2014) nas tipificações do SUAS como um serviço de alta complexidade, devendo este ser executado e realizado de maneira muito cautelosa e sigilosa pela equipe técnica multidisciplinar[3], já que trata de menores e seus processos correm em segredo de justiça.

1.1.1 Modalidades de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes

O serviço de acolhimento institucional pode ser conduzido tanto por instituições governamentais como não governamentais, ou seja, organizações da sociedade civil também

[3]A equipe técnica multidisciplinar do serviço de acolhimento é composta por: psicólogo, pedagogo e assistente social, sendo que cada equipe pode atender no máximo 20 crianças e/ou adolescentes e suas respectivas famílias.

podem prestar este tipo de serviço desde que sigam todas as orientações técnicas estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e obedeçam à legislação vigente. Destacamos na sequência as três modalidades reconhecidas legalmente que se encontram registradas no Manual do Conselho Nacional do Ministério Público (2013)[4]:

- **Abrigo Institucional** esta modalidade pode atender um público de até 20 (vinte) menores. A unidade institucional deve assemelhar-se o máximo possível a uma residência, com profissionais capacitados e preparados para receber e acolher todos os tipos de demanda que possam surgir, principalmente quando se trata de acolhimentos emergenciais. Dentro desta modalidade é importante que cuidadores/educadores trabalhem em turnos fixos diários.

- **Casa-Lar**: dentro desta modalidade a residência deve conter pelo menos um educador/cuidador residente, prestando cuidados a um grupo de até 10 (dez) crianças e/ou adolescentes. Este tipo de serviço busca estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, preservando rotinas que se aproximem o máximo possível das de uma família.

- **Casa de passagem**: este é um tipo de serviço voltado a adultos e famílias. Porém, ele está sendo considerado, porque tem existido muitos casos de casas de passagens específicas para crianças e adolescentes. Esta modalidade prevê um acolhimento de curto prazo com uma duração mínima possível, para que se realize um diagnóstico e no caso específico de menores, que eles sejam encaminhados imediatamente à família ou para o acolhimento institucional na modalidade **abrigo** ou **casa lar**.

É importante ressaltar que, apesar de serem modalidades diferentes, tanto Casa-Lar quanto Abrigo Institucional devem prestar atendimentos personalizados, seja em pequenos grupos ou individual, buscando sempre favorecer o convívio familiar. É dever da instituição, proporcionar às crianças e/ou adolescentes atividades sociais, esportivas, educativas, culturais, bem como não afastar os menores do convívio comunitário, uma vez que eles não estão presos e privados de liberdade mas sim sob medida protetiva judicial.

De acordo com as fiscalizações realizadas em 2013[5] pelos promotores de justiça da infância e juventude, o maior número de unidades de acolhimento institucional na modalidade **Abrigo** está na região Sudeste, ao passo que na modalidade **Casa-lar** na região Sul, mais especificamente o estado do Paraná, apresenta maior número de instituições. Segundo dados

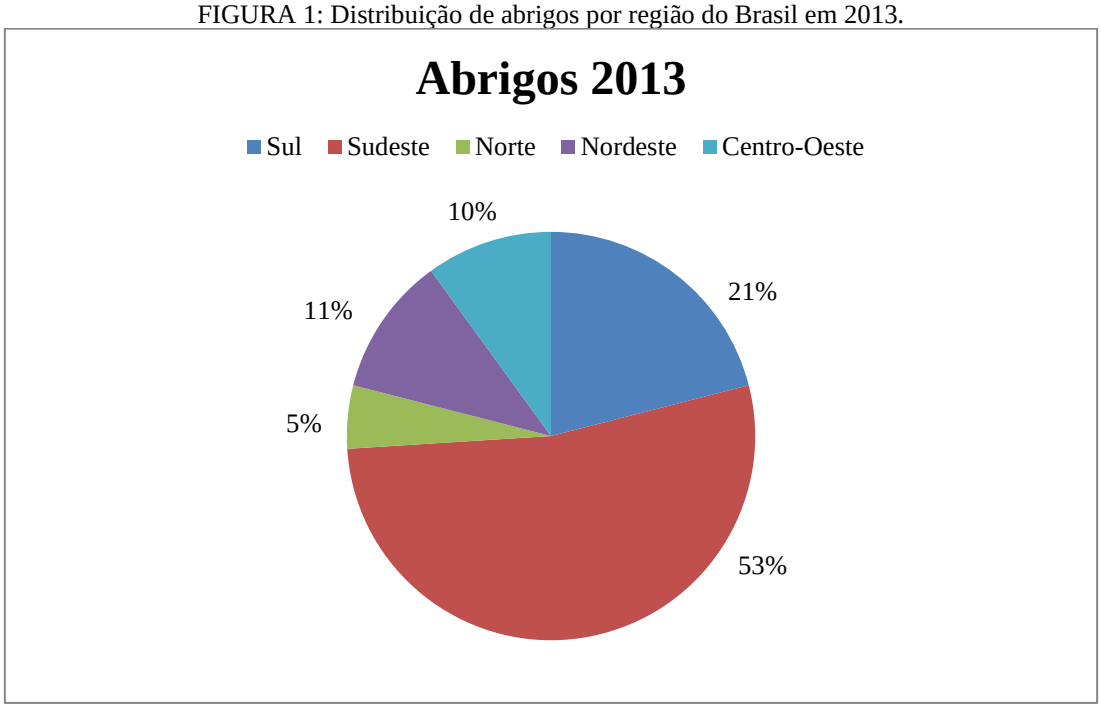
[4] É facultativo/a dentro dos municípios, a implantação de uma modalidade chamada Família Acolhedora. Segundo o CNJ as famílias acolhedoras são responsáveis por cuidar da criança e/ou adolescente até que retornem para a família de origem ou sejam encaminhadas para adoção.

[5] Este foi o último documento publicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público com dados estatísticos sobre os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes no país.

levantados pelos promotores, em 2013 o estado do Paraná apresentava 169 entidades na modalidade Casa-Lar de um total de 511 instituições inspecionadas no país.

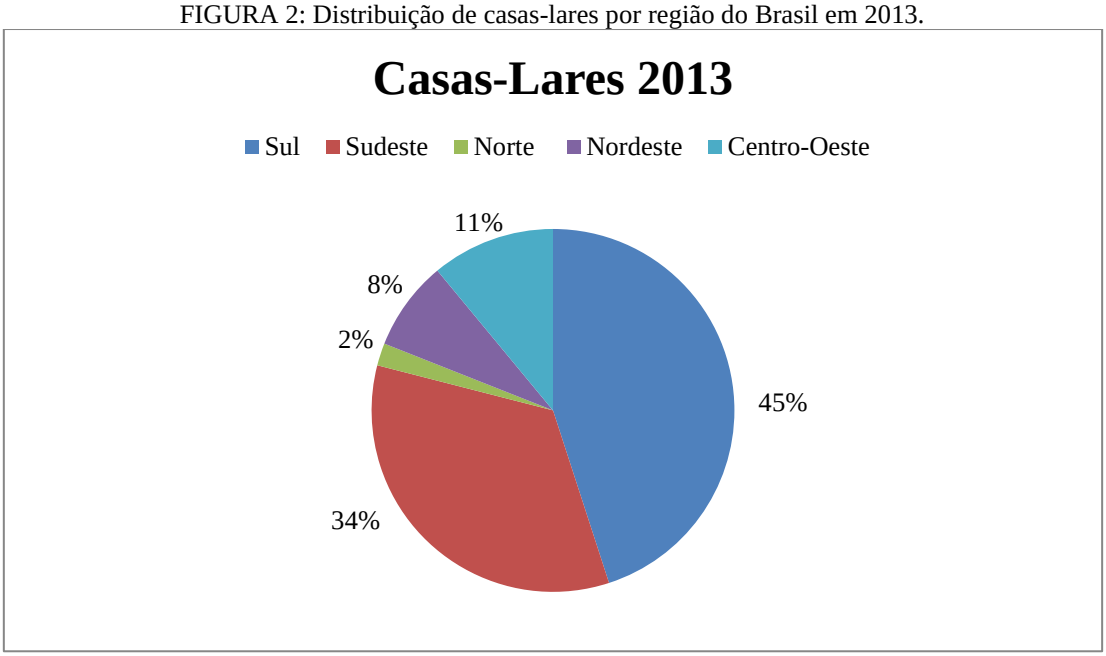
Apresentamos nas figuras 1 e 2 como se dá a distribuição de Abrigos e Casas-lar no Brasil através dos últimos gráficos publicados pelo Conselho Nacional do Ministério Público:

FIGURA 1: Distribuição de abrigos por região do Brasil em 2013.



FONTE: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília, 2013

FIGURA 2: Distribuição de casas-lares por região do Brasil em 2013.



FONTE: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília, 2013

Ambas as modalidades são de grande importância, porém a Casa-lar é de grande relevância para os serviços de acolhimento, pois sua política de trabalho é a permanência de um morador residente, fato este crucial para o desenvolvimento psicossocial do acolhido. Esta modalidade tende a proporcionar a ideia da não rotatividade de pessoas, ou seja, aproxima-se mais do conceito de família.

Apesar de ser considerada a mais apropriada, a modalidade casa-lar ainda apresenta um número bem menor de unidades de atendimento no país, conforme podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 1: Distribuição dos serviços de acolhimento institucional no Brasil por região em 2013.

Região	**Acolhimento Institucional**				**Total de Unidades**	
	Abrigo		**Casa-Lar**			
Centro- Oeste	171	75,7%	55	24,3%	226	100%
Nordeste	186	81,6%	42	18,4%	228	100%
Norte	92	89,3%	11	10,7%	103	100%
Sudeste	914	84,1%	173	15,9%	1.087	100%
Sul	373	61,9%	230	38,1%	603	100%
Total Geral	**1.736**	**77,3%**	**511**	**22,7%**	**2.247**	**100%**

FONTE: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília, 2013

Nenhuma criança pede para ir para o Abrigo ou Casa-lar, ela vai por extrema necessidade. Os órgãos legais que têm o poder de encaminhar um menor para o acolhimento institucional são o Conselho Tutelar e o Poder Judiciário. Ou seja, o conselho tutelar pode retirar uma criança e/ou adolescente de casa e levar para uma Unidade de acolhimento, devendo em até 24 horas comunicar o poder judiciário sobre tal fato para que este trate da documentação, expedindo guia de acolhimento que assegure a permanência do infante na instituição. Geralmente este tipo de situação em que o Conselho Tutelar retira o menor de casa sem ordem judicial ocorre em casos de denúncia ou em finais de semana e feriados.

Outra situação recorrente é o acolhimento acontecer já com prévia ordem judicial, ou seja, existem casos que são notificados pelos equipamentos de referência CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – e CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social – ao poder judiciário e este determina que o Conselho Tutelar faça o acolhimento. Os serviços de referência sugerem ao juiz o acolhimento depois de esgotadas todas as possibilidades de permanência do menor dentro da família.

Desse modo, os serviços de acolhimento institucional desempenham importantíssimas funções dentro da sociedade, porque cumprem um papel fundamental na vida dos menores que necessitam deste tipo de atendimento, ou seja, é um trabalho que demanda muito preparo por parte dos profissionais que ali atuam.

1.1.2 Legislação que rege o Serviço de Acolhimento no Brasil

De acordo com a Constituição Federal de 1988 a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado. Vejamos o que diz o artigo 227:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Partindo do estabelecido no artigo acima, toda criança e adolescente tem o direito de crescer e conviver sob as bases de sua família, porém, nem sempre isso acontece, uma vez que a família muitas vezes deixa de ser um lugar acolhedor e de proteção, passando a ser um vilão na vida de muitas crianças. Muitos pais e/ou responsáveis além de não protegerem seus filhos, são os violadores de seus direitos dentro de suas próprias casas. Os motivos pelos quais os menores são retirados de suas casas são diversos e costumam ser impactantes para a sociedade. No próximo tópico veremos os índices e motivos dessa realidade.

Daí a importância das instituições de acolhimento serem sólidas, sérias e todas legalmente constituídas, pois esses menores não podem e nem devem ser vítimas novamente da sociedade. É dever, portanto, do Estado subsidiar e atender toda a demanda existente, proporcionando suporte físico, técnico e financeiro para a prestação do serviço com qualidade.

Destacamos ainda, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Art. 92, os princípios que as instituições de acolhimento institucional devem adotar no exercício de suas atividades:

> I – preservação dos vínculos familiares; II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III – atendimento personalizado em pequenos grupos; IV – desenvolvimento de atividades em regime de co educação; V – não-desmembramento de grupos de

> irmãos; VI – evitar sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII – participação na vida comunitária local; VIII – preparação gradativa para o desligamento; IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo. (BRASIL, 1990)

A literatura aponta que a existência de abrigos no Brasil se deu no final do século XVII. Porém, antes do Estatuto da Criança e do Adolescente ser sancionado, as instituições que acolhiam crianças e adolescentes eram os antigos orfanatos e colégios internos. A grande diferença dessas instituições para os serviços de acolhimento de hoje é que os menores que moravam nesses lugares eram vistos como "abandonados" e ficavam totalmente excluídos do convívio social, já que eram instituições consideradas de longa permanência. Além disso, não existiam trabalhos efetivos que buscassem o fortalecimento de vínculos com familiares e muito menos projetos que garantissem a inserção desses menores na sociedade, assegurando uma convivência comunitária efetiva com vistas à reinserção na família biológica ou substituta o mais breve possível.

Atualmente o pleno funcionamento de uma instituição deve seguir uma série de normativas. Uma Casa- Lar e um Abrigo Institucional devem ter registros vigentes no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), além de certificação estadual e nacional, tendo o reconhecimento nos respectivos órgãos. Todos esses registros são adquiridos através da apresentação de relatórios com dados estatísticos, além da participação efetiva em reuniões mensais com técnicos, promotores de justiça, conselheiros e representantes das intituições dentro de suas comarcas.

É importante salientar que o Ministério Público tem livre arbítrio dentro de uma instituição, pois é ele na pessoa do promotor de Justiça quem fiscaliza mensalmente todas as unidades de acolhimento de suas respectivas jurisdições, vistoriando suas reais situações de atendimento.

Faz-se necessário, portanto, um olhar atento dos profissionais ligados a esta área no que tange ao cumprimento de suas atividades, já que durante o período que permanecem na instituição esses menores acabam ficando "perdidos" e sem uma referência a ser seguida. A criança institucionalizada jamais deve ser vista pela sociedade como um ser "à parte", ou seja, "diferente", uma vez que precisa passar por muitas adaptações em sua vida.

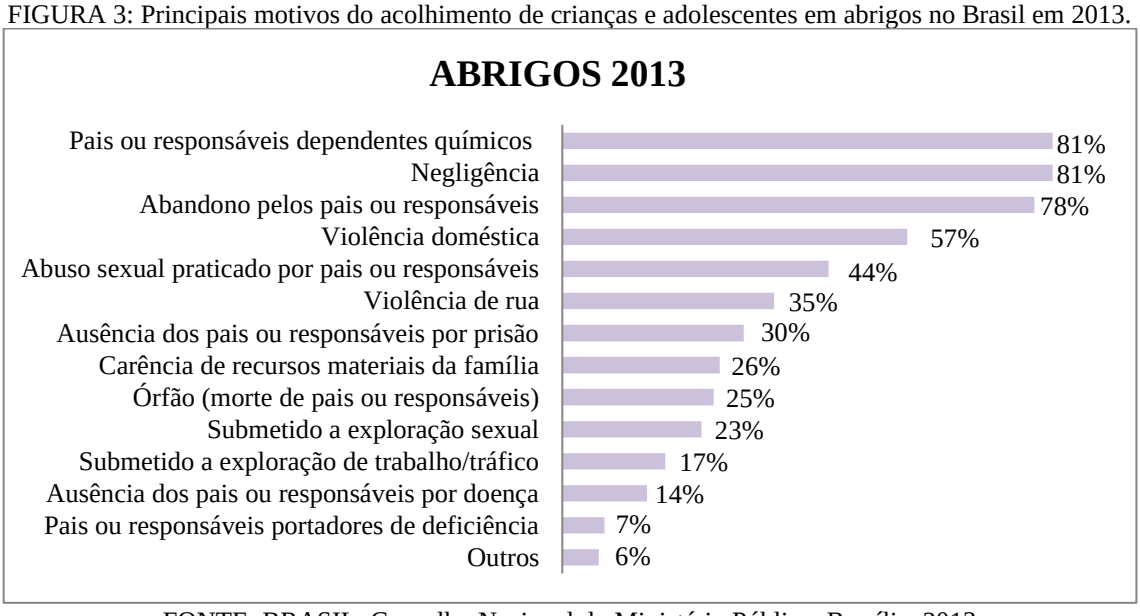
1.1.3 Principais causas que levam ao acolhimento institucional

A família é considerada a primeira instituição educacional de uma criança, pois é neste contexto que ela desempenha suas primeiras competências linguísticas e cognitivas; seus primeiros contatos com o mundo externo se dão através do intermédio da família. Sendo assim é relevante destacar o quão doloroso e comprometedores podem ser os traumas desencadeados em menores que vivem nas instituições.

De acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público (2013), a negligência, o abandono e dependência química por parte dos pais, além da violência doméstica e abuso sexual praticado pelos próprios genitores, são as principais causas para o acolhimento institucional. A violência cometida contra crianças e adolescentes ocorre desde as classes mais baixas até as mais abastadas. Segundo Cruz (2014), trata-se de um problema que não decorre apenas das situações econômicas e sociais, para a autora as situações que envolvem famílias mais pobres são mais denunciadas até pela facilidade de os vizinhos terem acesso, seja pelas formas de moradia, e/ou até porque as pessoas das regiões periféricas são mais comunicativas.

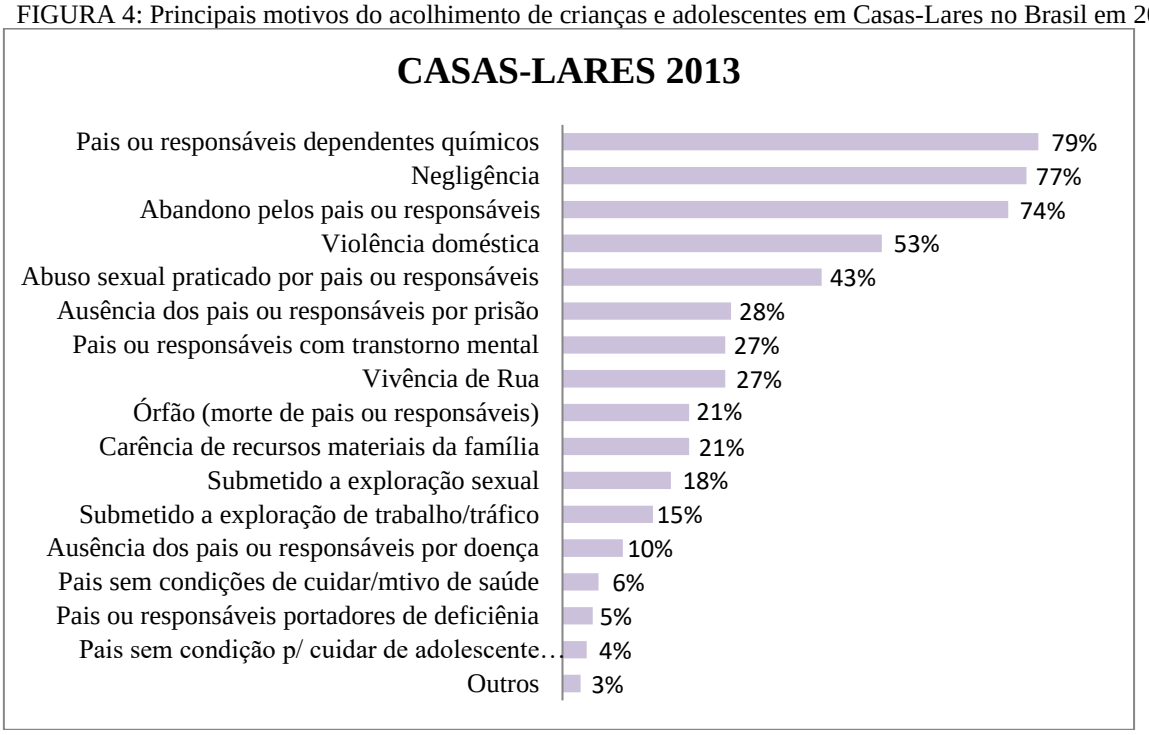
Vejamos os gráficos abaixo que apontam esses dados de maneira clara e objetiva.

FIGURA 3: Principais motivos do acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos no Brasil em 2013.



FONTE: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília, 2013

FIGURA 4: Principais motivos do acolhimento de crianças e adolescentes em Casas-Lares no Brasil em 2013.



FONTE: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília, 2013

De acordo com os dados acima, é possível verificar as causas que levam um menor ao acolhimento institucional. Destacamos que na maioria das vezes a violação dos direitos ocorre dentro das próprias casas. Se pensarmos no quesito violência a menores, os dados apresentados ainda são pequenos e ilusórios, pois muitas pessoas acabam tendo medo de denunciar devido a possíveis retaliações por parte dos pais, parentes, amigos etc.

Menores que vivem no contexto institucional passam por inúmeros desafios e o primeiro deles é a adaptação ao meio em que estão inseridos, pois vão precisar contar com a generosidade de outras crianças e/ou adolescentes já em regime de acolhimento institucional. No próximo tópico elencaremos alguns traumas que crianças e/ou adolescentes inseridos neste contexto vivenciam em seu dia a dia.

1.2 Abrigo: nova morada

Um menor necessita ter um porto seguro, alguém para se apoiar, principalmente em situações de aprendizagem, insegurança, anseios, medo etc. O meio familiar deveria garantir segurança e proteção para a criança, uma vez que ela está em fase de desenvolvimento e não é considerada capaz legalmente para tomar decisões, conforme aponta o Código Civil Brasileiro.

É dentro da família que se reconhece os primeiros valores da vida, bem como as regras sociais a que estamos expostos. Apesar de ser dito por muitos que a família é a base de tudo, ou seja, é a base da sociedade, conforme a Constituição Federal de 1988, devemos pensar que toda "base", por mais sólida que seja, um dia pode se desgastar e desabar, ocasionando várias consequências sociais aos seus membros.

Segundo o Manual do Conselho Nacional do Ministério Público (2013), Casa-lar e Abrigo institucional são lugares estruturados com pessoas preparadas para suprir um papel fundamental na vida de todos os menores que não encontram este suporte familiar em suas casas. Contudo, a questão do vínculo familiar e da afetividade são lacunas que ficarão abertas num determinado período na vida daqueles que necessitam passar por esta fase

Nos casos em que ocorre o acolhimento institucional, seja por abuso, negligência ou violência doméstica, e, a criança ou o adolescente são retirados de sua casa, a razão é preponderante, ou seja, é uma questão lógica e racional afastar o menor de seu agressor/abusador. Contudo, para a criança muitas vezes não há "razão", mas sim a emoção e o sentimento de dor pelo abuso e abandono, mas ao mesmo tempo pela distância e pela saudade daquele pai e daquela mãe. Há uma confusão em seus pensamentos motivados pelas emoções. A criança dificilmente encontrará razão para estar num abrigo, uma vez que ela poderia estar com os seus familiares. É possível deduzir que a questão do acolhimento é sem dúvida um trauma que vai muito além da razão.

1.2.1. Identidade: uma cultura em movimento

É quase senso comum dizermos que uma identidade se constitui dentro e a partir do contexto familiar e social no qual a criança está inserida. Segundo Ianni (2000) a identidade é individual e única, sendo influenciada pelas diversas culturas às quais o indivíduo está exposto.

No município de Irati, local onde esta pesquisa foi feita, existem duas instituições de acolhimento, uma na modalidade Casa-lar e outra na modalidade Abrigo institucional. Segundo a irmã religiosa que é diretora da Casa- lar, já passaram pela instituição até três gerações da mesma família. Somente no ano de 2018 passou um grupo de irmãos cuja mãe e avó já moraram em abrigos durante a infância ou adolescência. A religiosa ainda acrescenta que em meados dos anos 2000 passou pela instituição a mãe e os tios de um menor que neste momento é morador da unidade.

Se lançarmos um olhar para a identidade e a cultura de um povo, somos levados a pensar sobre o quanto estes fatores interferem e influenciam a vida das pessoas, além de outros fatores paralelos como a desestruturação familiar. Analisando sob o ponto de vista da institucionalização, é possível ponderar hipoteticamente que uma cultura de violência, falta de vínculo e base familiar também passam de geração para geração, ou seja, para uma mãe que foi abandonada num abrigo talvez possa ser normal deixar que seus filhos também vivenciem esta experiência.

Segundo Vygotsky (2001) a criança não é um ser acabado, mas um organismo em desenvolvimento. Assim, suas experiências de infância e adolescência serão fundamentais e determinantes quando chegar à idade adulta. No caso de crianças institucionalizadas é necessária a realização de atividades psicossociais que trabalhem com a ruptura, pois a questão do ciclo começa a se tornar cultural, uma vez que em determinada família se *"X"* passou por um abrigo, então *"Y"* da geração seguinte também pode passar sem que isso seja um problema social relevante. Trata-se de casos específicos para cada família.

Sobre essa questão, Carvalho aponta que:

> A família é um grupo primordial no âmbito do desenvolvimento de sujeitos psíquicos singulares, bem como na formação ideológica dos cidadãos que a compõem. Ideologia que, de acordo com Guareschi (1999), tanto serve para sustentar relações justas e éticas como serve para alimentar relações assimétricas, de dominação. (CARVALHO, 2010 p.33)

Para a autora às situações pelas quais as crianças passam em sua infância, são como uma triste herança. Daí a importância dos pais e responsáveis observarem e cuidarem com veemência dos filhos nos primeiros anos de vida. De acordo com o Comitê Científico Núcleo Ciência pela Infância (2014), a chamada primeira infância, da qual falaremos mais adiante, acarreta consequências para toda a vida, sejam elas positivas ou negativas, tendo em vista que neste período [...] as crianças podem ser metaforicamente pensadas como "esponjinhas" que absorvem tudo que está ao seu redor [...].

Pensar em identidade, portanto, é considerar todo o processo histórico e social pelo qual o indivíduo passou. Uma identidade não se forma isolada da história e do contexto social. Para Hall:

> A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos,

> identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. (HALL, 2002, p.07)

Para o autor, todos nós temos identidades contraditórias e estas mudam no decorrer de nossas vidas, desde o instante em que nascemos até o dia de nossa morte.

Uma criança institucionalizada deve passar, e seguramente passa, por vários momentos de crise de identidade. Quando ela chega a um abrigo traz consigo toda uma história que por certo já estava contribuindo para a formação de sua identidade, embasada em comportamentos, convívio familiar e social de sua comunidade. Ao chegar a uma unidade de acolhimento ela encontra outros valores, outros costumes, outras crenças. A figura da mãe é representada por uma cuidadora social, que é quem realiza todas as tarefas dentro da casa. A figura da cuidadora é bem diferente da representação que a criança tem da mãe biológica e a partir do convívio com essa outra figura a criança começa a modificar seus costumes e automaticamente sua identidade começa a ser moldada novamente, sofrendo as influências do novo meio social em que está inserida.

Segundo Hall (2002), nós vivemos em uma sociedade moderna que passa por mudança constante, diferente das consideradas sociedades tradicionais, em que o passado é venerado. Uma sociedade moderna é definida por Hall como reflexiva de vida, ou seja, as práticas sociais alteram o caráter constitutivo do indivíduo. Lamentavelmente maus exemplos também são adotados na construção de identidade do indivíduo, sendo a cultura determinante neste processo. Acreditamos que não existe indivíduo sem cultura. Existem pessoas que carregam consigo cultura de morte, dor, tragédia e acabam atraindo uma legião de seguidores. Apontamos a própria violência como sendo cultural, e que muitas vezes acaba passando de geração para geração. Ao falar em cultura e identidade, não devemos apenas pensar em exemplos morais, sociais, gastronômicos entre outros tradicionais bem sucedidos, mas sim em situações contínuas que vão se concretizando e conquistando seu espaço na sociedade.

1.3 Emoções e Sentimentos: atos irracionais que influenciam a razão.

1.3.1 Cérebro Emocional e Cérebro Racional

Os estudos cognitivos buscam descrever de que maneira adquirimos o conhecimento do mundo. De acordo com Santos (2017), a emoção foi durante muito tempo negligenciada pelos racionalistas, os quais centravam seus estudos no processo cognitivo racional apenas.

Segundo o autor, os estudos das emoções e sentimentos começaram a conquistar território somente no final do século XIX fixando-se no âmbito da filosofia, da biologia e da psicologia. Apesar de a ciência cognitiva tratar as emoções com desatenção, o autor afirma que estas resultam das interpretações cognitivas das situações e a atividade fisiológica deve ter uma representação cognitiva para que possa influenciar uma experiência emocional.

Desde a antiguidade, filósofos e pensadores apontavam para uma separação formal entre razão e emoção. Para Platão (428-347 a.c), Descartes (1596-1650), Kant (1724-1804) seria humanamente impossível estes dois elementos caminharem juntos. Kant inclusive sustenta que se Deus tivesse criado o homem para ser feliz, não o teria dotado de razão. Mas se pensarmos que razão e emoção não podem caminhar juntas, como explicamos o fato de a maioria de nossas emoções e sentimentos envolverem reações físicas, uma vez que somos providos de razão em nossas atitudes?

Segundo Damásio (2001) as emoções não são atos racionais, o que não as torna causadoras diretas da cognição.

> Se as emoções provêem uma resposta imediata para certos desafios e oportunidades enfrentados por um organismo, o sentimento relacionado a elas provê isso com um alerta mental. Sentimentos amplificam o impacto de uma dada situação, aperfeiçoam o aprendizado e aumentam a probabilidade que situações similares possam ser antecipadas. (DAMÁSIO, 2001, p.781)

As emoções, para Damásio (2001), são reações inconscientes desencadeadoras dos sentimentos, sendo ativadas sempre que a mente recebe um estímulo externo. Vale destacar que além de aperfeiçoar o aprendizado as emoções podem prejudicá-lo. Por exemplo: emoções como susto, terror, espanto, pânico, tristeza e alegria, podem desencadear sentimentos de desconfiança, medo, amor etc. O sentimento, segundo Damásio, é desencadeado pelas emoções.

1.3.2. Enunciados: uma interpretação provida de razão somente?

Segundo Ledoux (2001), se as criaturas fossem desguarnecidas de emoção, seriam como almas de gelo. Jean Piaget (1896-1980) e Lev Vygotsky (1896-1934) foram dois pioneiros no questionamento à separação entre cognição e afetividade. Para esses teóricos, as emoções e, de forma geral a afetividade, estão intrinsecamente ligadas aos processos de aprendizagem. Segundo Damásio (2012), as emoções e os sentimentos se unem ao processo

de decisão e raciocínio que o ser humano faz, influenciando diretamente a interpretação do significado de determinado enunciado.

Ao longo da história do ensino, o termo dificuldade de aprendizagem era utilizado para classificar crianças que apresentavam defasagem, problemas de comportamento, bem como algum tipo de deficiência e/ou atraso mental. De acordo com Smith e Strick (2001), esse conceito mudou com o passar do tempo, e refere-se a um aglomerado de problemas, muitas vezes de ordem psicológica momentânea. O fato é que todos nós em determinado momento da vida podemos apresentar algum tipo de dificuldade de aprendizagem, o que pode ser desencadeado por diversos fatores. Ou seja, qualquer pessoa pode ter dificuldade em desempenhar determinada tarefa cognitiva em determinado momento de sua vida.

A partir de Damásio, podemos afirmar que as emoções influenciam e interferem no desempenho linguístico de uma pessoa. Em consequência, um discurso pode ser completamente afetado pelo estado emocional de quem o profere. Ou seja, sentimentos de medo e insegurança podem interferir demasiadamente na performance linguística comunicativa desencadeando implicações não esperadas durante o ato comunicativo. Não queremos dizer com isso que o ser humano é provido somente de emoções e que tudo o que faz ocorre emotivamente. Nossa proposta neste estudo é promover uma reflexão acerca de como o estado emocional pode interferir no desempenho linguístico de uma pessoa, principalmente no processo de aprendizagem escolar. Analisemos a seguinte situação:

(1) A professora numa sala de aula com crianças do 4º ano do Ensino Fundamental I propõe uma produção textual com o seguinte enunciado: “Escreva uma carta para seu pai, seu eterno herói”.

Uma produção textual, exige uma tomada de decisão por parte de quem vai realizá-la. Com base no exposto acima, é possível inferirmos que uma criança que tem um referencial positivo de pai produzirá um texto bem diferente daquela que não tem uma imagem positiva da figura paterna. É provável que a criança que tem o pai como herói idealizado, no momento de sua produção estará provida de sentimentos de felicidade e amor. Também é grande a probabilidade de aquela criança que não tem a figura paterna como referencial, estar munida de sentimentos como medo, revolta e desconfiança no momento de sua produção. Santos (2017) postula que,

> [...] a interpretação de enunciados conversacionais demanda dois tipos de efeitos mentais, ou benefícios, relacionados à relevância: a) um efeito cognitivo, b) um efeito afetivo. Nessa perspectiva, enquanto o efeito informativo é proveniente de cognição racional (oriundo da razão) e prioriza a relevância informativa, o efeito afetivo emerge das emoções e dos sentimentos e prioriza a relevância afetiva. (SANTOS, 2017, p.05)

O autor sugere que o ser humano tem a "memória enciclopédica" construída pelas informações processadas, e a "memória afetiva" que contém representações das afeições processadas através das emoções e dos sentimentos. Para o autor a memória enciclopédica dá origem à memória afetiva sobre a relevância do enunciado. Partindo desse pressuposto, é coerente defender a ideia de que elementos afetivos interferem na interpretação de dadas informações. Vejamos o exemplo proposto pelo autor:

> [...] houve um acidente com um parente teu e, como os familiares mais próximos cuidam dos trâmites hospitalares, coube a você a tarefa de comunicar a notícia à mãe do acidentado. Depois de muito ensaiar as estratégias comunicativas e informativas, revisar várias vezes o discurso, você vai ter com a mulher. Passadas as incursões protocolares, tuas palavras foram: "(1) Vim avisar que o Zé sofreu um acidente, mas ele está bem"! (SANTOS, 2017, p.09)

Com esse exemplo, o autor exemplifica a sua tese, dizendo que é impossível essa mãe receber dada notícia centrada somente na informatividade do enunciado, pois existe muito sentimento em jogo, afinal, trata-se de seu filho. Dado fato, é uma informação nova para esta mulher. Assim, o seu sistema cognitivo por meio da memória enciclopédica lhe fornecerá representações conceituais sobre o acidente e o acidentado. Os sentimentos de medo e desconfiança dessa mãe para saber se a informação que lhe foi repassada é verdadeira, dizendo que seu filho está bem, afloram no momento da enunciação, podendo interferir na sua interpretação linguística, uma vez que o ocorrido se deu com um filho seu e não com uma pessoa desconhecida.

É comum as pessoas acreditarem que decisões e atitudes corretas são tomadas, quando se está com a cabeça fria e livre de sentimentos e emoções. Contudo, Damásio (2012) provoca uma enorme polêmica ao apontar o quanto a ausência de emoções e sentimentos pode aniquilar com a racionalidade. O autor embasa seus postulados nas descobertas da neurobiologia e elabora hipóteses inovadoras sobre o funcionamento do cérebro.

Assim, é coerente deduzir hipoteticamente que uma criança inserida no contexto institucional apresenta traumas emocionais muito grandes, sendo essas representações fortes

desencadeadoras de sentimentos não positivos que podem vir a interferir em seu desempenho linguístico.

1.4 Primeira Infância: um *constructo* fundamental no processo de aprendizagem

Nos últimos anos as ciências se voltaram para o estudo do feto ainda no ventre materno e para os bebês logo após o nascimento, e concluíram que estes anos (momento da concepção até os seis anos) são fundamentais e decisivos na vida da criança, sendo determinantes para o perfil da pessoa que ele será no decorrer de sua vida.

De acordo com o médico clínico e psicoterapeuta Dr. João Augusto Figueiró (informação verbal)[6], durante a gravidez, mais especificamente da quinta a vigésima semana de gestação, todos os neurônios que teremos já estão desenvolvidos, sendo um período fundamental para o desenvolvimento neurológico, cerebral e das competências cognitivas da criança. Segundo o especialista, um dos fatores de risco para que o indivíduo tenha problemas comportamentais e de cunho psicológico em sua vida adulta é quando a sua gestação não foi desejada e/ou planejada, o que implicará na maneira como os pais vão cuidar dessa criança, principalmente em relação à violência. O médico explica essa questão, citando os estados dos Estados Unidos que liberaram o aborto[7].

Pesquisas realizadas dezoito anos após essa liberação apontam que os índices de violência caíram significativamente. O especialista destaca que não ser desejado e cuidados violentos provavelmente são desencadeadores de pessoas adultas violentas. É possível a partir daí fazermos uma ponte com o subtópico 1.2.1, no qual abordamos a questão da identidade, ou seja, a reprodução comportamental além de estar vinculada a fatores psicossociais pode ser cultural. Se a mãe morou num abrigo por que o filho também não pode morar?

1.4.1 Abordando a Primeira Infância

De acordo com a legislação vigente (Lei 13.257 de 8 de março de 2016) que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, a primeira infância caracteriza-se como uma fase que vai desde o nascimento da criança até os seis anos de idade. Entretanto, é um dado que divide pesquisadores, pois alguns estudiosos apontam o início da primeira infância

[6]Fala do médico clínico psicoterapeuta Dr. João Augusto Figueiró em Entrevista concedido ao Canal TV Faz Muito Bem, em 30 jan.2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4aUb5YJWnkI

[7] O Aborto foi legalmente liberado nos EUA pela Suprema Corte em 1973.

no começo da gestação, ancorando-se nas evidências científicas dos 1000 dias[8]. Durante esta fase ocorrem inúmeras descobertas e experiências por parte da criança, mas, também muitas dúvidas para os pais e todos aqueles que convivem com elas. A gravidez, a amamentação, a leitura, o vínculo, o brincar, o papel do pai, enfim, são vários os elementos que estruturam e constituem esses primeiros anos de vida dos pequeninos.

Para as ciências biológicas, as respostas de nossas perguntas na vida adulta são encontradas na primeira infância, que é quando a arquitetura da mente começa a se formar, ou seja, nos primeiros anos de vida, sendo contínuas e moldadas através das experiências. Os experimentos mais marcantes surgem através dos relacionamentos que a criança tem com os pais, parentes e cuidadores de um modo geral. Contudo, problemas graves como falta de cuidados, má alimentação, exposição a situações violentas etc, enfrentados nessa fase podem interromper o desenvolvimento saudável do cérebro/mente, ao passo que, conforme o tempo passa, a arquitetura mental fica mais difícil de ser modificada, bem como o comportamento. Ou seja, o alicerce do desenvolvimento humano geral ocorre neste período, uma vez que, ao final do sexto ano de vida, 95% do cérebro/mente já está estabelecido e formado.

De acordo com Queiroz (2016, p.83), o que acontece na infância deixa marcas para toda a vida. É preciso atentar-se para problemas como negligência, violência familiar, creches e escolinhas inadequadas, desnutrição, mães deprimidas, exposição à criminalidade, abusos, *bullying* entre outros agravantes negativos que podem se fazer presentes na vida da criança afetando o seu desenvolvimento.

Segundo o Dr. João Augusto Figueiró, cerca de 18% das mulheres grávidas em nosso país sofrem algum tipo de violência física por parte de seus companheiros, ou seja, um número extremamente alarmante. De acordo com o especialista, estudos científicos apontam que a violência tanto no período gestacional como nos três primeiros anos de vida altera o DNA, causando modificações em suas pontas, ou seja, nos telômeros[9] da criança. A violência, portanto, impacta diretamente o indivíduo principalmente quando esta ocorre na primeira infância.

A primeira infância é um elemento relevante a ser considerado pelas políticas públicas. É um investimento humano de suma importância, pois as crianças e adolescentes de

[8] Sugerimos a Leitura de Evidências Científicas sobre a importância da Primeira Infância: A estratégia dos 1.000 dias de Cesar Victora (2016) Disponível no Caderno de Trabalhos e Debates . Avanços do Marco Legal da Primeira Infância. Disponível em: file:///D:/Downloads/Avancos-do-Marco-Legal-da-Primeira-Infancia-1.pdf

[9]Este conceito foi verificado nas primeiras décadas do século XX pelo norte-americano Joseph Muller. Os **telômeros** ou **telómeros** (do grego telos, final, e meros, parte) são estruturas constituídas por fileiras repetitivas de proteínas e DNA não codificante que formam as extremidades dos cromossomos. Sua principal função é impedir o desgaste do material genético e manter a estabilidade estrutural do cromossoma.

hoje serão a sociedade do futuro. É coerente pensarmos que o “dever” atribuído ao estado na Constituição Federal não está funcionando efetivamente, pois as crianças são mal assistidas em vários quesitos: saúde, educação, proteção básica, segurança entre outros programas preventivos.

1.4.2 Os impactos da Primeira Infância no processo de aprendizagem

Educação é o ponto chave de uma sociedade sólida e bem estruturada, pois influencia a qualidade de vida das pessoas. Segundo o Núcleo Ciência pela infância (NCPI), no Brasil, lamentavelmente, a qualidade da educação medida pelo desempenho escolar das crianças brasileiras em testes internacionais acadêmicos é baixa se comparada com o desempenho de crianças de outros países, tanto em leitura como em matemática e ciências.

O termo **aprendizagem** pode ser pensado como um processo em construção, no qual a criança está adquirindo e se apropriando de conhecimento, ou seja, ela está, segundo a Teoria da Relevância (SPERBER; WILOSN, 2001), abastecendo a sua memória enciclopédica. A aprendizagem de uma criança se dá desde o seu nascimento. Os bebês quando nascem são curiosos e necessitam fazer experiências. Quando um bebê joga uma colher no chão, por exemplo, e o adulto a devolve e ele volta a jogar, e assim sucessivamente por várias vezes, provavelmente é um sinal que o bebê necessita ver/ouvir o som/barulho. Dessa maneira ele vai sanando suas curiosidades.

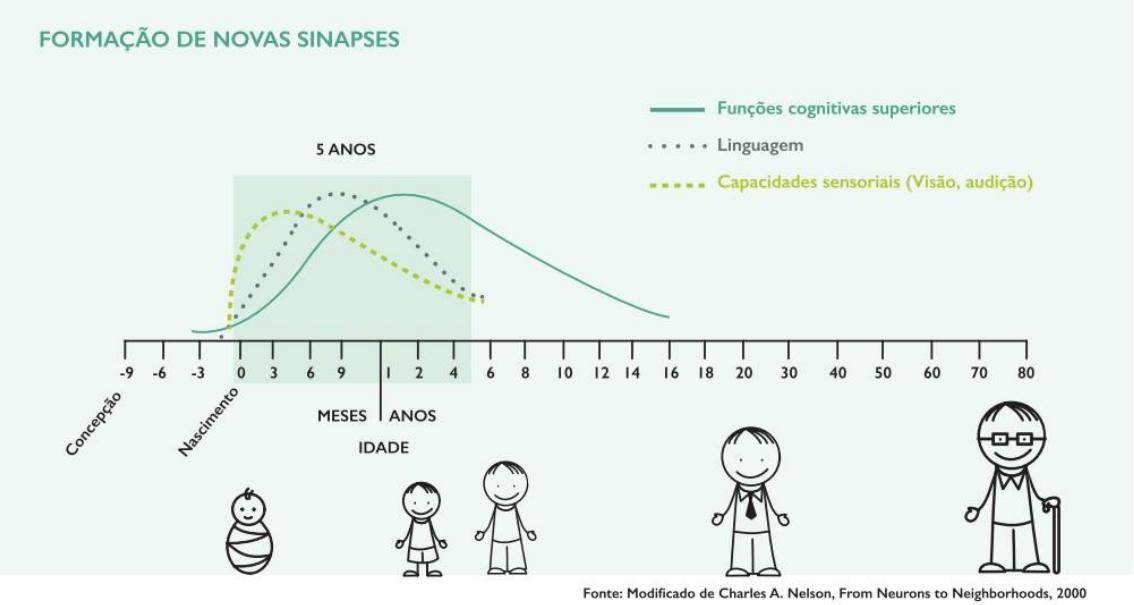
O ambiente que a criança está exposto durante a primeira infância é fundamental para o seu desempenho efetivo durante o processo de aprendizagem, pois o contexto e os relacionamentos que ela tem influenciam fortemente todos os aspectos do seu desenvolvimento. O Comitê do Núcleo Ciência pela Infância nos diz que:

> A promoção do desenvolvimento integral saudável, com nutrição e cuidados de saúde adequados, ambiente familiar afetivo, seguro e estimulante, relações estáveis e incentivadoras, além da oferta de educação de qualidade, fornecem o alicerce para que cada criança viva bem no presente e alcance o seu potencial pleno no futuro. (NCPI, 2014, p.4)

Dessa forma, é pertinente pensarmos sobre o quanto os fatores extralinguísticos, inclusive os ocorridos durante a primeira infância, tendem a fortalecer nossas crenças e suposições durante o ato comunicativo, vindo a interferir na interpretação que fazemos de enunciados.

A mente humana é um órgão de alta complexidade. Segundo o Núcleo Ciência pela Infância, através de um processo chamado “sinaptogênese” o número de sinapses entre os neurônios se multiplica chegando a 700 novas conexões por segundo em algumas regiões cerebrais no segundo ano de vida. De acordo com o Núcleo, as sinapses mais utilizadas se fortalecem e carregam informações de forma mais eficiente, ao passo que as que não são utilizadas tendem a enfraquecer e desaparecer gradativamente. Vejamos na ilustração abaixo como ocorre essa formação de novas sinapses.

FIGURA 5: Formação de novas sinapses



Fonte: Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância, 2014

O desenvolvimento do indivíduo abarca questões genéticas e sociais. Cada indivíduo tem uma carga genética específica, porém, os processos de aprendizagem ocorrem a partir das relações que a criança tem com seus pais e/ou responsáveis, cuidadores, outras crianças, professores etc. Partindo desse pressuposto, é coerente pensarmos que todas as experiências vivenciadas pela criança são formadoras constituintes de sua memória enciclopédica e também de sua memória afetiva, como afirma Santos (2017).

No caso específico de crianças que vão para uma unidade de acolhimento durante o primeiro até o segundo ano de vida, é comum ocorrer um recolhimento por parte dos menores. Segundo a assistente social de uma unidade de acolhimento no município de Irati[10], as crianças que vêm para o abrigo nesta faixa etária são completamente retraídas, sem estímulo e

[10] Trata-se de uma profissional que atua na área há aproximadamente vinte anos, a qual forneceu informações no dia em que estive na unidade para conversar sobre a pesquisa que estava desenvolvendo. Foi uma conversa informal, previamente agendada.

com dificuldades de interação. Existem casos de crianças que chegam e começam a soltar as primeiras palavras e caminhar após os dois anos de idade, fato este que pode ser desencadeado por traumas psicológicos, emoções e falta de estímulos. São raros os casos em que as dificuldades são desencadeadas por problemas patológicos e fisiológicos, salvo casos em que a mãe era usuária de drogas ou apresentava algum tipo de dependência química durante a gestação.

É importante salientar, que segundo Queiroz (2016), o adulto é referência para a criança, e relacionamentos conturbados com falta de afetividade são fatores de risco que tendem a emergir na vida adulta. A escola pode ser apontada como uma porta de entrada muito ampla, pois geralmente é dentro do espaço escolar que a criança começa a apresentar comportamentos e dificuldades oriundos do ambiente a que está exposta. Segundo o NCPI frequentar creche e pré- escola de qualidade tem efeitos positivos no desenvolvimento da criança, porque aumenta o desempenho e melhora o rendimento escolar e suas condições econômicas futuras. No entanto os impactos positivos do investimento na educação infantil estão intrinsecamente vinculados à qualidade da intervenção oferecida.

Capítulo 2 – Pragmática: uma questão prática concreta

> A língua... é uma ponte que te permite atravessar com segurança de um lugar para outro.
>
> (Arnold Wesker)

2.1 Os primeiros passos da Pragmática

Durante muito tempo os estudos linguísticos trataram a língua como algo homogêneo e abstrato, ignorando os efeitos práticos que a linguagem pode gerar no processo comunicativo. Foi Saussure quem atribuiu à linguística a cientificidade dos estudos da linguagem, sistematizando ideias antigas advindas há séculos da Grécia Antiga por filósofos como Platão e Aristóteles, já que na antiguidade os estudos voltados à linguagem se davam apenas no âmbito filosófico. Falar em língua e linguagem, portanto, para Saussure nada mais era que ater-se a um conjunto de sistemas de forma abstrata, em que o principal elemento era apenas o seu funcionamento.

Após o marco da fundação da linguística no início do século XX até os dias de hoje, os estudos da linguagem vêm ampliando seus objetos de estudo, são novas teorias e vertentes, que surgem para questionar, aprimorar, ampliar e/ou indagar muitos modelos e teorias vigentes bem sucedidas. O fato é que estudar a linguagem somente na perspectiva da abstração passou a ser um problema, pois começaram a surgir algumas lacunas dentro dos estudos linguísticos, já que ela é social, heterogênea e viva, e que está em constante modificação.

Apesar de não ser do conhecimento da maioria dos falantes, a pragmática, que é uma das vertentes da linguística, está presente no cotidiano de todas as pessoas a todo instante. Foi a partir de Morris (1938), grande filósofo americano, cujos trabalhos mais relevantes são na área da semiótica, que os objetos dos quais ela se ocupa começaram a ganhar campo sendo estudados com maior eficiência e relevância. Costa (2008) relata que no decorrer da história da filosofia e da linguística há dois grandes momentos na vida teórica da pragmática: o momento clássico e o período moderno ou da busca da autonomia.

> No período clássico, do final do século XIX até 1962, a Pragmática foi definida de maneira não homogênea por Peirce (1897), Morris (1938), Carnap (1939) e Bar-Hillel (1954). Frege (1898) e Wittgenstein (1953) tiveram uma grande intuição dos fenômenos pragmáticos, mas não chegaram a acusar a existência teórica de disciplina. No período moderno, de 1962 até hoje, surgiu uma grande quantidade de autores e definições. Destacam-se, entre outros, Searle (1969), Thomason (1973),

> Stalnaker (1974), Montague (1974), Kempson (1975), Grice (1967/75), Smith e Wilson (1979), Gazdar (1979), Sperber e Wilson (1982), Levinson (1983, 2000), Bach(87), Turner(99), Carston(99), Bianchi(2004), Jaszczolt(2006) e Recanati(2004). As tentativas desse período buscam definir o campo próprio da pesquisa pragmática e uma metodologia rigorosa e específica que permitam caracterizá-la como disciplina científica, pelo menos à altura do que a Sintaxe e a Semântica já construíram em termo de arquitetura formal. (COSTA, 2008, p.22-23)

Além dos autores citados acima, destacamos Dascal (1972), Brown e Levinson (1987), Rajagopalan (1999). Ainda de acordo com Santos e Godoy (2017), apontamos alguns dos mais renomados pragmaticistas brasileiros: Elena Godoy, Jorge Campos da Costa, Fábio Rauen, Sebastião Lourenço dos Santos, Luzia Schalkoski Dias, Fábio Alves, Luiz Antonio Silva, Aline Vieira Vargas, Ana Maria Tramunt Ibaños, Claudia Stray, Fábio Luiz Fernandes Mesquita, Joana Plaza Pinto, Daniel do Nascimento e Silva, Maria da Penha Lins, Beatriz Viegas-Faria, Claudiana Nogueira de Alencar, Jair Antonio de Oliveira, Stéphane Rodrigues Dias, Kassandra Muniz entre outros. Enfatizamos que nosso objetivo aqui não é fazer um apanhado histórico minucioso de todos os autores envolvidos na história da pragmática, interessa-nos, apenas, os conceitos da Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2001), a qual será abordada posteriormente, já que será o alicerce desta pesquisa. Antes de seguirmos adiante, vamos dar uma rápida pincelada nos principais conceitos e pressupostos da pragmática que serão úteis ao nosso estudo.

Segundo Dutra (2014), para Morris, as três partes da semiótica, sintaxe, semântica e pragmática são dimensões da linguagem que podem ser estudadas separadamente, mas apenas quando tomadas em conjunto proporcionam uma compreensão apropriada dos enunciados.

A sintaxe é comumente conhecida como a área que se ocupa da análise das sentenças e de suas estruturas. Quanto à semântica, costuma-se dizer que ela estuda os significados e os sentidos que as palavras acarretam com base num conhecimento linguístico prévio de cada falante, ou seja, para a semântica sentenças serão verdadeiras ou falsas. Com a pragmática o foco para a significação das coisas não está apenas no conhecimento linguístico, mas também e principalmente no indivíduo, pois ele é único e a interpretação que fará terá como base conhecimentos enriquecidos por suas crenças, experiências, valores, atitudes, angústias etc.

2.2 A Relevância da Pragmática aos estudos da linguagem

A pragmática, que até pouco tempo não era considerada por muitos linguistas, vem ganhando força nos últimos anos. Falar em pragmática é falar em interdisciplinaridade, tendo em vista que se trata de uma área investigativa da linguística, presente em diversos contextos

sociais, educacionais, institucionais etc. No Brasil, os estudos pragmáticos travaram uma grande batalha para conquistar seu lugar dentro da academia. Santos e Godoy (2017) apontam que nas universidades brasileiras o foco da linguística girava sempre em torno dos estudos da gramática/sintaxe e a semântica do texto articulada na coesão e coerência.

Santos (2009, p.13) aponta a pragmática como a área que centra seus estudos nos aspectos do significado que não podem ser previstos pelo conhecimento puramente linguístico, porque sua interpretação leva em conta os conhecimentos sobre o mundo físico, cognitivo, cultural e social dos interlocutores. Ou seja, o contexto é fundamental aos estudos pragmáticos.

A linguagem é um aparato exclusivo da espécie humana sendo única para cada indivíduo. Apesar de ser comum a todos os seres humanos, cada pessoa carrega marcas linguísticas únicas e exclusivas, ou seja, nenhuma pessoa no mundo falará igual à outra. A linguagem não é um simples meio de comunicação, ela é multifuncional, através dela podemos realizar inúmeras coisas, além de nos comunicar

De acordo com os estudos de Dutra (2014), a linguagem evoluiu a partir de formas muito rudimentares em todos os seus aspectos: sintático, semântico e pragmático. Pelo viés pragmático, a linguagem se caracteriza pela interpretação de enunciados proferidos e recebidos por pessoas ativas com conhecimentos de mundo e ideologias diferentes. Um enunciado tende a gerar interpretações e possibilidades diferentes para quem o recebe. Imaginemos o seguinte contexto: numa determinada sala de aula lotada encontram-se alunos e professor, então o professor profere:

(1) Professor: A sala está muito escura.
Ouvinte 1: Vou acender as luzes.

Em momento algum o professor solicitou que as luzes fossem acesas, porém, o ouvinte 1 inferiu através do que foi dito que o problema da escuridão seria resolvido se as luzes fossem acesas, manifestando verbalmente a sua atitude de acendê-las. Como a sala de aula está lotada, outro aluno (ouvinte 2) poderia apenas concordar com o professor dizendo que sim, a sala está escura, mas não tomar nenhuma atitude, e/ou ainda outro aluno (ouvinte 3) poderia discordar dizendo que não, que a luminosidade é suficiente. O processo mental, portanto, vai além de apenas decodificar o que a professora disse, pois envolve crenças, atitudes, experiências individuais etc. O ouvinte 1 acredita que sua ação resolverá o problema. E é por isso que ele tomou determinada atitude. Observemos mais um exemplo:

(2) - O namorado chega até a moça que está sentada na escada da escola e diz:
- Por que você não atendeu o telefone?
- A moça diz:
- Me deixe sozinha!

Veja novamente que em nenhum momento o rapaz perguntou para a moça se ela queria companhia ou preferia ficar sozinha, ou seja, ele fez uma pergunta e ela deu uma resposta que, só será satisfatória para o casal, porque eles têm algo prévio a este discurso em comum que acabou por direcionar a moça a dar tal resposta e o rapaz a inferir a interpretação que a moça está dispensando-o.

O ser humano é movido por intenções, assim como o discurso que profere tem uma finalidade. Então, quando proferimos algo, sempre temos algum objetivo, ou seja, temos alguma intenção. No exemplo 1, o processo inferencial realizado pelo ouvinte, bem como o conhecimento prévio que o mesmo tem de que a luz cessaria a escuridão, fez com que ele acendesse a luz, atingindo assim uma relevância ótima[11] tanto para o professor quanto para o ouvinte 1, ou seja, o que o professor proferiu, teve pertinência e relevância para o ouvinte 1, o qual compreendeu o enunciado do seu interlocutor com eficiência, gerando uma ação, o que comprova a performatividade da linguagem (AUSTIN, 1962). Apesar de parecer simples, o processo inferencial é algo complexo, uma vez que envolve vários elementos externos e internos subjacentes a cada indivíduo, conforme veremos no item 2.4 deste capítulo. Já no exemplo 2, tal discurso só tem coerência, sentido e significado, se partirmos do pressuposto de que são duas pessoas, homem e mulher, namorados, e que para ele a resposta da moça tem sentido somente porque se conhecem, e, com certeza, houve algum fato anterior a esse que desencadeou tal resposta da jovem.

Então, estudar e conhecer a linguagem sob a perspectiva da Pragmática é de suma importância para pesquisadores e demais estudiosos da área, pois: 1) nos faz conhecer como operam os mecanismos da nossa mente, uma vez que observar e analisar a relação entre a linguagem e a situação comunicativa em que ela opera é essencialmente fundamental, principalmente no que tange ao processo de ensino/aprendizagem. 2) apresenta propostas que podem auxiliar os alunos a refletir sobre determinadas situações. 3) propõe uma reflexão que

[11] Relevância ótima é o equilíbrio que se tem entre o esforço e o efeito. Trata-se de um conceito que ficou muito vago dentro dos postulados conversacionais de Grice. A Relevância Ótima é muito relativa, pois o que pode ser relevante para o falante pode não ser para o ouvinte e vice e versa.

só poderá acontecer, se levar-se em consideração determinado contexto, seja ele linguístico, situacional ou mental.

Segundo Costa (2008), as teorias pragmáticas constituem um momento histórico chamado paradigma pré-revolucionário. Para o autor trata-se de um momento significativo na história das ciências da linguagem. A pragmática, no entanto, surge como candidata a este paradigma revolucionário, porque se opõe às bases do transformacionalismo chomskiano, momento em que a sintaxe teve um expressivo desenvolvimento. Costa esclarece que:

> A partir do momento, portanto, em que se estabelece a tendência da linguística de enfrentar o uso da linguagem, o contexto de sua produção e os fatores relevantes que interferem na significação total dos enunciados, estava instituída a pragmática e suas fronteiras com a semântica, a psicolingüística e a sociolingüística, sem contar a história paralela e, hoje tão significativa, da filosofia da linguagem e das várias formas de Lógica. (COSTA, 2008, p.45)

A pragmática, portanto, torna-se relevante aos estudos linguísticos porque rompe com algumas bases do paradigma formal vindo ao encontro do uso real da língua, em que os falantes são vistos como indivíduos, que têm suposições, sentimentos, emoções e que fazem inferências a partir de uma memória enciclopédica, e a partir daí alcançam resultados significativos na interpretação de enunciados. É relevante esclarecermos que nosso objetivo não é desconstruir e desvalorizar os estudos sintáticos e semânticos, mas sim acrescentar que o objeto que eles se ocupam se concretizam e saem da abstração quando vinculados aos estudos pragmáticos.

2.3 A Relevância da Teoria da Relevância no processo comunicativo

Passados quase quarenta anos, a Teoria da Relevância (doravante TR) ainda é considerada uma novidade dentro dos estudos linguísticos, sendo uma abordagem pragmática que envolve questões comunicativas, psicológicas e cognitivas, a fim de descrever como o processo de interpretação ocorre.

Segundo a TR, uma comunicação bem sucedida é aquela em que o ouvinte consegue inferir o que o seu interlocutor quer comunicar, e, para isto acontecer é necessário que o falante e/ou enunciado forneça algumas evidências das intenções do falante no momento da elocução.

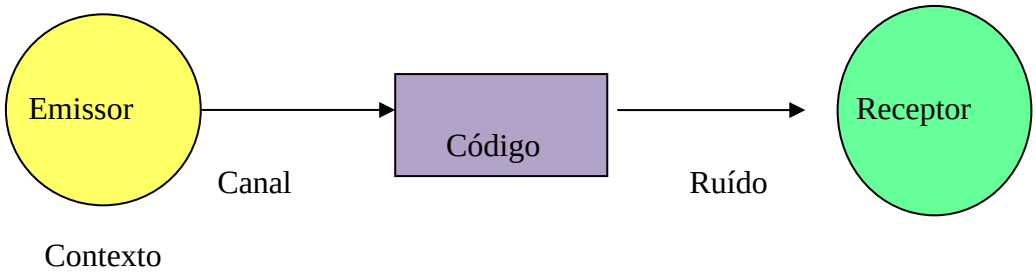
Segundo Sperber e Wilson (2005) uma das afirmações centrais de Grice (1975) é a de que uma característica essencial da maior parte da comunicação humana, verbal e não verbal,

é a expressão e o reconhecimento de intenções informativas, bem como a de que os enunciados criam automaticamente expectativas que guiam o ouvinte na direção do significado do falante, ou seja, a proposta de Grice é justamente expor que o indivíduo não é um robô baseado única e exclusivamente em códigos, pois as experiências de mundo e o estado mental são fundamentais na interpretação dos enunciados. De acordo com Sperber e Wilson (2001), o significado linguisticamente codificado de um enunciado é apenas um ponto de partida para a compreensão inferencial, um ponteiro a indicar a direção que o ouvinte deve tomar para chegar ao significado pretendido pela pessoa falante.

O modelo semiótico de comunicação aponta para uma comunicação "perfeita", ou seja, alguém fala, o interlocutor recebe tal informação de maneira satisfatória tal qual o locutor deseja. No modelo de código, as experiências de mundo e o estado mental do interlocutor são totalmente desprezados, e o ouvinte é visto como uma máquina programada e perfeita, capaz de compreender através da decodificação tudo que o falante profere, sem nenhum tipo de interferência externa ou prejuízo de interpretação.

Apresentamos na figura abaixo o modelo da comunicação de código:

FIGURA 6: Modelo de Comunicação segundo Weaver Jakobson/Shannon



FONTE: (SANTOS, 2009)

Analisemos os exemplos abaixo:

Ana e Pedro são casados. Uma manhã, quando acordam, Ana observa Pedro pegar a chave do carro. Se a mente do ser humano funcionasse conforme aponta a figura 1, somente através de códigos, ao observar que Pedro pega a chave do carro, Ana não tiraria nenhuma "conclusão" sobre a situação, ela apenas observaria tal atitude e sua mente não teria por que processar mais nada. Contudo, como são casados e têm uma rotina diária, Ana consegue inferir através da ação de Pedro de pegar a chave do carro que ele irá sair para trabalhar.

Logo após o almoço Ana resolve ir passear na casa de sua mãe. A temperatura está muito alta e faz um dia de muito calor. Assim que chega na casa da mãe, Ana a cumprimenta e exclama: Como está quente hoje! E logo em seguida sua mãe surge com um ventilador. Se o processo fosse somente codificado, a mãe de Ana diria que sim e o processo mental cessaria, mas, como ela sabe que um ventilador pode auxiliar para aliviar o calor, ela imediatamente toma outra atitude que vai muito além de apenas decodificar a mensagem proferida pela filha.

Sperber e Wilson (2001) explicam que no processo comunicativo estão envolvidos dois mecanismos que fazem o processamento das informações, sendo que um modifica o ambiente físico do outro, e o resultado é que o segundo mecanismo constrói representações semelhantes àquelas que já se encontram armazenadas no primeiro mecanismo. O primeiro mecanismo seria a mente do falante e o segundo mecanismo a mente do ouvinte, ao passo que a comunicação é ostensivo-inferencial: o falante (primeiro mecanismo) comunica ostensivamente e o ouvinte (segundo mecanismo) infere dedutivamente.

Segundo Sperber e Wilson (2001), a mente humana como um todo é ativa, dinâmica, poderosa e inferencial. De acordo com os autores existe um mecanismo cognitivo no qual estão armazenadas todas as experiências e significados inferidos. A este mecanismo chamamos de memória enciclopédica que é construída pelas experiências, é nela que com o passar do tempo guardamos todos os conhecimentos adquiridos. As inferências são cálculos da memória operacional. Ou seja, a memória enciclopédica alimenta as inferências com os conhecimentos ali armazenados.

Sobre esse processo, Santos esclarece que:

> Para a Teoria da Relevância a comunicação humana ocorre devido ao fato de que a cognição humana tende a dirigir-se à relevância ótima, conceito que Grice deixou vago em seus postulados conversacionais. Sperber e Wilson (op cit) conceituam a relevância como uma propriedade psicológica que faz com que uma entrada de dados valha a pena ser processada em termos de efeito e esforço cognitivo de processamento, porque modifica e reorganiza suposições disponíveis. (SANTOS, 2009, p.77)

Partindo deste pressuposto, podemos dizer que durante o processo comunicativo a mente pode fortalecer suposições existentes ou contradizê-las, pois o falante/ouvinte tende a processar dados e dar atenção necessária somente àquilo que lhe é relevante. O processo comunicativo está longe de ser descrito com exatidão, conforme expõem Sperber e Wilson:

> [...] Algumas das respostas que têm sido propostas incluem significados, informações, proposições, pensamentos, ideias, crenças, atitudes, emoções. É bem possível que mais do que uma dessas propostas represente a verdade. Mas aquilo de

> que podemos ter a certeza é o facto de que um ritual religioso comunica algo bastante diferente daquilo que é comunicado por uma tabela de câmbios. Até mesmo no próprio domínio da comunicação verbal, um poema ou um documento legal parecem comunicar coisas profundamente diferentes. [...] (SPERBER; WILSON, 1986/95, p.26)

É importante ponderar acerca da citação, que por mais que pareçam evidentes as diferenças interpretativas na comunicação, quando se quer falar de religião, ou de uma tabela de câmbios, ou de outros temas diferentes, se faz necessário que o ouvinte tenha um conhecimento prévio sobre tais temas e através de inferências (complexos sistemas de processamentos mentais) consiga apreender o que tais comunicados/enunciados significam, já que apenas um sistema abstrato e codificado não dará suporte suficiente para que ele compreenda determinada informação, pois os conhecimentos adquiridos pelas experiências são determinantes no estabelecimento e fixação dos conceitos. Assim sendo, se um morador de rua que nunca viu uma tabela de câmbios e sequer ouviu falar sobre este tema, se deparar com tal enunciado nada lhe fará sentido, pois sua memória enciclopédica não tem nenhum registro que remeta a tal entendimento, ou seja, a informação não terá relevância nenhuma para ele.

A Teoria da Relevância pode ser uma excelente opção didático-pragmática para explicar os processos de ensino/aprendizagem. Dentro do contexto situacional de sala de aula, a Teoria da Relevância nos fornece ferramentas que possibilitam entender e explicar o porquê de muitas vezes os alunos não conseguirem desempenhar as atividades propostas, uma vez que pode lhes faltar o conhecimento enciclopédico ou até mesmo o seu estado mental em dado momento pode não estar *online* para determinadas propostas. Uma hipótese bastante consistente que poderia auxiliar na explicação desse processo está na força das emoções e dos sentimentos, tendo em vista que eles não são disparados por processos racionais, mas, segundo Damásio (2012), influenciam profundamente a razão em tomadas de decisões, conforme abordamos no capítulo anterior.

A linguagem humana é algo tão complexo, se analisado sob os aspectos fisiológico, linguístico, psíquico, e ao mesmo tempo tão comum, já que todo ser humano utiliza-se deste aparato de maneira espontânea e voluntária. Desvendar os mistérios que envolvem a comunicação/linguagem humana é uma missão eterna para estudiosos da linguagem, ou seja, infinita. Por isso, nessa pesquisa vamos ater-nos a discutir e defender o quanto o modelo inferencial da TR é pertinente a este processo.

Segundo Santos (2009), a obra *Relevance*: *comunication e cognition* (Sperber e Wilson, 1995), além de atrativa, interessante e poderosa também é muito polêmica quando os autores tentam explicar sobre como ocorre a comunicação humana. Segundo Santos:

> É uma proposta que se reveste de uma inevitável complexidade teórica, sobretudo por convergir uma tradição de estudos sintático-semânticos com os mais recentes estudos da psicologia cognitiva, principalmente sobre processamento de informações – processos inferenciais, representação, memória, etc. (SANTOS, 2009, p.62)

Apesar da Teoria da Relevância ser constituinte dos estudos pragmáticos, podemos dizer que ela também é de caráter interdisciplinar, porque dialoga com diversas outras áreas, principalmente a psicologia. Lamentavelmente a TR, apesar de já estar mundialmente bastante difundida, ainda não é estudada de maneira sistemática e efetiva dentro da academia brasileira. Como já dito anteriormente, ela é considerada uma "novidade" para muitos e aceita por poucos.

Para a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2001), a relevância é uma característica psicológica que faz com que uma entrada de dados valha a pena ser processada porque ela modifica a "memória enciclopédica". O efeito da cognição é que vai fortalecer ou contradizer presunções já existentes. Um enunciado, portanto, tem maior relevância quando causa um efeito cognitivo maior e para isso exige um menor esforço no processamento dos dados.

Segundo Nazário (2011), os preceitos da psicologia cognitiva deram origem ao "Princípio Cognitivo", que vê o processo do raciocínio humano não como uma estrutura, mas como algo dinâmico e ligado a fatores como atenção, memória e representação conceitual, o que será fundamental para o processamento de deduções.

2.3.1 O Princípio da Relevância

Toda pessoa, ao produzir determinada elocução, acredita e/ou espera seguramente que seu interlocutor releve suas informações, dando-lhe a atenção esperada. Assim, para que o ato comunicativo seja de fato bem sucedido, ele deve ser antes um ato de ostensão para que consiga despertar a atenção do ouvinte. Todos nós tendemos a dar maior relevância àquilo que nos é pertinente e nos interessa de fato. Por isso se faz necessário que o falante, ao proferir

elocuções, o faça ostensivamente proporcionando estímulos que sejam atrativos, para que valha a pena o ouvinte processá-las.

No ato comunicativo vão existir situações em que muitos enunciados não serão bem entendidos, ou serão entendidos parcialmente, ou ainda sequer serão entendidos. O fato é que o Princípio da Relevância rege todas as situações comunicativas, pois fará com que o ouvinte em dado momento dê atenção ao falante e a partir daí possa selecionar se tais informações têm ou não relevância, se valem ou não apena processá-las. Nazário explica que:

> Sperber e Wilson (1995, p. 158) formularam o Princípio da Relevância nos seguintes termos: "Todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua relevância ótima". Essa presunção de relevância ótima, apoiada pela teoria da cognição, prevê que antes da atenção do ouvinte está a intenção do falante, o qual comunica algo que considera relevante a ser processado. Para eles, é esse princípio que possibilita, através das inferências, explicar o sucesso da comunicação humana. (NAZÁRIO, 2011. p.62)

Nesse sentido, presume-se que antes mesmo da atenção do ouvinte está a intenção do falante, ou seja, primeiramente o falante deve comunicar algo que ele considere ser relevante num maior nível possível, para a partir daí esperar que o ouvinte processe suas informações. O Princípio da Relevância é o que guia todo e qualquer ato comunicativo da espécie humana. Nessa perspectiva, quanto maior for o efeito cognitivo e menor for o esforço de processamento, maior será e relevância.

2.3.2 Cognição e Relevância

A cognição humana pode ser comparada facilmente ao processador de um computador: a máquina contém várias peças interconectadas, mas sem o processador ela não funciona, porque é ele quem realiza as operações cognitivas. Vejamos o que Nazário diz acerca do sistema cognitivo:

> [...] o sistema cognitivo humano está preparado para processar estímulos relevantes a partir de outros. Os estímulos são recebidos pelo *sistema de entrada* (os cinco sentidos) e armazenados no *sistema central* em módulos. Essas informações recebidas são cruzadas com outras já existentes, gerando uma nova informação ou novas suposições – processo guiado pela presunção de relevância do falante. A partir disso, tem-se uma representação conceitual de tal estímulo. Nesse momento, é importante perceber que, para que o *sistema central* execute as funções de processar/combinar e armazenar informações relevantes, as representações conceituais relacionam-se com informações linguísticas e não-linguísticas. Depois de processar e combinar, *o sistema central* deriva novas informações, suposições e

> as avalia de acordo com seu ambiente cognitivo, procurando estar coerente com o Princípio da Relevância. (NAZÁRIO, 2011, p. 62)

Segundo a autora, todo processo interpretativo necessita ser inferencial partindo do Principio da Relevância, ou seja, é uma junção daquilo que é dito e está explícito com o implícito, que é o significado inferido pelo falante. Sperber e Wilson (2001) recorrem a pressupostos gerativistas para fortalecer o princípio cognitivo[12]. Para os autores, ao nascer todos temos um mecanismo inato para a linguagem, é o que Chomsky (1957) denominou de Gramática Universal (GU). Na perspectiva da TR o ser humano possui uma memória enciclopédica, na qual armazena todos os conhecimentos, e através do processo inferencial é possível gerar novos conceitos e possibilidades interpretativas decorrentes do ato comunicativo.

Todo processo cognitivo ocorre através de estímulos. No caso específico da TR, podemos dizer que o processo cognitivo que envolve a linguagem é ativado quando alguém profere algo e a partir daí o interlocutor inicia um processo cognitivo buscando interpretar aquilo que lhe é exposto, ou seja, é um agente externo que provoca tal processamento.

A Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (2001), na busca de definição de relevância, é norteada pelo Princípio Cognitivo e o Princípio Comunicativo humano. Para os autores os efeitos cognitivos ocorrem para fortalecer ou contradizer suposições já existentes, ou ainda combinar suposições existentes para dar como resultado implicações contextuais e conclusões deriváveis da junção entre o contexto e a entrada de dados.

Dentro do leque dos elementos cognitivos, está a memória enciclopédica, fundamental para a Teoria da Relevância. É na memória enciclopédica que armazenamos lembranças, informações e conhecimentos. Através de estímulos é possível com o passar do tempo, acessarmos dados que já se encontravam adormecidos. Assim, para a TR esta é uma memória de longo prazo, ou seja, ela é representativa. Ademais, encontramos também a memória de curto prazo. Logo, ambas precisam trabalhar em conjunto para integrar o todo no processo final de compreensão de determinado enunciado durante o ato comunicativo.

[12]Sperber e Wilson (1995) descrevem o Princípio Cognitivo ou Princípio de Relevância dizendo que a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância.

2.4 Inferência: a mente em ação

A inferência pode ser conceituada como o processo mental que fazemos para a interpretação de significados com a finalidade de sempre gerar mais conhecimento. De acordo com Santos (2009), se trata de pressuposições, deduções, induções, abduções e acarretamentos feitos pela mente com base em informações que utiliza dados disponíveis para chegar a uma determinada conclusão, ou seja, o ato de inferir vai muito além de decodificar um enunciado.

Segundo Silveira e Feltes (2002) o modelo inferencial de Grice constitui um ponto de partida para uma nova abordagem no processo comunicacional. Para as autoras há um hiato entre a construção linguística do enunciado pelo falante e a sua compreensão pelo ouvinte, o qual deve ser preenchido não mais por decodificação e sim pelas inferências. Para a TR é o processo inferencial que possibilita dar conta de como comunicar o explícito e o implícito nos enunciados.

Na perspectiva da TR, dada determinada informação para dois ouvintes. O ouvinte 1 processará de uma maneira, enquanto que o ouvinte 2 o fará de outro jeito, tendo em vista que são pessoas com culturas, crenças, valores, suposições e conhecimentos de mundo diferentes. Dependendo do conhecimento de mundo de cada um deles, um ouvinte necessitará de maior esforço (ou menor) cognitivo que outro. O nosso "processador" une todas as percepções, deduções e induções para depois de processá-las, obter uma conclusão, visto que o resultado será diferente para cada indivíduo.

Imaginemos o contexto em que três pessoas interagem comunicativamente (um falante e dois ouvintes):

(1) Falante: Está muito quente, é preciso nos hidratar!

Usando a metáfora do liquidificador, imaginemos que a interpretação humana se dá através de ingredientes com os quais os ouvintes farão um suco. O ouvinte 1 pega o liquidificador e coloca água, açúcar, laranja, cenoura e mamão. Processa todos estes ingredientes e logo tem um resultado. O suco está pronto. O ouvinte 2, por sua vez, faz o mesmo, porém, coloca água, açúcar, laranja e cenoura. Processa tudo e também tem um resultado. O suco está pronto, mas é um suco diferente do suco do ouvinte 1.

Ambos inferiram que uma determinada bebida líquida seria capaz de hidratar, porém os processos mentais envolvidos para chegar ao resultado final foram diferentes para cada

ouvinte, porque usaram ingredientes distintos. Um necessitou de mais ingredientes que o outro para chegar ao resultado final, que era o de se hidratar. Desse modo, as inferências são inerentes a cada indivíduo.

2.4.1 Grice e as Máximas Conversacionais

O modelo inferencial de interpretação foi proposto e ampliado por Grice (1975). O filósofo elaborou o Princípio da Cooperação (PC) concretizando-o através de quatro máximas conversacionais: quantidade, qualidade, relevância e modo. Segundo Grice (1975), esses são os princípios fundamentais que regem a interação conversacional. O PC parte do pressuposto de que não precisa necessariamente o ouvinte compreender aquilo que o falante profere, basta apenas que haja a cooperação, seja através de um gesto ou olhar. De acordo com Grice, se uma das máximas for violada, a inferência desempenhará um papel fundamental para que ocorra interpretação.

A **máxima da quantidade** propõe que se diga somente o necessário, sem exageros e nada além daquilo que é pertinente. Quanto **à máxima de qualidade** a proposta é que seja dito aquilo que se acredita ser verdadeiro, ou seja, é necessário ter evidências de que o que está sendo proferido não é falso. **A máxima da relevância** recomenda que seja dito somente o que é relevante ao caso. Já a **máxima de modo** pressupõe que tudo que for dito o seja de maneira clara, objetiva e sem ambiguidade.

A proposta de Grice é ótima ao sugerir que a comunicação humana se dá pelo Princípio da Cooperação, pois é evidente que o processo comunicativo é falho no que tange ao cumprimento das máximas, pois elas são violadas a todo instante e de maneira contínua. Vejamos o exemplo abaixo:

(2) A: Você gosta de bolo de cenoura?
B: Estou morrendo de fome!

Evidenciamos facilmente a violação da máxima de quantidade, máxima de relevância e máxima de modo, pois a pessoa (B) não oferece uma resposta apropriada àquilo que (A) pergunta. Já se contextualizarmos os enunciados acima, poderemos ter no mínimo dois modos distintos com significados de caráter inferencial para o enunciado de (B). Vejamos:

(3) - (A) e (B) são primos e encontram-se na casa da tia Ana. (A) percebe que já está tarde e passou da hora do lanche, então pergunta para (B): “Você gosta de bolo de cenoura”?. (B) o mais rápido possível responde: “Estou morrendo de fome!”.

Neste caso a resposta de (B) é uma pista que facilita a compreensão de (A), ou seja, é uma resposta afirmativa de que (B) está com fome para a pergunta de (A). No entanto, notamos nesse fragmento que pelo menos três máximas foram violadas: a máxima de quantidade, máxima de relevância e máxima de modo, pois, ao dar a resposta para (A), (B) disse além daquilo que era necessário, além de não ter sido claro e objetivo.

Se o contexto fosse outro, (A) e (B) estão na casa da tia Ana e (B), ao sentir o cheiro de bolo assando, fornece evidências verbais de que estaria enjoado. Isso levaria (A) à conclusão (via inferências) de que (B) não gosta de bolo de cenoura.

Desse modo, podemos verificar que um mesmo enunciado pode ter várias interpretações distintas, e que cada uma depende exclusivamente das situações comunicativas. Esses diferentes modos de interpretação de um mesmo enunciado foi o que Grice denominou de implicaturas conversacionais.

2.4.2 Implicaturas Conversacionais

Segundo SANTOS (2009), a relação de implicação do falante se processa pelo “implicar no dizer”, e do ouvinte pelo “inferir o não-dito, mas comunicado” (o implícito, o subentendido). As implicaturas vêm para preencher a lacuna que existe quando as máximas conversacionais são violadas. O fato de uma das máximas ser violada não significa que não houve o Princípio da Cooperação, tendo em vista que, em situações conversacionais, ele sempre está presente. Uma implicatura, portanto, é a conclusão do processo de interpretação, ou seja, o significado em si, conforme expõe o autor abaixo:

> A implicatura pode ser conceituada como um processo mental, trivial ou não, que ancorado nos, e pelos, saberes e convenções cognitivo-socio-culturais dos interlocutores, possibilita a geração de significados. A idéia de que existe uma quantidade esperada de informação – que seria veiculada em um intercâmbio verbal – é apenas um dos aspectos de outra idéia, mais geral, de que as pessoas envolvidas em um ato comunicativo cooperam umas com as outras. Nesse sentido, podemos afirmar categóricos que a inferência é universal e a implicatura é cultural. (SANTOS, 2009, p. 28)

Sem dúvida, para o autor, a implicatura é o próprio significado comunicado implicitamente no enunciado, ao passo que a inferência é um processo mental de (sub) entender esse significado. As implicaturas seriam, portanto, probabilísticas e individuais, resultantes do processo inferencial.

O ato comunicativo entre seres humanos pode falhar mesmo que esteja vinculado às melhores circunstâncias. Neste caso o ouvinte tende a desenvolver suposições com base nas pistas fornecidas pelo falante, suposições estas geradas a partir das inferências. Comparemos o ato comunicativo a um computador. Mesmo ele sendo uma máquina moderna de última geração, pode acontecer de falhar. É através do processo inferencial que conseguimos obter resultados relevantes e pertinentes durante o ato comunicativo.

2.4.3 O ato comunicativo

Sperber e Wilson (2001) assumem que o processo inferencial do ser humano é não demonstrativo. Para os autores a inferência não demonstrativa pode ser explicada da seguinte maneira: quando assumimos que a comunicação humana pode falhar, assumimos também que o sistema inferencial humano está pautado em suposições e evidências fornecidas ostensivamente pela pessoa que comunica. O fato é que, com base em dadas suposições, poderá haver confirmação, mas nenhuma prova se tal suposição é ou não verdadeira. É isto que define a inferência não demonstrativa.

Conforme vimos no item 1.4.2 as implicaturas são casos paradigmáticos de inferência não demonstrativa, pois são elas que possibilitam a geração de significados conversacionais. Assim, às inferências não demonstrativas não são dedutivas, (no sentido aristotélico de dedução), porque são conclusões de bases probabilísticas. (SPERBER; WILSON, 2001, p.121)

O ato humano de inferir é tão natural e rápido que podemos dizer que muitas vezes ele ocorre de maneira inconsciente. Segundo a TR, a força de uma suposição tende a ser relevante quando esta é processada sem exigir um amplo esforço cognitivo. De acordo com Sperber e Wilson (2001), Fodor (1983) postulava que a mente é formada por uma variedade de sistemas especializados divididos em duas partes: os sistemas de entrada de dados (*input*) e os sistemas centrais.

Os sistemas centrais derivam dos vários sistemas de entrada de dados e da memória. As suposições formadas a partir dos processos inferenciais tendem a ganhar mais força durante a interpretação de um enunciado, uma vez que são adquiridas através de experiências

e não apenas através de relatos fornecidos por outras pessoas. Vejamos como isso ocorre nos exemplos a seguir.

X é um menino tranquilo que mora com seus pais, tem uma vida regrada e uma convivência familiar exemplar. Seus pais são trabalhadores e procuram repassar ao filho bons exemplos de como viver de maneira saudável e correta. Procuram conversar com o filho sobre diversos temas como: combate a violência, drogas, alcoolismo, saúde, esporte etc. X sempre ouve tudo com muita atenção. Y é um menino inibido, mora num abrigo para menores, foi retirado da família biológica porque sofria abuso por parte do padrasto e a mãe era conivente com a situação.

X e Y estudam juntos na mesma classe, quinto ano do ensino fundamental I. Certo dia, meados do mês de maio, a professora entrega aos alunos um folder,

FONE: https://www.deprimeiracategoria.com.br/2017/05/dia-de-combate-ao-abuso-e-exploracao.html

e explana sobre o assunto. Na sequência pede para que produzam um texto escrevendo sobre o que se deve fazer quando sofre ou vê algum colega ou qualquer pessoa sofrer algum tipo de violência.

Com base nas considerações anteriores é possível deduzir que todos os alunos necessitarão recorrer a processos inferenciais para poder atender a solicitação da professora no cumprimento da atividade. Será necessário com base na entrada de dados das elocuções proferidas pela professora buscarem representações nos sistemas mentais centrais, especificamente na memória enciclopédica, respostas para as indagações da educadora. Neste caso específico podemos ter no mínimo três situações: *X* com certeza produzirá um texto com base nas suposições que tem sobre o tema, pois são suposições formadas a partir de relatos de outros (os pais). Já *Y* poderá produzir seu texto com base em suposições adquiridas/vivenciadas, ou ainda poderá não produzir nada, pois este tema pode remetê-lo a

lembranças chocantes que o impeçam de desempenhar tal atividade. Mais uma vez sentimentos e emoções influenciando a razão, mas como já adiantamos falaremos disto adiante.

Em suma, podemos dizer que o ser humano não tem como fugir do processo inferencial. Ele é inerente a todos os atos comunicativos. Sem as experiências de mundo é impossível obter resultados conclusivos das interações, baseando-se apenas na codificação e decodificação linguística, porque possuímos não só a capacidade linguística, mas, e mais importante a de criar e relacionar coisas através da linguagem.

2.5 Contexto: do anonimato ao protagonismo no processo comunicativo

O contexto é um conceito que ao longo dos anos ficou adormecido nas preocupações dos linguistas e filósofos da linguagem, sendo ignorado e desconsiderado por muitos pesquisadores, apesar de já ser objeto nos estudos vinculados à análise do discurso. Com o reconhecimento e o afloramento dos estudos pragmáticos ele começa a conquistar um papel fundamental no cenário investigativo, além de ser extremamente pertinente e interessante à área da educação durante os processos de ensino e aprendizagem. O contexto é, portanto, um constituinte fundamental dos estudos e análises pragmáticas.

Para a pragmática, como vimos anteriormente, o contexto é um elemento essencial para a interpretação dos enunciados no ato comunicativo. É demasiadamente importante considerar que o contexto não é apenas a situação local em que ocorrem os atos comunicativos, porque ele pode ser linguístico, mental, situacional, sociocultural, circunstancial etc.

Segundo Santos (2013) o contexto foi considerado uma fronteira que separaria a semântica da pragmática, porque a semântica estuda o significado de uma proposição sem considerar o contexto, ao passo que a pragmática analisa o significado vinculado ao contexto. Citamos no item 1.1 que sintaxe, semântica e pragmática podem ser estudadas separadas, porém, só adquirem uma compreensão apropriada quando analisadas em relação recíproca umas com as outras.

Apesar de estar em voga nos estudos linguísticos pragmáticos, definir o conceito de contexto não é uma tarefa muito fácil, e, talvez não seja uma necessidade eminente como é a de utilizá-lo e de apropriar-se dele, como elemento constituinte fundamental das análises no processo inferencial. Segundo a TR, o contexto pode ser caracterizado momentaneamente como uma constante inconstante, pois é estável e efetivo no ato comunicativo, mas, modifica-

se a todo instante, a cada enunciado e a cada informação nova, vinculando-se ao lugar, momento, cultura, situação de uso, público etc.

Para a TR, o contexto no momento do ato comunicativo, geralmente contém informações derivadas de contextos imediatamente anteriores. Assim, um ato comunicativo só poderia ser de fato interpretado sem nenhuma imprecisão, tal qual o falante deseja, caso ele tivesse acesso ao contexto mental do ouvinte no momento da enunciação, fato este que sabemos ser impossível, visto que se trata de seres humanos e os diversos contextos, nos quais estão inseridos, modificam-se a todo instante.

Como a proposta desta investigação está voltada para a análise de textos na perspectiva da Teoria da Relevância, o contexto é um elemento indispensável durante o processo investigativo. Vale ressaltar que ele é uma circunstância fundamental na produção textual, pois através dele será possível identificar, justificar e chegar a resultados que permitam entender muitos elementos implícitos no texto.

2.5.1 O texto no contexto

Ao solicitar uma produção textual a um estudante, primordialmente o professor deve levar em consideração o que é possível para ele naquele momento. Um dos fatores para que haja uma produção bem sucedida é o conhecimento prévio sobre o assunto/tema proposto. Ou seja, é necessário que exista algum vestígio e/ou registro presente na memória enciclopédica do aluno, ao passo que se isso não acontecer ele encontrará dificuldades no processo inferencial, já que seu "banco de dados" mental não encontra nenhum registro armazenado sobre tal assunto. Exemplifiquemos isso:

(4) - Um professor do terceiro ano do ensino fundamental I propõe aos seus alunos (crianças na faixa etária de 9 anos), uma produção de texto falando sobre a crise política do Brasil.

Obs: Neste período escolar, as crianças estão começando a produzir seus primeiros ensaios textuais.

Pois bem, provavelmente a criatividade será grande, mas as chances de que estes alunos consigam produzir um texto que esteja devidamente voltado ao tema proposto será mínima ou nula. Sobre a escrita Olson destaca que:

> [...] Para dominar a escrita, não basta conhecer as palavras, é necessário aprender a compartilhar o discurso de alguma comunidade textual, o que implica saber quais são os textos importantes, como devem ser lidos ou interpretados, como devem ser aplicados na fala e na ação. [...] Pensamos no domínio da escrita como condição ao mesmo tempo cognitiva e social: a capacidade de participar ativamente em uma comunidade de leitores que concordam com certos princípios de leitura. (OLSON, 1998, p. 75 *apud* LERNER, 2002, p.61)

Tomando como base as palavras da citação, e levando em consideração a idade cronológica dos alunos do terceiro ano, podemos deduzir hipoteticamente que os estudantes não devem fazer parte da chamada comunidade textual que discute ciências políticas. O contexto situacional destes alunos é outro neste momento, porque estão iniciando as atividades voltadas à produção textual, ou seja, estão aprendendo como montar um texto e os elementos que devem utilizar em sua construção. Neste momento o processo de aprendizagem não é favorável ao desempenho solicitado, é bem provável que os dados armazenados na memória enciclopédica desses alunos não tenha suporte suficiente para a realização da tarefa, assim como o contexto linguístico deles também não seja satisfatório.

Porém, é interessante ponderar que, mesmo sem ter todos os requisitos acima, para desempenharem a proposta, de certa maneira estas crianças irão utilizar o seu "processador" mental na tentativa de processar aquilo que a professora pediu, o que exigirá um esforço cognitivo muito alto das crianças e, consequentemente não causará o efeito esperado.

Todo texto é, portanto, uma construção linguística, na qual estão presentes vários elementos, por isso ele só poderá ser produzido (autor) e interpretado (leitor) quando houver um conhecimento de mundo em torno desse processo de construção e interpretação. As variáveis linguísticas, culturais, sociais, históricas etc exercem um poder de influência muito grande tanto na produção, quanto na interpretação do leitor.

Salientamos mais uma vez a importância de identificarmos as pessoas como indivíduos ativos e únicos, pois os significados atribuídos nas diversas situações comunicativas são exclusivos de cada ser humano, e o(s) contexto(s) condiciona(m) tanto a produção quanto a recepção de textos

Capítulo 3 - Análise das produções textuais

> Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.
>
> (Paulo Freire)

3.1 Metodologia de Trabalho

Os pilares desta pesquisa concernem à Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (2001). O material utilizado para a sua realização são produções textuais de crianças e adolescentes que vivem em acolhimento institucional. No decorrer da pesquisa não tivemos nenhum tipo de contato com as crianças e/ou adolescentes que realizaram as produções. Estas foram coletados na cidade de Irati em três escolas da rede estadual de ensino, e na instituição não governamental diretamente das mãos dos professores. As produções foram realizadas dentro do contexto escolar e dentro de uma unidade de acolhimento.

Segundo André (1995, p.28) "o pesquisador é o instrumento principal na coleta e análise dos dados. Os dados são mediados pelo instrumento humano, o pesquisador". Nesse sentido, visando a imparcialidade do pesquisador no processo das análises, optamos por não solicitar produções para os acolhidos da unidade em que há vínculo empregatício da nossa parte. Mesmo não atuando diretamente no atendimento das crianças e adolescentes, acreditamos que o fato de conhecer e conviver com os menores que ali residem pudesse não ser positivo para a investigação. É uma opção utilizada na seleção do *corpus* que prima sempre pela ética e transparência da pesquisa, não deixando margem para possíveis questionamentos de conduta.

Ao optar por uma pesquisa do tipo documental, delimitamos o universo e os indivíduos envolvidos. Cumpre-nos destacar que nossa pesquisa parte dos seguintes questionamentos: 01) como ocorre a produção textual de crianças que vivem em abrigos? 02) os fatores extralinguísticos (crenças, experiências de mundo, contexto situacional, cultura etc interferem no desempenho linguístico dessas crianças? 03) as emoções e sentimentos exercem alguma influência no desempenho acadêmico dessas crianças? .

A partir daí iniciamos o processo investigativo, fortalecendo ou não nossas hipóteses. É um trabalho flexível em que aspectos da pesquisa e situações problema são revistos a todo instante. Dentre os pressupostos iniciais traçados nos objetivos, enfatizamos que é interesse

mostrar através das análises o quão heterogêneas são as situações comunicativas que cerceiam a sociedade, propondo que as pessoas devem ser vistas como indivíduos únicos.

As produções textuais foram realizadas nos meses de maio, julho e setembro do ano de 2018, e nenhum dos trabalhos que nos foi entregue possui qualquer tipo de identificação. Ressaltamos ainda que, no que tange às medidas éticas e legais referentes à pesquisa, essas transcorreram em conformidade com o a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do Comitê de Ética em Pesquisa da UEPG, conforme já citado anteriormente.

3.2. O Texto e suas entrelinhas

Muitas pessoas consideram o ato de escrever como uma tarefa árdua e difícil. Tal afirmação pode ser encarada como uma concepção um tanto provocativa.

Sabemos que a interação verbal é muito mais complexa do que propõem as teorias fundamentadas no modelo de códigos. O processo inferencial exerce um papel crucial no processo de interpretação linguística. Segundo a Teoria da Relevância ao proferir uma sentença o falante interfere diretamente no ambiente cognitivo do seu interlocutor. Para a TR a interpretação não é apenas uma atitude passiva; ela é uma proposta que vai além de apenas compreender o que está escrito e é dito, ou seja, ela se interessa pelos processos que estão envolvidos durante o processo de interpretação.

O texto é constituinte de atividades comunicativas e as condições de produção e de recepção dos textos são fundamentais para a sua interpretação. Portanto, ele jamais será visto e interpretado como um produto acabado. Cada indivíduo, ao produzir um texto e ao interpretar determinada produção textual, utilizará processos mentais únicos e individuais, criando possibilidades, suposições e hipóteses baseadas em suas experiências e crenças. Assim, um mesmo texto se apresentado a cinco pessoas dará lugar a resultados de interpretação/compreensão diferentes para cada indivíduo, pois o ambiente cognitivo e os processos inferenciais envolvidos são únicos para cada pessoa, conforme explicamos no segundo capítulo no item 2.4, quando usamos a metáfora do liquidificador da mente para tratar das inferências.

Segundo Koch (1997):

> Poder-se-ia, assim, conceituar o texto, como uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a depreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de

> ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais. (KOCH, 1997, p.22)

Todo texto deve apresentar em sua estrutura coerência e coesão, já que uma produção textual vai além de uma simples sequência de palavras aleatórias, pois ela é uma construção vinculada a uma série de fatores. Segundo Mussalin e Bentes (2001) os estudos sobre o texto têm se aproximado bastante do que se costuma chamar de estudos cognitivos, principalmente daqueles ligados a uma concepção de cognição que pressupõe uma visão integrada das faculdades mentais do ser humano. Daí nossa opção por mobilizar a Teoria da Relevância na análise de textos de crianças e adolescentes institucionalizadas.

Vejamos agora como se dá o processo interpretativo dos(as) alunos(as) nas sete produções textuais selecionadas do *corpus*, e, se nossas hipóteses levantadas no item 3.1 estão explícitas podendo ou não serem confirmadas.

Este trabalho foi solicitado para crianças do 5º ano do ensino fundamental II, numa escola estadual da rede pública de Irati. De acordo com a professora o tempo que ela deu para as crianças produzirem suas histórias foi de aproximadamente uma hora. Para a realização desta tarefa a professora entregou uma folha (Anexo 01, p.90) aos alunos com uma ilustração e que dizia:

Observe a gravura e continue a história.

A gravura (anexo 01, p.90) ilustrava um menino com um papagaio num barco pescando, e logo abaixo o começo da história que a criança deveria complementar.

PAULINHO E O SEU PAPAGAIO DUQUE ESTAVAM PESCANDO, QUANDO DE REPENTE...

01 ... ele pegou um peixe bem grande, o Paulinho se assustou por que o peixe era 02bem brabo o papagaio duque ficou bem feliz por que o peixe ia dar uma janta bem 03gostoza para familia o barco do Paulinho estava balansando o barco parecia que ia 04cair no mar e o Paulinho ia perder o peixe e não ia ter uma janta gostoza Paulinho 05 ficou triste e o Paulinho se alegrou e pegou o peixe e o paulinho estava indo para a 06 janta da familia.

Com base na produção do(a) aluno(a) podemos dizer que o *input* ostensivo fornecido pela professora através da ilustração causou um efeito cognitivo satisfatório na criança. A gravura produziu estímulos que direcionaram o(a) autor(a) para a melhor interpretação possível que sua mente e seus conhecimentos prévios poderiam lhe fornecer naquele

momento. O pontapé inicial da produção escrita já veio com a proposta, ou seja, a criança já inicia seu texto com algumas informações explicitamente manifestas. Das informações manifestas, duas formam o conjunto de premissas que irão compor o raciocínio interpretativo que subscreverá a produção do texto:

- O menino que está no barco chama-se Paulinho
- A ave que estava no barco com Paulinho é um papagaio e chama-se Duque.

Como a gravura faz parte da proposta de produção solicitada pela professora, podemos dizer que essa atividade pode ser caracterizada como verbal e não verbal. Partindo da premissa de que os personagens Paulinho e Duque estavam pescando, a criança ao vislumbrar a gravura começa a inferir e tirar suas conclusões rapidamente quando observa a fisionomia de Paulinho ao fisgar o peixe: “ele pegou um peixe bem grande” (linha 01). A informação de que o peixe era grande e bravo não está explícita na ilustração. Tal conclusão se dá através do processo inferencial que a criança realizou a partir da informação nova (*input*) fornecida na gravura.

Para a criança que produziu esse texto, a gravura o fez inferir que Paulinho se assustou porque o peixe era grande e bravo, ao passo que Duque ficou feliz, pois imaginou um jantar bem gostoso. Já outras crianças podem produzir um texto olhando a mesma gravura, mas, tornando manifesto que Paulinho estava com medo, que o peixe era pequeno, que tinha nuvens e poderia vir uma tempestade, que o papagaio Duque estava com medo, que o peixe poderia ser vendido ao invés de ser utilizado para o jantar. Ou seja, é impossível um enunciado ser “embrulhado” e “desembrulhado” de maneira igual, tanto para quem comunica como para quem ouve. São processos mentais complexos e particulares dos interpretantes, pois os significados inferidos jamais serão idênticos.

No decorrer do texto, fica claro que foi relevante para o(a) aluno(a) processar a proposta da professora, reconhecer sua intenção comunicativa e informativa, e, dar um *feedback* de acordo com suas percepções. Partindo do que foi manifesto com o fornecimento das palavras iniciais do texto e com os estímulos lançados através da gravura, a criança conseguiu pelas suas inferências interpretar da melhor maneira possível, naquele momento aquilo que lhe foi proposto. Ou seja, uma intenção não pode ser nunca decodificada, apenas inferida.

A cooperação durante o processo de produção do significado é extremamente importante, tanto da parte de quem enuncia como da parte de quem recebe uma enunciação. A

proposta de produção foi bem sucedida e teve relevância para a criança, porque ambos (professora e aluno(a)) cooperaram durante o processo de comunicação. Isto é, a criança em algum momento poderia não ter cooperado, ignorando a professora, o seu discurso em sala, a sua proposta de produção, deixando um vácuo, mas, de certa forma o estímulo da professora causou interesse na criança naquele momento. Ou seja, o enunciado juntamente com os estímulos da educadora foram ostensivos o suficiente para produzir um efeito a ponto do(a) aluno(a) conseguir através de inferências tirar suas conclusões e discorrer sobre o tema.

A segunda produção foi solicitada para uma turma de oitavo ano do ensino fundamental II, em uma escola estadual da rede pública de ensino do município de Irati. A professora de língua portuguesa entregou para os alunos uma ilustração retirada da *web site* da Prefeitura de São Paulo, em campanha de combate a violência contra mulher no carnaval de 2014 e solicitou que dissertassem sobre a violência. A produção textual deveria ser feita numa folha de caderno e entregue no final da aula. Essa proposta foi realizada no mês de maio (Anexo 02, p.91). Na sequência segue a produção de um aluno(a). O texto foi transcrito exatamente conforme o(a) adolescente escreveu.

FIGURA 07: Ilustração entregue aos alunos como recurso visual para a produção textual

1. Com base na ilustração acima, produza uma dissertação argumentativa expondo seu posicionamento sobre o tema exposto na figura.

Fonte: Imagem Ilustrativa utilizada pela Prefeitura de São Paulo em Campanha de combate à violência contra mulher no carnaval de 2014. Disponível em http://www.paulista40graus.com/paulista-promove-combate-a-violencia-contra-a-mulher-no-carnaval/

01 Violência é crime, denque denuncia essa barbaridade, a vida é cheia de violência 02 mais tem que devende, denuncie essa violência, para acabar a violência contra
03 crianças e adolescentes, denuncie e tenha a liberdade das outras, crianças e
04 adolescente.
05 Essa barbaridade tem que acabar e tem que proteger as “crianças e adolescentes” 06 dessa violência, a gente tem que cuida e proteger. Essa violência não pode ficar

07 assim, temos que proteger não importa quem seja, denuncie a violência.
08 A violência tem que acabar, o mundo seria melhor sem nenhuma violência, as
09 pessoas que sofrem essa violência ficariam mais felizes e até acradeceriam quem
10 denunciar essa violência. Ajudar a todos não vai fazer mal a ninguém, denuncie e
11 veja você vai fazer uma pessoa sorrir outra vez.

É interessante salientar que a Teoria da Relevância disponibiliza ferramentas bastante interessantes que nos permitem fazer análises discursivas, partindo do ponto de vista cognitivo, uma vez que através dos processos inferenciais poderemos sistematizar nossas interpretações. Enfatizamos que durante o processo investigativo não buscamos fazer uma análise linguística considerando os níveis fonéticos, sintáticos e morfológicos das produções.

Sperber e Wilson (2001) apontam que a capacidade racional do ser humano é extremamente rápida na tomada de decisões, diante de qualquer fato e/ou ocorrência. No caso dos nossos internos, é graças a essa competência racional que o(a) aluno(a) consegue interpretar a proposta que lhe foi solicitada para realizar a sua produção textual.

Nesta segunda produção selecionada, uma construção textual de três parágrafos com 124 (cento e vinte e quatro) palavras, observamos que o termo violência foi escrito 11 (onze) vezes. É importante ressaltar que o conceito, o tipo e a quem esta violência se refere não está explícito na proposta. O(a) autor(a) precisou resgatar em sua memória enciclopédica a representação conceitual do termo e acionar o seu "liquidificador mental" para que este lhe dê respostas rápidas que causem grandes efeitos, sem exigir-lhe muito esforço cognitivo.

De acordo com Sperber e Wilson (2001), o estímulo que o locutor dá ao interlocutor ao proferir determinado enunciado/sentença é a ostensão. No caso da produção que estamos analisando, podemos inferir que o(a) aluno(a) reconheceu a intenção da professora. Ou seja, as intenções informativas da professora foram satisfatórias e os indicativos de que esta comunicação foi bem sucedida estão explícitos na produção textual do(a) aluno(a). No texto o(a) autor(a) discorre sobre o tema proposto de maneira ostensiva, dando ênfase à palavra violência e os desdobramentos que atitudes violentas podem desencadear na vida de crianças e adolescentes. A maneira ostensiva que o(a) adolescente discorre fica explícita no seu léxico, pois utiliza palavras fortes e pertinentes ao tema proposto pela professora, como: crime, denunciar, barbaridade, ajudar entre outras.

Podemos dizer que a informação (*input*) fornecida pela professora ao solicitar a atividade foi relevante a este(a) aluno(a), indo ao encontro das suposições que o(a) mesmo(a) tem sobre o tema. Contudo, é importante ressaltar que os *inputs* são constituídos não apenas

de elocuções do locutor/produtor, mas também de seus pensamentos, ações, sons, memória dentre vários outros estímulos.

Embora saibamos que este texto foi produzido por um(a) aluno(a) que vive em acolhimento institucional e que o abrigamento só ocorre quando há algum tipo de violação de direitos do menor, isso não nos permite afirmar com base em sua produção textual que ele(a) sofreu algum tipo de violência. Afinal, a proposta da professora era dissertar sobre a violência. Quando opta por escrever sobre violência contra crianças e adolescentes, podemos inferir que este(a) aluno(a) leu/ouviu alguma notícia sobre o tema, presenciou algum tipo de violência contra menores ou passou por uma situação de violência.

De acordo com Sperber e Wilson (2001), nossa mente seleciona instantaneamente estímulos que nos direcionem para alguma significação, processando as informações mais relevantes através de nossos conhecimentos prévios (velhos) e produzindo conclusões novas. Ao escrever "a vida é cheia de violência" na primeira linha o(a) autor(a) leva-nos a inferir que em algum momento de sua vida ele chegou a conclusão do quão violenta é a vida, e no momento que recebeu a informação (*input*) com a proposta textual, suas crenças e seus conhecimentos prévios o auxiliaram no processo de produção textual, fazendo-o(a) discorrer ostensivamente sobre o tema.

Segundo Sperber e Wilson (2001), a regra inferencial *modus ponens* (Se P então Q) comanda a racionalidade e é responsável pelo processamento interpretativo do ser humano. No caso desta produção textual, por intermédio de uma variante desta regra inferencial – a variante inferencial conjuntiva "Se (P+Q) então Z" – podemos especular sobre seu raciocínio na produção do primeiro parágrafo. Pelos pressupostos da Teoria da Relevância, as premissas que correspondem às variáveis "P", "Q" e "Z" são as sentenças/elocuções do fragmento textual. Substituindo essas premissas pelas variáveis da regra inferencial, teríamos: **Se** (a vida é cheia de violência **(P)** + violência é crime contra crianças **(Q)) então** (denunciar acaba com a violência **(Z)**). "Z" corresponde à conclusão mental resultante da operação inferencial desta regra. Esta conclusão deste menor é explicitamente verbalizada em forma de apelo aos seus colegas internos, que predica: denuncie a violência.

Num segundo momento, a partir da conclusão inferencial da primeira operação mental, a regra simples (Se P então Q) foi novamente requerida pela cognição do adolescente. Substituindo as premissas textuais pelas variáveis da regra inferencial, teríamos: **Se** (a violência acabar por intermédio da denúncia **(P) então** teremos crianças e adolescentes livres iguais às outras) **(Q)**. A proposição (conteúdo) resultante das duas inferências desta criança é explicitamente condensada na petição/apelo aos colegas institucionalizados e que têm/tiveram

experiências violentas, de que se denunciarem a violência eles “serão livres, iguais às outras crianças” que não estão em institutos de acolhimento.

De acordo com o Princípio da Relevância o esforço de interpretação deve ser mínimo para que o efeito cognitivo daquilo que é comunicado seja maximizado pelo ouvinte/interlocutor. Não temos como medir, com base apenas na escrita do(a) adolescente, o esforço e o efeito cognitivo que o(a) mesmo(a) teve durante sua produção. Entretanto, podemos inferir através de sua escrita que a informação nova (*input*) que a professora deu, juntou-se às informações prévias já armazenadas em sua memória enciclopédica gerando novas conclusões sobre o tema. Isso demonstra que o processo ostensivo-inferencial (GRICE, 1975) está sempre ativo na cognição humana, em todas as instâncias de interpretação da vida cotidiana.

Seguindo com a análise, partimos da premissa que ao escrever sua produção o(a) autor(a) tem no mínimo duas intenções: 1) cooperar com a professora, realizando a atividade proposta, independentemente se a atividade for avaliativa ou apenas um conteúdo programático; 2) manifestar à professora e aos leitores uma informação, esperando que estes reconheçam a sua intenção de informar sobre a violência, com a intenção de gerar novos conhecimentos aos seus leitores discorrendo ostensivamente sobre agressões cometidas contra crianças e adolescentes.

Outro fator relevante nesta análise é a ênfase que o(a) autor(a) dá ao tema, ao sugerir que seus leitores denunciem qualquer tipo de violência, uma vez que o verbo denunciar aparece seis vezes em sua produção. Tomando como base a escrita do(a) adolescente na terceira linha quando escreve “denuncie e tenha a liberdade das outras, crianças e adolescente.” temos indícios fortes mais uma vez que a informação (*input*) que recebeu da professora foi relevante. Ou seja, através de suas inferências o(a) adolescente consegue concluir que a violência é um tipo de prisão, e isto precisa acabar, sendo a denúncia um caminho para a solução deste problema. Do ponto de vista social esta premissa inferida expressa o desabafo em forma de crítica de que a instituição de acolhimento priva o acolhido de sua liberdade.

De acordo com a TR, quando discorre sobre o tema, o(a) autor(a) torna manifesto um conjunto de suposições com a intenção de atrair para si a atenção da professora e de seus leitores. Ou seja, o(a) adolescente comunica a presunção de sua própria relevância ótima. Ao produzir o texto ostensivamente, o(a) autor(a) fornece pistas tanto à professora quanto aos seus leitores que aquilo que quer informar através de sua produção é relevante o suficiente e que merece a devida atenção.

Lançamos o olhar para esta produção ancorando-nos também nos pressupostos da inferência não-demonstrativa, ou seja, neste tipo de inferência a conclusão não pode ser provada, apenas confirmada no processo de compreensão/interpretação. Enquanto pesquisadores e interlocutores desse texto podemos inferir que esta produção pode ter sido escrita por alguém que tem bastante conhecimento (de mundo) sobre o tema. Outro fator que nos leva a confirmar tal afirmação é o fato do nosso contexto mental ter ciência no decorrer da análise que este(a) adolescente é um menor institucionalizado, ou seja, é uma informação extremamente relevante que faz com que a análise seja diferente para nós pesquisadores que temos conhecimento do contexto situacional do(a) autor(a) da produção. Se uma terceira pessoa ler o texto sem ter todos esses conhecimentos prévios sobre crianças institucionalizadas, com certeza sua compreensão/interpretação será bem diferente.

Uma produção textual, independente de sua modalidade discursiva, é fruto de um complexo exercício cognitivo. A construção de um texto nem sempre é pautada num discurso explícito, ou seja, muitas informações são sonegadas ao leitor, tendo o indivíduo/interlocutor a obrigação de recorrer ao seu processador mental, para que este lhe dê, através das suas inferências, uma compreensão/interpretação satisfatória do que o texto implica, exigindo o menor esforço cognitivo possível de processamento.

Na sequência segue a produção de mais um aluno(a) (Anexo 03, p.92) que vive em contexto institucional e que estuda na mesma escola e turma do(a) adolescente que escreveu a produção anterior. O texto foi transcrito exatamente conforme o(a) adolescente escreveu. Manteremos o mesmo padrão de enumerar as linhas para facilitar durante o processo de análise.

01 A violência é uma coisa muito ruim de se fazer eu que digo, pois eu já violentei 02 os meus irmãos, cada dia que se passava eu ficava mais violento com eles.

03 Bom foi assim que eu mudei por causa de uma reportagem que passava na 04televisão, percebi que não tava fazendo bem para mim e para meus irmãos, eu era 05muito agressivo por qualquer coisa que falavam eu partia para a briga e a violência já 06 tomava conta de mim.

07 A reportagem fez relembrar o que fazia para ambos, ela fez o que eu não 08conseguia fazer que era parar com a violência e nesse dia passava na televisão que era 09 um homem bateu na esposa até a morte.

10 Então eu pensei que estava ficando igual ele, e agora estou me afastando de 11encrencas, brigas ou confusão e não faço mais parte da violência.

Ressaltamos que esta produção é um texto produzido por um(a) aluno(a) que estava nas mesmas condições de interlocutor da informação do(a) adolescente que produziu o primeiro texto. De acordo com Sperber e Wilson (2001), ao receber a informação (*input*) dada pela professora, o ambiente cognitivo deste aluno(a), sem dúvidas acionou instantaneamente seu processador mental, para poder a partir daí tirar suas conclusões inferenciais e gerar novos conhecimentos com base naquilo que já tinha armazenado em sua memória enciclopédica.

Um dos pressupostos da Teoria da Relevância é acerca da individualidade de cada pessoa, isto é, o indivíduo é único e por mais que tenha ideias, conclusões e pensamentos em comum com outras pessoas, cada pessoa terá de realizar processos mentais (inferências) individuais e diferentes.

Para o(a) autor(a) desta produção a atenção dada à professora foi extremamente relevante, levando-o(a) a compreensão daquilo que estava explícito no enunciado da proposta. Assim como na análise anterior, não temos como medir o esforço e o efeito cognitivo causado na mente do(a) adolescente durante o processo de compreensão da informação (*input*) dada pela professora, assim como durante a realização de sua produção textual. Porém, podemos apontar de imediato que o(a) aluno(a) discorreu sobre o tema de maneira ostensiva, uma vez que busca informar e convencer o seu leitor sobre o quanto a violência é ruim.

Ao iniciar sua produção o(a) autor(a) já menciona na primeira linha que "A violência é uma coisa muito ruim de se fazer". Um raciocínio lógico necessita de no mínimo uma premissa e uma conclusão. Neste caso o(a) adolescente inferiu rapidamente que a violência é ruim, ou seja, se admitirmos que o enunciado citado acima seja verdadeiro, e com certeza é, pois não existe violência boa, podemos dizer que o tipo de inferência utilizada durante o processamento mental da informação (*input*) foi a demonstrativa, baseada no raciocínio lógico.

A conclusão mais relevante ativada pelo processador inferencial do aluno(a) teve como princípio ativo a regra *modus ponens* conjuntivo "Se (**P**+**Q**) então **Z**", com a generalização dos conteúdos proposicionais das seguintes premissas: a) eu era violento com meus irmãos (**P**), b) a tv mostrou o caso de um homem violento que matou sua esposa (**Q**), c) eu estava ficando igual a ele (**Z**). Substituindo essa premissas pelas variáveis na regra *modus ponens* teremos: **Se** (eu era violento com meus irmão **(P)** + (a tv mostrou um homem que matou sua esposa **(Q)**) **então** (ao continuar violento eu estava ficando igual a esse homem **(Z)**).

As inferências do(a) aluno(a) continuam sendo processadas e o levam à conclusões positivas de convívio social. A partir da informação/observação da notícia da TV, passou a

comportar-se de maneira diferente com seus irmãos e a ter atitudes responsáveis. Ao afastar-se das encrencas, baniu a violência de sua vida. Essa decisão exprime sua atitude mais relevante: não faz mais parte da violência.

É relevante ponderarmos também acerca do quão presente foi a violência na vida desse(a) adolescente. Na primeira análise o(a) autor(a) discorre sobre o tema ostensivamente, mas sem dar indícios que nos permitam provar que passou por alguma situação de violência, ao passo que nesta produção o(a) aluno(a) utiliza-se da proposta textual para expor que a violência faz/fez parte de sua vida: “pois eu já violentei meus irmãos, cada dia que passava eu ficava mais violento com eles.”

Apesar da Teoria da Relevância não considerar em seus pressupostos teóricos a influência das emoções e sentimentos na interpretação humana, abrimos um adendo para questionar se nesta produção, o(a) aluno(a) foi movido apenas pela razão quando escreveu seu texto. É do nosso conhecimento de que é um(a) adolescente que está acolhido num abrigo e/ou casa lar, ou seja, está privado do convívio familiar. Não seria questionável ponderar acerca de quantos sentimentos e emoções (medo, angústia, raiva, tristeza etc,) tomaram conta de seu ambiente psico-cognitivo no momento de sua produção?

Santos (2017, p. 4), num trabalho inédito no quesito linguagem e emoções na perspectiva pragmática, conceitua emoções como sendo “reações psico-orgânicas sensíveis a percepções experienciais voláteis, novidadescas, não conscientes, mas comandadas pela mente , diante de uma situação excitante repentina”. Ou seja, o(a) adolescente não esperava que o tema do trabalho escolar fosse discorrer sobre a violência, para ele(a) a informação (*input*) fornecida pela professora colocou-o(a) diante de uma situação excitante repentina, situação essa que na produção textual ativou suas experiências emocionais. O conhecimento de mundo, as crenças e experiências vividas foram fundamentais para o processo criativo/produtivo do texto. Por conseguinte, a situação emotiva sem dúvidas interferiu diretamente em seu desempenho linguístico durante a produção. Damásio (1994) defende que os sentimentos são qualificadores de coisas percebidas ou recordadas. Isso nos leva a crer que as emoções e sentimentos podem fazer, e realmente fazem, parte do processo ostensivo-inferencial.

Segundo Sperber e Wilson (2001) o ser humano precisa demonstrar importância ao enunciado no ato comunicativo, para que a partir dessa demonstração o processo ostensivo-inferencial possa ser mentalmente ativado. No texto mais do que fornecer pistas comunicativas, o autor(a) relata explicitamente sobre as experiências particulares vivenciadas

em situações de violência, evidenciado ostensivamente aos seus leitores sobre os efeitos negativos que tais atitudes podem desencadear.

Destacamos também o papel do contexto que este(a) adolescente estava inserido antes de ir para o acolhimento institucional quando relata na linha 07 que "A reportagem fez eu relembrar". A informação que ele(a) recebeu (*input*) quando assistiu a reportagem, foi extremamente relevante naquele momento, pois, como vimos pela operacionalização da regra *modus ponens*, ao acionar seu processador mental inferiu que se continuasse praticando atitudes violentas poderia se tornar um homicida igual ao homem da reportagem: "Então eu pensei que estava ficando igual a ele", (linha 10). Para a TR o contexto geralmente contém informações derivadas de contextos imediatamente anteriores. Para o caso deste adolescente, a situação de violência que ele estava exposto foi fundamental para o processamento cognitivo a partir daquilo que foi apresentado na reportagem.

Nessa produção inferimos pelos pressupostos da teoria da Relevância que o(a) adolescente atingiu a relevância ótima, e gerou um efeito relevante, quando processou a informação (*input*) dada pela professora. O primeiro indicativo que nos remete a tal conclusão é que ao partir da suposição que o(a) aluno(a) tinha sobre violência, o seu contexto mental na medida em que processou dada informação conseguiu gerar efeitos contextuais relevantes. O segundo indício que nos remete a tal conclusão é o fato do(a) aluno(a) ter conhecimento de causa, inclusive vivenciada, o que nos faz deduzir que o esforço cognitivo que ele teve na interpretação da proposta foi pequeno.

A professora quando comunicou sobre a tarefa a ser realizada não forneceu diretamente uma suposição aos seus alunos, e sim um estímulo linguístico para que a partir daí eles pudessem reconhecê-lo e gerar efeitos cognitivos que tornassem as informações mais manifestas. Ao processar essas informações o(a) adolescente selecionou automaticamente alguns dados, fazendo com que permanecessem no processamento cognitivo somente dados com maior probabilidade de serem relevantes. Ou seja, o processador mental utilizou os ingredientes que foram mais atrativos e relevantes para o caso naquele momento.

Se partirmos dos princípios éticos e legais, em que estamos falando de um texto produzido por um(a) adolescente, o trabalho da professora vai muito além de apenas avaliá-lo como uma tarefa curricular proposta. A professora ao ler uma produção como esta e com base em suas crenças e experiências de mundo provavelmente deve inferir que há ou houve algum problema com esse(a) adolescente, Nesse contexto situacional, é natural que o processo de raciocínio do(a) avaliador(a) não pare apenas nas palavras escritas pelo(a) aluno(a) como um

texto codificado, mas vá além do que está explícito. A função do professor/avaliador é, então, tomar providências junto às instâncias superiores para dirimir o problema do(a) adolescente.

Destacamos mais uma vez a importância do contexto situacional, uma vez que ele não pode ficar apenas em discursos. Apesar das dificuldades que os docentes enfrentam em salas de aula lotadas, uma produção textual como as analisadas acima sugerem estímulos, através da escrita dos alunos, suficientes para apontar que dado(a) adolescente passou e/ou passa por situações adversas. Nesta última produção, a professora sabe que o(a) menor vive numa instituição acolhedora, ou seja, ela sabe o contexto situacional que seu aluno está inserido. Porém, nem sempre isso é exposto aos professores regentes de turma.

Partimos agora para a quarta produção (Anexo 04, p.93). A proposta que segue foi solicitada para alunos do sétimo ano do ensino fundamental II que estudam na rede publica estadual. Para tal atividade, a professora de língua portuguesa passou no quadro um enunciado falando sobre o uso do celular dentro das salas de aula, e solicitou que escrevessem um texto dissertativo de no mínimo 12 e máximo 15 linhas, defendendo o seu posicionamento em relação ao tema.

01 O uso do celular

02 O uso do celular na sala de aula hoje é bom para pesquisar, mas no mesmo 03tempo ele influência coisas ruins para o adolescente. Ex: vídeos pornográficos coisas 04 vulgares que eles pesquisam na internet.

05 O celular é uma ferramenta que deveria ser para um uso hoje só para coisas que 06 necessitam, uma aprendizagem para alunos, pessoas, idosos etc. Em várias escolas 07 hoje está proibido o celular por causa do atrapalhamento da aprendizagem em salas 08 de aula hoje.

A Teoria da Relevância é um aporte teórico que nos permite lançar um olhar interpretativo sobre enunciados a qualquer instante e em qualquer tipo de interação comunicativa, seja ela conversacional ou textual. Segundo Goldnadel e Oliveira (2009, p. 43), muitas vezes o objetivo de um enunciado não é apenas chamar a atenção para o seu significado, mas para conteúdos necessários à atribuição do significado no processo de interpretação.

A proposta textual em questão extrapola os objetivos de mera codificação como também a de um único significado para a interpretação da tarefa solicitada. De acordo com a Teoria da Relevância, para conseguir realizar a atividade o(a) aluno(a) necessitará no mínimo resgatar alguns dados em sua memória enciclopédia, fortalecê-los ou não, vinculá-los uns aos

outros, para daí dar início ao processo de interpretação do *input* (informação nova dada pela professora). Analisemos algumas das possíveis e prováveis tarefas mentais que o(a) autor(a) do texto necessitará realizar antes de interpretar o enunciado, tirar suas conclusões e discorrer sobre o tema:

- Verificar em sua memória enciclopédica os registros que tem sobre o que é um celular, já que é um objeto que pode ter variações conceituais para cada indivíduo. Para determinadas pessoas o celular é visto como uma ferramenta midiática, de armazenamento de dados, com funções fotográficas e de outros registros, bem como um aparelho portátil, fácil de transportar permitindo que a pessoa esteja *online* o tempo todo. Por outro lado para determinadas pessoas o celular é apenas um aparelho pequeno, móvel que serve para comunicar-se. Todos esses conceitos do que é um celular estarão vinculados ao contexto mental, situacional e também social a que o indivíduo que recebeu dada proposta está inserido. E é com base nessas, e outras, informações que o aluno produz o seu texto.
- Ativar o seu processador mental para resgatar, pressupor ou deduzir um contexto escolar em que os alunos já fazem uso do celular em suas atividades escolares, uma vez que, pela proposta pressupomos que esta escola ainda não admite o uso de aparelhos móveis em suas dependências. Por certo será necessário um esforço cognitivo mais intenso por parte do(a) aluno(a) para que possa encontrar respostas sobre como será o ambiente escolar, tendo esta alternativa dentro da sala de aula.
- Buscar em seu banco de dados mental, justificativas relevantes para embasar a sua produção textual, uma vez que terá de dar um *feedback* à professora e este precisa ser estimulante e ostensivo, fazendo com que valha a pena ser lido e compreendido.

Pois bem, pode parecer um processo longo, demorado e trabalhoso imaginar que o(a) aluno(a) precisou realizar no mínimo as tarefas que elencamos acima. Logo, devemos ponderar, sem nos esquecer que nossa mente apesar de complexa é uma poderosa máquina de processamento cognitivo, capaz de realizar operações mentais de maneira extremamente rápida. Continuemos nossa análise partindo do viés de que o enunciado fornecido pela professora foi uma série de conteúdos que juntos e ativados auxiliaram o(a) aluno(a) no processo de interpretação.

Haja vista que o celular é um objeto bastante comum entre as pessoas de várias faixas etárias hoje em dia, e que o tema da produção é o uso do aparelho móvel no ambiente escolar, precisamos apontar com base na escrita do(a) aluno(a) o quanto seu processador mental precisou trabalhar no processamento de todas as informações (*inputs*) distintas fornecidas pela professora. Por mais que o(a) autor(a) tenha tido respostas rápidas do seu processador mental

quando teve contato com o tema celular, por certo, devemos refletir que o *feedback* que ele(a) terá de dar à professora exige muito mais que apenas falar do celular.

Segundo a TR a presunção de relevância ótima se dá quando ocorre um maior número de efeitos contextuais sem exigir muito esforço cognitivo do interlocutor. Verificamos que a produção textual em questão é constituída por 75 palavras e o(a) aluno(a) discorre sobre o tema proposto posicionando-se favorável ao uso do aparelho móvel. Podemos deduzir inferencialmente que a proposta da professora atingiu a relevância ótima apenas parcialmente, haja vista que o texto produzido pelo(a) aluno(a) é demasiado conciso e um tanto vago. Contudo, o texto apresenta pontos positivos e negativos sobre o uso do celular no ambiente escolar.

Para o(a) autor(a) do texto, o telefone celular é antes de mais nada uma ferramenta midiática, e com base em sua escrita é possível apontarmos algumas representações de como a mente do(a) aluno(a) estruturou o seu pensamento. Há uma diferença entre o pensamento (ação interna) e sua manifestação por meio de palavras (ação externa). A organização do pensamento é fragmentada, mas a organização textual (que é a representação do pensamento por meio das palavras) é (ou deveria ser) linear. A sentença (oração ou elocução) é obrigatoriamente linear, porque é construída sequencialmente. No caso do aluno, é possível apontarmos que sua escrita é fragmentada, o que pode ser um indício de que o aluno não domina a estruturação de um texto.

É possível evidenciar o postulado acima nas linhas dois e três quando o(a) aluno(a) escreve “O celular na sala de aula hoje é bom para pesquisar, mas no mesmo tempo influencia coisas ruins para o adolescente”. O exposto exige esforços de interpretação distintos devido a essa fragmentação na organização do pensamento/escrita. Na mesma sentença que o(a) autor(a) aponta sobre a viabilidade do aparelho móvel para pesquisas, ele(a) também aponta para situações negativas.

Abramos um adendo para o fato do(a) aluno(a) não citar redes sociais, uma ferramenta bem presente na vida da maioria das pessoas no mundo inteiro, como uma influência ruim para o adolescente no ambiente escolar. Ao exemplificar as coisas que considera ruins para o adolescente, o(a) autor(a) torna, através dos exemplos citados, manifestas as suposições que teve a partir de sua interpretação.

Outro apontamento que fazemos é nas linhas três e quatro, quando o(a) aluno(a) cita somente dois fatores ruins para o uso da internet, tendo em vista que podemos apontar várias outras coisas como vírus, crimes, informações falsas etc. Ao citar a proibição do celular em algumas escolas (linhas seis e sete) o(a) autor(a) não fundamenta sua posição sobre o que

desencadeia esse atrapalhamento, o que nos direciona novamente para o caminho da fragmentação na organização do pensamento/escrita do(a) aluno(a).

Passemos na sequência à análise da quinta produção textual. Esta produção não foi realizada no espaço escolar. É um trabalho realizado pela pedagoga de uma das unidades de acolhimento com três crianças residentes, de idades entre 10 e 12 anos. A profissional realizou alguns trabalhos (dois encontros) com as crianças sobre as expectativas e realidades que os mesmos têm sobre o mundo, e como atividade complementar pediu para que escrevessem uma carta remetendo a pessoa que quisessem. A pedagoga orientou que nessa carta as crianças poderiam pedir ou contar o qualquer notícia. Das três produções realizadas selecionamos a que foi escrita pelo menor deles, uma criança de 10 anos. (Anexo 05, p.94) Segue a carta escrita pelo infante.

01 Para: Querido Deus

02 Eu quiria sair da casa.

03 Quiria ter uma familha junto comigo

04 Quiria ter um pensamento bom.

05 Quiria ter uma mãe e ficar tudo junto com meus irmão daí eu não tinha uma mente 06 ruim

07 Como agora eu tenho na casa.

Irati, 18 de julho de 2018

Assinado: E

Uma carta, apesar de escasso, ainda é um gênero textual bem presente na vida das pessoas. Hoje com as comodidades e modernidades do mundo virtual apontamos para o e-mail como uma forma de carta eletrônica. As cartas assim como dissertações, crônicas entre outros gêneros textuais têm modalidades distintas. A carta acima, escrita pelo(a) menor dentro da unidade de acolhimento pode ser caracterizada como uma carta pessoal, uma vez que ela procura comunicar algo para alguém através de uma linguagem bem pessoal. Segundo Silva (2002, p.11) uma carta pessoal deve assumir um funcionamento sociocomunicativo sendo uma forma de produção de linguagem socialmente situada, que engendra uma forma de interação particular.

A função das elocuções expressas verbalmente é tornar ao interlocutor algo manifesto pelo locutor. Para a TR uma elocução codifica suposições e pensamentos do mundo real, isto significa que uma elocução vai além do plano de transmissão de pensamentos, haja vista que ela pode expressar atitudes, expectativas, desejos etc. A carta acima é um exemplo claro do

que acabamos de expor. No decorrer das sete linhas a criança expressa através de sua escrita desejos, vontades e expectativas que vão além de apenas transmitir algo.

De acordo com a TR para que essa carta seja interpretada corretamente pelo seu interlocutor, são necessários tanto para o locutor quanto para o interlocutor o partilhamento de alguns quesitos cognitivos mínimos. Embora saibamos que na interação comunicativa entram em ação muitos elementos da comunicação, por questões de espaço, neste texto elencamos abaixo apenas três destes quesitos.

- Informações contextuais conhecidas não só pelo(a) autor(a) da carta, mas conhecidas mutuamente por seu interlocutor.

Logo na segunda linha quando escreve: “Eu quiria sair da casa”, fica claramente expresso que além de uma informação, existe um desejo manifesto a alguém de maneira bem direcionada. De acordo com a TR, para que a interpretação comunicativa ocorra, é necessário que o destinatário da carta tenha no mínimo: conhecimento pessoal com o autor e conhecimento contextual de qual casa a criança se refere quando manifesta o desejo de sair, uma vez que a localização e descrição da casa não estão explícitas na correspondência. Como abordamos anteriormente, quando descrevemos os pressupostos da Teoria da Relevância, quando escreve a carta, a criança tem uma intenção que vai além de informar. Através da informação nova (*input*) que chega ao seu interlocutor vêm também os estímulos para que a pessoa a quem se destine tal correspondência não apenas compreenda sua manifestação de desejo, mas vá além, e através de seu “processador mental” (inferências) chegue a uma conclusão, que é o de ajudar a criança a sair da casa. Podemos dizer que neste caso há um conhecimento mútuo entre autor(a) e leitor(a) da carta.

A aplicação da regra *modus ponens* “Se **P** então **Q**” pelo pseudoleitor explica este raciocínio, que é oriundo de uma manifestação psicológica do aluno: o desejo. Cognitivamente, para o leitor este raciocínio se estrutura da seguinte maneira: **Se** o aluno quer sair da casa (**P**) **então** a carta é um pedido de ajuda para realizar esse pedido **(Q)**.

Contudo, a ostensão mais expressiva (mais relevante) do(a) aluno(a) está expressa no verbo “querer”: quiria sair da casa, quiria ter uma familha junto comigo, quiria ter um pensamento bom, quiria ter uma mãe e ficar tudo junto com meus irmão daí eu não tinha uma mente ruim.

É interessante notar que a construção desse pensamento do(a) aluno(a) é cognitivamente estruturado pela regra inferencial *modus ponens* “Se **P** então **Q**” conjuntiva.

Psicologicamente o verbo “querer” comanda o pensamento. Se tomarmos este verbo como núcleo do pensamento do(a) aluno(a) teremos a seguinte inferência: **Se** (eu saísse da casa, tivesse uma família junto comigo, tivesse um pensamento bom, tivesse uma mãe e ficássemos todos juntos com meus irmãos) **então** (eu não teria uma mente ruim).

De acordo com a TR, essa conclusão inferencial funciona como uma nova premissa para outra inferência conjuntiva. Vejamos: **Se** (eu não tenho isso que desejo e estou na casa) **então** (eu tenho uma mente ruim). Estruturando o pensamento do escritor(a), teremos: “Eu tenho uma pensamento ruim porque estou na casa”.

Essa conclusão deveria servir de alerta para os agentes sociais (psicólogos, assistentes, pedagogos etc.) sobre as condições de vulnerabilidade social – física e psíquica – dos internos às instituições.

Passemos ao segundo elemento que deve ser partilhado pelos interlocutores em uma comunicação.

- Reconhecimento das intenções comunicativas e informativas da criança.

Uma vez que há o conhecimento mútuo das informações entre autor e leitor da carta, as intenções comunicativas e informativas ficam evidentes entre ambos. Quando escreve na quinta linha “Quiria ter uma mãe e ficar tudo junto com meus irmão daí eu não tinha uma mente ruim”, tende a direcionar o leitor para uma conclusão que essa criança nunca teve uma mãe e que tem vontade de ter ou que deseja ter uma mãe que não seja a sua mãe biológica. A interpretação da carta vai depender do conhecimento mútuo que há entre eles (autor(a) e leitor). Como pesquisadores, nós não podemos afirmar se essa criança quer uma mãe “nova” porque não tem um referencial positivo de sua mãe biológica, ou se essa criança manifesta o desejo de ter uma mãe porque não teve a oportunidade de ter uma. Para nós o que está evidente e manifesto é o fato de esse menor ter irmãos. Esta conclusão é derivada inferencialmente do texto: Se (o aluno deseja ficar com seus irmãos) então (ele tem irmãos).

Passemos agora ao terceiro elemento da comunicação.

- A codificação e decodificação linguística existe na comunicação humana, mas, o significado fica por conta de quem?

Conforme vimos no item 2.2 do segundo capítulo, na comunicação os enunciados carregam inúmeras possibilidades de interpretações e de significados. No caso da carta em

estudo, ela tem determinado significado linguístico, já o destinatário dela sem dúvidas vai inferir o significado com base em seus conhecimentos prévios, contexto situacional imediato e anteriores, crenças e todo conhecimento de mundo que tem acerca dessa criança. Como professora nessas instituições, posso afirmar que os significados inferidos por leigos ao internamento são divergentes do meu, que convivo diariamente com esses internos. Então, minha leitura da carta tem como informação, certos componentes que uma pessoa de fora não tem. Pelo fato da comunicação ser inferencial, para o locutor além da intenção de informar existe a intenção do reconhecimento informativo.

Nesta produção fica evidente as diversas possibilidades de hipóteses que podem ser escolhidas pelo leitor durante o processo interpretativo. Tomemos como exemplo a quarta linha que diz "Quiria ter um pensamento bom". O que seria esse pensamento bom? Isso significa que essa criança tem pensamentos ruins? Em que patamar psico-cognitivo eles se encontram? Referem-se a pessoas, situações? O destinatário da carta, provavelmente levantará várias hipóteses acerca do que o excerto acima pode lhe informar. A criança com base no conhecimento e expectativas que tem acerca do seu interlocutor teve a intenção de remetê-lo para uma conclusão direcionada, ou seja, nada é de graça, não existe enunciado/discurso/texto sem sentido ou sem intenção de significado.

Continuemos nosso trabalho analisando a sexta produção escrita (Anexo 06, p.95). De acordo com a professora foi uma atividade avaliativa para fechamento parcial de nota na disciplina de uma turma de sexto ano, a qual propunha a realização de um texto descrevendo sobre os efeitos nocivos que o lixo pode acarretar ao meio ambiente. O valor avaliativo da atividade era de dois pontos. Acompanhemos a escrita do(a) aluno(a).

01 Numa certa tarde Pedro e Isabeli estavam, se arrumando para ir a escola no 02caminho eles encontraram seus amigos e foram para a escola chegando lá 03encontraram a sala tudo suja eles, como são muito educados comesaram a juntar os 04papel, porque se os papel fossem parar nos bueiros isso poderia causar enchente.

05 E poderia prejudicar os cidadão então se todo mundo fisece o mesmo que eles 06não, causaria enchente e nem iria intupir os bueiros vamos todos seguir o conselho 07deles nós vamos ter um mundo melhor.

Segundo a TR um enunciado tende a gerar expectativas de relevância, uma vez que a busca pela relevância é uma característica da cognição humana. Tendo em vista a produção

do(a) menor podemos dizer que o enunciado comunicado pela professora foi relevante ao autor(a) do texto, afinal, temos uma produção realizada. Com base na produção escrita podemos deduzir hipoteticamente e elencar algumas representações que temos do porque o enunciado foi relevante para o(a) aluno(a):

a) Possivelmente o(a) aluno(a) quis cooperar com a professora
b) Possivelmente o(a) aluno(a) tenha afinidade com o tema proposto
c) Possivelmente o(a) aluno(a) quer conquistar a pontuação da atividade
d) Possivelmente o(a) aluno(a) é comprometido com suas atividades acadêmicas

O fato é que ao receber o *input* fornecido pelo enunciado o processador mental desse(a) aluno(a) ativou sua potência máxima para chegar rapidamente e sem muito esforço cognitivo às conclusões para a produção da tarefa proposta. Vejamos que o tema proposto circunda em torno do meio ambiente implicitamente, já a palavra meio ambiente não aparece no decorrer da produção. Logo, o(a) aluno(a) seleciona em sua memória enciclopédica palavras e situações que direcionam o leitor a refletir que sujeiras e papeis não descartados em locais corretos podem interferir no meio ambiente causando enchentes.

Silveira (2002) destaca sobre o quanto nossa mente é econômica e produtiva ao mesmo tempo. Econômica porque tende a esforçar-se cognitivamente o mínimo possível, e, produtiva porque consegue a partir de inferências criar inúmeras possibilidades interpretativas, com o intuito de sempre gerar mais conhecimento. Tal afirmação pode ser vislumbrada nessa produção, já que o(a) autor(a) discute acerca do tema e como forma de enriquecer sua produção cria uma história com personagens, dos quais dois ele(a) nomina de Pedro e Isabeli e os demais caracteriza como amigos.

Segundo a TR a interpretação de uma elocução ocorre quase que instantaneamente. O(a) aluno(a) considera hipóteses e evidências que estão mais acessíveis no momento da enunciação. Durante o ato comunicativo o(a) aluno(a) é direcionado a aceitar a suposição de que o lixo causa efeitos nocivos ao meio ambiente, podendo aceitá-la como verdadeira ou falsa. Os estímulos e a garantia de que tal afirmação é verdadeira estão diretamente atrelados a ostensão do enunciado e da professora que foi a mediadora da tarefa. |A situação comunicativa é guiada pela professora e pelo enunciado, uma vez que dão pistas intencionais com o intuito de orientar os alunos na realização da tarefa.

Segundo Santos (2009) os efeitos contextuais e o esforço de processamento ocorrem independentes da consciência do indivíduo para avalia-los ou não. Isto é, o(a) aluno(a) não

fica avaliando a relevância do enunciado, sua mente processa de maneira extremamente rápida os significados e conclusões que tinha de tirar sobre a tarefa, e logo após as expôs em sua produção textual. Assim, a relevância é evidenciada.

De acordo com a TR, quando vinculou o *input* a sua memória enciclopédica o(a) autor(a) tinha a possibilidade de fazer outras interpretações sobre os efeitos nocivos do lixo no meio ambiente, como por exemplo: que os lixos devem ser separados no momento do descarte, que eles podem ocasionar doenças quando não descartados corretamente, escrever sobre a poluição dos rios, os perigos do lixo a céu aberto, os riscos que a população é exposta quando entra em contato com lixo hospitalar ou lixos químicos. Em fim, a interpretação é única, ou seja, ela depende dos processos inferenciais realizados por cada indivíduo no momento da elocução.

O fato deste(a) aluno(a) ter escolhido falar dos papéis e enfatizado que eles podem desencadear enchentes caso acumulem nos bueiros tem um motivo relevante para ele(a). Embora não saibamos o porquê, podemos supor hipoteticamente que:

a) Presenciou enchente,
b) Já viu bueiros transbordar;
c) Leu matérias que apontam sobre o problema dos bueiros entupidos;
d) Ouviu depoimento de alguém que passou por situação parecida;
e) Foi uma maneira que encontrou de expressar a falta de zelo de outros colegas por jogarem papel no chão;
f) Presenciou pessoas descartando lixo indevidamente;

Todas essas informações, juntas ou individuais, servirão de base para enriquecer o sistema dedutivo-inferencial, de modo a tornar o processamento interpretativo mais rápido e eficiente, isto é, produzir maior efeito com mínimo de esforço. Desse modo podemos dizer que o mecanismo cognitivo em contextos comunicativos direciona o(a) aluno(a) à interpretação de algumas intenções, sejam elas implícitas ou não, justificando suas escolhas linguísticas.

Partiremos agora para nossa sétima e ultima produção textual selecionada do *corpus* (Anexo 07, p.96). Esta proposta de texto é resultado de uma ampla discussão em sala de aula com alunos do nono ano, e que segundo a professora resultou na produção textual como

requisito para fechamento de nota parcial do bimestre. Ao solicitar a avaliação a professora forneceu o seguinte enunciado aos alunos:

> "Nenhum homem deve ser punido a não ser pelo seu próprio crime" Peter Singer
> Tema da Redação: Se uma pessoa cometer um crime hediondo, qual deve ser a pena máxima que ela deve cumprir? No Brasil, não existe a pena de morte, mas muitas pessoas acreditam que a adoção de penas mais rígidas, inclusive a pena de morte diminuiria a criminalidade. Outras pessoas discordam e acreditam que punições severas só gerariam mais violência; elas afirmam que apenas pessoas pobres, que não têm os meios de contratar bons advogados, seriam condenadas à morte. Você é a favor da adoção da pena de morte no Brasil? Defenda sua opinião com argumentos e exemplos verídicos.

Na sequência segue a produção do(a) aluno(a).

01 A pena de Morte

02 No Brasil a sociedade não tem o direito de executar uma pessoa se a pena de 03morte fosse adotado, no meio dos criminosos haveria muitos inocentes que poderiam 04 morrer sem motivo.

05 Se no Brasil existem a pena de morte os criminosos iriam pensar duas vezes 06antes de cometer qualquer crime, o problema é que no Brasil não existem a pena de 07morte os criminosos cometem crime sem medo por que se eles vam preso num dia no 08outro eles já estam soutos de novo, ele não tem o direito de viver, se o criminosos 09matase, estuprase ou sequestrase ele podia passar o resto da vida preso

09 Não é justo porque eles podiam muito bem limpar as celas e trabalhar na 10jardinagem e preparar a comida, a pena de morte poderia ser uma solução porque eles 11iriam pensar antes de fugir da cadeia.

A partir dos pressupostos da TR, esta produção pode ser analisada partindo-se do princípio de que a professora, através do enunciado, teve a intenção de tornar manifesto aos seus alunos uma informação relevante, e, espera que eles, ao reconhecerem a sua intenção, infiram um significado que gere um efeito ativo-reflexivo acerca da proposta. Em princípios teórico-pragmáticos gerais, a partir do momento que este(a) aluno(a) prestou atenção na proposta, redigiu um texto, independente das regras, efeitos e esforço que isso lhe custará,

significa que de imediato observou o Princípio de Cooperação (GRICE, 1975) e foi cognitivamente orientado pelo Princípio da Relevância (SPERBER e WILSON, 2001).

É importante ressaltar que no processo comunicativo cria-se uma aliança entre professor/enunciado e alunos. O enunciado não assume explicitamente uma posição, mas faz uma provocação com o intuito de instigar os alunos. Já a professora tem um posicionamento sobre o tema, embasado em suas experiências de vida. A educadora de certa forma cria expectativas com cunho reflexivo acerca do *feedback* que terá dos alunos. Não há condições de sabermos se ela tornou manifesto seu ponto de vista.

A proposta de produção, que está exposta da seguinte maneira: "Você é a favor da adoção da pena de morte no Brasil? Defenda sua opinião com argumentos e exemplos verídicos" exige do(a) escritor(a) uma ação textual propositiva. Com base na produção escrita deste(a) aluno(a) podemos comprovar que o seu posicionamento não se fez manifesto, uma vez que o(a) adolescente não deixa explicita sua opinião.

Apesar de que nesta produção há uma sequência de digressões que repetem o conteúdo da proposta da professora, é possível especularmos sobre uma provável opinião contra a adoção de pena de morte no país:

a) Muitos inocentes poderiam morrer sem motivo
b) Podia passar o resto da vida preso

Por outro lado, há explícito no texto do adolescente informações que apontam para uma conclusão de que é favorável a pena de morte:

a) Se no Brasil existisse a pena de morte os criminosos iriam pensar duas vezes antes de cometer qualquer crime
b) Os criminosos cometem crime sem medo porque são presos e logo soltos
c) Ele não tem o direito de viver
d) Poderia ser uma solução porque iriam pensar antes de fugir da cadeia

Em qualquer dos casos é possível fazermos uma análise pragmática tomando como referência a regra inferencial *modus ponens* como foi feita anteriormente, a partir das premissas informativas e apontamentos que elencados acima. No entanto, não o faremos por considerarmos que o exercício das primeiras análises que fizemos nas páginas anteriores por si só justifica e explica a opção que fizemos da teoria que subsidia esta pesquisa: a Teoria da

Relevância. Uma análise por essa perspectiva não traria à pesquisa qualquer informação relevante e se tornaria repetitiva.

Contudo, fazendo uso dos pressupostos da TR, podemos deduzir inferencialmente que a dúvida sobre a questão proposta paira no texto do adolescente. Por algum motivo, no decorrer de sua escrita os processo mentais direcionaram o(a) adolescente a conclusões diversas, ou seja, as inferências dedutivas fizeram-no refletir não apenas se é ou não favorável à adoção de pena de morte no país, mas, sobre as possíveis, prováveis, talvez possíveis e prováveis, consequências que podem ocorrer caso se adote tal prática. É possível apontar também, que o(a) aluno(a) demonstra que talvez essa medida radical não seja a melhor opção, mas do jeito que a criminalidade está a situação também não pode ficar. Esses apontamentos podem ser verificados no segundo parágrafo e na primeira linha do terceiro quando o autor aponta que os reclusos poderiam trabalhar para custear suas despesas.

De acordo com a Teoria da Relevância as suposições que vão alimentar o sistema dedutivo-inferencial humano organizam-se através de um *continuum* de maior a menor probabilidade. No processo interpretativo nossa mente tende a selecionar informações partindo das menos ou pouco relevantes às mais relevantes. Uma das suposições deste(a) adolescente é que a pena de morte poderia ser a solução para diminuir a criminalidade, mas, muitos inocentes poderiam morrer injustamente. Uma produção textual, assim como uma conversa e/ou um discurso espontâneo, é imprevisível e pode variar conforme o local, o contexto e a situação as quais o escritor está exposto.

Durante este “diálogo” que ocorre entre professora/enunciado com os(as) alunos(as) através de seus textos, há uma busca pelo consenso, mas às vezes o mal entendido pode surgir, tendo em vista que nem sempre a intenção comunicativa e informativa é alcançada e bem sucedida. A partir da produção que estamos analisando temos explícito no texto pontos positivos e negativos sobre a adoção de pena de morte no país, no entanto, a opinião do(a) adolescente não é explícita.

De acordo com seus conhecimentos prévios, culturais, sociais e morais no Brasil a aplicação da pena de morte seria uma situação incongruente para este(a) adolescente. Não é a toa que o(a) aluno(a) não conseguiu explicitar sua opinião clara e objetivamente, pois o texto discorre sobre uma hipótese que extrapola as crenças e os valores sociais até então conhecidas. A informação da possibilidade de adoção de tal medida no país, expressa na proposta da professora, acabou gerando no(a) adolescente outras informações que não

estavam presentes no enunciado, como por exemplo, a de que os detentos poderiam limpar e trabalhar dentro da carceragem.

Se partirmos da premissa que o objetivo das produções textuais em sala de aula é instigar os alunos à reflexão acerca de um tema proposto, podemos dizer que mesmo que neste caso não tenha ocorrido uma produção em que o aluno(a) se posicionou a favor ou contra a adoção de pena de morte no Brasil, como propunha o enunciado, o tema foi extremamente relevante a ele, uma vez que fez com que o(a) mesmo(a) discorresse sobre a situação manifesta, já que de acordo com a TR o ser humano tende a prestar atenção e processar somente aquilo que é do seu interesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de tentar preencher as lacunas existentes na comunicação humana, bem como tentar explicar uma das afirmações centrais de Grice, de que a expressão e o reconhecimento de intenções são características peculiares e essenciais durante o ato comunicativo, a Teoria da Relevância vem como uma proposta inovadora para os estudos pragmáticos.

Propor a análise de produções textuais, sobre como ocorre à interpretação dos enunciados propostos pelos professores e analisá-los através da escrita dos alunos não foi uma tarefa cognitiva fácil. Apesar da Teoria da Relevância nos permitir um olhar interpretativo para trabalhar com enunciados a qualquer instante e em qualquer tipo de texto, devemos ponderar que o processo inferencial ultrapassa os aspectos linguísticos, uma vez que durante o processamento dos dados as crenças, experiências, estado emocional, cultura, contexto mental e situacional dentre vários outros fatores constituintes da identidade humana são adicionados no processador mental interferindo nas possíveis e prováveis interpretações que o ouvinte fará.

Entender a maneira como os mecanismos cognitivos atuam durante o processamento reflexivo das propostas textuais de produções realizadas por crianças e adolescentes institucionalizadas era, de fato, nosso objetivo. O modelo metodológico a ser seguido? Não, nós não tínhamos. O que tínhamos era uma teoria magnífica em nossas mãos e o desejo de aplicá-la em nosso trabalho.

Ao iniciar nosso trabalho descrevendo o que é o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, procuramos apresentar mais um tipo de contexto situacional no qual nossos alunos estão inseridos. Nenhuma criança de abrigo e/ou casa-lar sai por aí dizendo que mora numa unidade de acolhimento. Em outras palavras, muitas vezes elas têm vergonha de tal situação, porque tal circunstância acaba por expô-las a opiniões indesejadas de colegas, vizinhos, amigos etc. Conforme vimos no primeiro capitulo, os números de acolhimentos institucionais bem como as causas são assustadoras, porém, queremos deixar uma provocação acerca do quão irrisórios ainda são esses índices, uma vez que temos abusos dos mais diversos tipos acontecendo com crianças e adolescentes a cada minuto em nosso país e que não são notificados. As escolas são significativas portas de entrada para denúncias. Portanto, nós pesquisadores e educadores que temos a oportunidade, devemos fazer a diferença, basta assumirmos nosso papel de cidadãos.

Ao dar continuidade a nossa fundamentação teórica no segundo capítulo, vislumbramos que é através do mecanismo dedutivo-inferencial que a Teoria da Relevância nos permite navegar neste universo magnífico da cognição humana, para verificar como ocorre a transformação de informações novas juntadas à memória enciclopédica e que por sua vez geram resultados interpretativos bem sucedidos.

Nosso trabalho não é um achado magnífico, muito pelo contrário, acreditamos que ele pode ser o pontapé inicial para a análise e interpretação de textos. Analisar produções textuais de alunos que foram "pegos de surpresa" com os temas propostos é sem sombra de dúvidas bem diferente de se analisar uma piada, uma charge, uma música, um discurso religioso, uma matéria de jornal etc, que foram previamente selecionados e escritos. Toda produção textual é desafiadora. Já a de crianças e adolescentes institucionalizadas é instigante, uma vez que abre-nos uma lacuna sobre como será sua escrita quando voltar para sua casa, ou for para uma família substituta (adoção).

Nas nossas análises pudemos confirmar algumas de nossas hipóteses, principalmente a de que a interpretação de uma informação ocorre de maneira inferencial, e que os fatores extralinguísticos exercem grande influência no resultado final da produção dos(as) alunos(as). Acreditamos que nossos objetivos foram alcançados parcialmente, já que não pudemos apontar características específicas nas produções que podem ser caracterizadas como marcas específicas de crianças e/ou adolescentes institucionalizados. Para a realização de tal investigação seria necessário um trabalho investigativo minucioso, no qual precisaríamos ter em mãos outras produções textuais de crianças e/ou adolescentes que vivem em outros contextos situacionais que não seja o acolhimento institucional. No que tange as possíveis dificuldades apontadas no início deste trabalho, apontamos que elas surgiram e muitas vezes persistiram em ficar. O ineditismo da pesquisa e a dificuldade para encontrar um método analítico para as produções foram, de fato, bem persistentes.

Com base no trabalho desenvolvido, acreditamos que uma das limitações que paira sobre a Teoria da Relevância, é o fato dela não considerar os sentimentos e emoções, uma vez que centra-se apenas na razão. A nosso ver se os estudos de Damásio (2012) confluíssem com a TR, teríamos um magnífico postulado. Enquanto pesquisadores e após fazer a análise de textos de crianças e/ou adolescentes institucionalizados, reafirmamos nosso posicionamento de que as emoções e os sentimentos interferem no desempenho linguístico, no processo interpretativo e nas conclusões oriundas dos enunciados propostos.

Esperamos que este trabalho instigue professores, pesquisadores, leitores e todos aqueles que se sentem fascinados e apaixonados pela linguagem, estimulando inúmeras

possibilidades para futuras investigações e pesquisas complementares que venham a contribuir na ampliação do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. (Orgs). **A Violência na Sociedade Contemporânea.** Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2010.

ANDRÉ, Marli E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar.** 4ed. Campinas, SP: Papirus, 1995

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. (Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho) PortoAlegre: Arttexto, 1962/1990.

BAGNO, Marcos. **Língua linguagem linguística: pondo os pingos nos ii**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, M. M. **Questões de estilística no ensino da língua**. São Paulo: Editora 34, 2013

BEST, J. W. **Como investicar en educacion**. Madri: Morata, 1972.

BRASIL, **Lei Federal número 13.257 de 8 de março de 2016**. Brasília 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm Acesso em jul 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 2016. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em jan 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:Lei Federal nº 8.069/90**, de 13 de julho de 1990. Brasília.

BRASIL. **O impacto do desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem.** Brasília: Comitê Científico Núcleo Ciência pela Infância, 2014. Disponível em https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/impacto_desenvolvimento_primeira_inf%C3%A2ncia_aprendizagem_NCPI.pdf Acesso em 10 jul 2018.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014.

BRASIL. **Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país.** Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

BROWN, P. & LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language use**. 1987.

CARVALHO, Claudia Maciel. Violência infanto-juvenil, uma triste herança. In: CASTRO, Letícia Fonseca Reis Ferreira. **A trajetória escolar de crianças adotadas: a perspectiva de pais e professores**.2011. 162f. (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo,

Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: file:///D:/Downloads/Leticia_Fonseca_Castro_mestrado%20(1).pdf . Acesso em 03 jul.2017, 17h50.

CHOMSKY, Noam. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1957.

COSTA, Jorge Campos. **A Relevância da Pragmática na Pragmática da Relevância.** Porto Alegre: ediPUCRS, 2008. Disponível em: http://www.pucrs.br/edipucrs/arelevanciadapragmatica.pdf acesso 09 abr 2018.

CRUZ, Fernanda. **Pais são principais responsáveis por violações aos direitos da criança**. São Paulo: Agência Brasil, 2014. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-04/pais-sao-principais-responsaveis-por-violacoes-aos-direitos-da Acesso em set 2019

DAMÁSIO, António R. **Fundamental Feelings**, Nature n.413, pp781, Outubro, 2001. Acesso em 2 jul 2018. Disponível em https://www.sfu.ca/~kathleea/docs/Damasio%20-%20Fundamental%20Feelings.pdf

DAMÁSIO, António R. **O Erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano.** Tradução Dora Vicente, Georgina Segurado – 3ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DASCAL, M. **Fundamentos Metodológicos da Linguística**. v. 4. Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da linguística. Campinas: Unicamp, 1982.

DASCAL, Marcelo. **Interpretação e Compreensão**. (Trad. Márcia Heloísa L. Rocha). São Leopoldo. Unisinos, 2006.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Filosofia da Linguagem: Introdução crítica à semântica filosófica**. Florianópolis:Ed.da UFSC, 2014.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** 2ª Ed. São Paulo:UNESP, 2011.

FODOR, J. A. **The modularity of mind: an essay on faculty psychology**. MIT: Massachusetts, 1983.

GOLDNADEL, Marcos. OLIVEIRA, Rita de Cássia. **Contribuições da Teoria da Relevância para a prática de interpretação de textos: uma ilustração por meio de textos de humor.** Revista Linguagem e Ensino, Pelotas, vol.12, 2009. Disponível em https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/173405/000719408.pdf?sequence=1 Acesso em mai 2019

GRICE, H. P. Logic and conversation. In P. Cole e P. Morgan (eds). **Syntax and semantics**. Academic Press, New York: 1975, 41-58.

GRICE, H. P. **Lógica e Conversação**. Tradução de Geraldi, J. W. do original: Logic and Conversation (1967). In: DASCAL, M. (Org.). Fundamentos Metodológicos da Lingüística, 5: pragmática - problemas, críticas, perspectivas da lingüística - bibliografia . Campinas: Unicamp, 1982.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós- modernidade.** Rio de Janeiro: DP& A, 2002.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

KOCH, I.G.V. **O texto e a construção dos sentidos.** São Paulo: Contexto, 1997

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEDOUX, Joseph. **Cérebro Emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LENCIONI, Caio. 47 mil crianças e adolescentes vivem em abrigos no Brasil. Observatório do Terceiro Setor. São Paulo, 29 jan 2018. Disponível em: https://observatorio3setor.org.br/carrossel/47-mil-criancas-e-adolescentes-vivem-em-abrigos-no-brasil/ Acesso em ago 2019

LERNER, Délia. **Ler e escrever na escola o real, o possível e o necessário**. São Paulo: Artmed, 2002.

MUSSALIM, Fernanda. BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez, 2001.

NAZÁRIO, Maria de Lurdes. **EstudoPragmático: A Teoria da Relevância no Processo Comunicativo.** Inhumas. REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-InhumasISSN 1984-6576 – v. 3, n. 2 – outubro de 2011 – p. 56-67. Disponível em: file:///D:/Downloads/2879-8577-1-PB%20(3).pdf Acesso em 09 mai 2018.

PAULI, Sueli Cristina de. FERREIRA, Maria Clotilde Rosseti. **Construção das dificuldades de aprendizagem em crianças adotadas.** 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n138/v39n138a10.pdf . Acesso em: 10 nov 2016.

QUEIROZ, Eduardo de C. **Marco Legal pela Primeira Infância: Uma grande oportunidade**. In: Brasil. Primeira Infância: Avanços do marco legal da Primeira Infância. Brasília: 2016. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudos/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia Acesso em: jun 2019

RAJAGOPALAN, K. **Os caminhos da pragmática no Brasil**. DELTA 15, nº especial, p. 323-338. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S0102-44501999000300013&lng=en&tlng=pt. Acesso em ago 2019.

RAUEN, Fabio José. **Inferências em Resumo com Consulta ao Texto Base: Estudo de Caso com Base na Teoria da Relevância**. In. RAUEN, Fabio José, SILVEIRA, Jane Rita Caetano da. (Orgs.) Linguagem em discurso: Teoria da Relevância. Tubarão: Unisul, 2005.

REYES, Graciela. **El abecé de La pragmática.** Madrid: Arco-libros, 2003.

SANTOS, Sebastião Lourenço dos. **A interpretação da piada na perspectiva da teoria da relevância.** 2009. 317 f. Tese de doutorado em Estudos Linguísticos – Universidade Federal

do Paraná, Curitiba.

SANTOS, Sebastião Lourenço dos. **A Relevância Afetiva e a (Complexidade da) Interpretação Humana**. 2017. II Congresso Internacional de Estudos em Linguagem. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. Disponível em: file:///D:/Downloads/galoa-proceedings--ciel-2017--66538.pdf Acesso em fev 2019

SANTOS, Sebastião Lourenço dos. **Contexto e Contextualização: Quando o significado acontece.** VII Ciclo de Estudos em Linguagem, Ponta Grossa, p. 700-708, 2013. Disponível em: https://sites.uepg.br/ciel/2013/files/ANAIS.pdf Acesso em jul 2017

SANTOS, Sebastião Lourenço dos. GODOY, Elena. **A Pragmática no Brasil: Trajetórias e Perspectivas**. *In:* COSTA, Jorge Campos. **Gate to Pragmatics: uma introdução a abordagens, conceitos e teorias da Pragmática.** Porto Alegre. EDIPUCS: 2017. Disponível em: http://editora.pucrs.br/projetos/251115-001/app/#/equipe Acesso em set 2019

SANTOS, Sebastião Lourenço dos. **O Enigma da Piada Convergências Teóricas e Emergência Pragmática.** Ponta Grossa: UEPG, 2014.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos**. 2002. Tese de doutorados em Estudos Linguísticos – Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/romulo/UM%20estudo%20sobre%20o%20g%C3%AAnero%20carta%20pessoal%20de%20JANE%20QUINTILIANO.pdf Acesso em jul 2019

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da.; FELTES, Heloísa Pedroso de. **Pragmática e cognição. A textualidade pela relevância**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=j3UFAo6p8sQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false Acesso em 14 mai 2018

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. **Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância e outros ensaios.** 3. ed. Porto Alegre: DIPUCRS, 2002

SIQUEIRA, Aline Cardoso. DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura.** Revista Psicologia & Sociedade vol 18. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a10v18n1.pdf Acesso em jan 2017

SMITH, C. STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores.** Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2001.

SPERBER, Dan. WILSON, Deirdre. **Relevância: Comunicação e Cognição.** Tradução Helen Santos Alves. Lisboa: CalousteGulbenkian, 2001

SPERBER, Dan. WILSON, Deirdre. **Teoria da Relevância**. Linguagem em (Dis)curso vol 05. 2005. pag. 221-268. Disponível em file:///D:/Downloads/287-305-1-PB%20(1).pdf Acesso em dez 2017

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes,2001.

WAJNTAL, Mira. **Clínica com crianças: enlaces e desenlaces.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

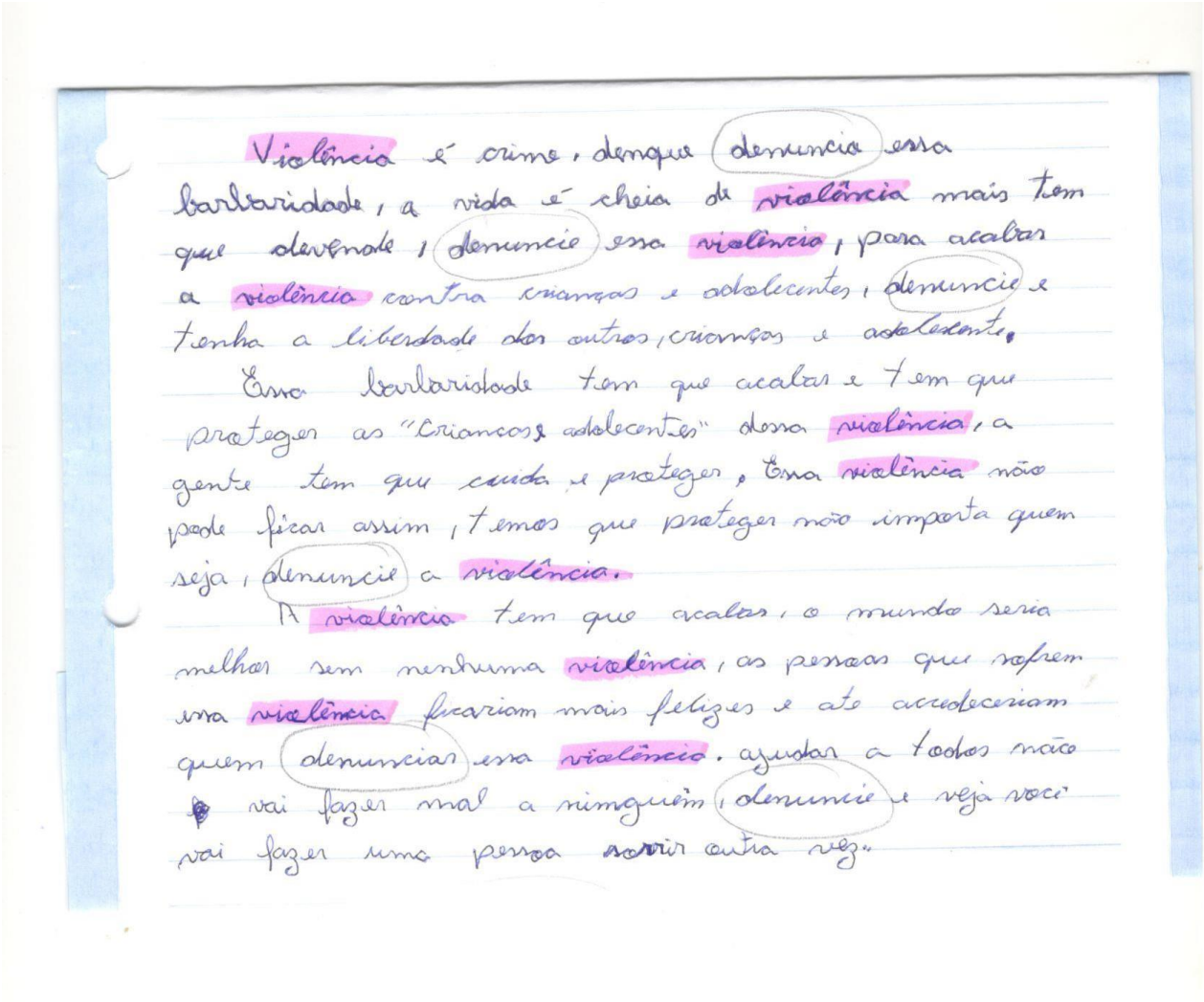
ANEXO A – Produção Textual 01

E A HISTÓRIA CONTINUA...

① OBSERVE A GRAVURA ABAIXO E CONTINUE A HISTÓRIA.

PAULINHO E O SEU PAPAGAIO DUQUE ESTAVAM PESCANDO, QUANDO, DE REPENTE... Ele pegou um peixe bem grande, o paulinho se assustou por que o peixe era bem brabo o papagaio duque ficou bem feliz por que o peixe ia dar uma janta bem gostoza para família e branco do paulinho. Estava balançando e branco parecia que ia cair no mar e o paulinho ia perder o peixe e não ia ter uma boa janta gostoza paulinho ficou triste e o paulinho a alegrou e pegou o peixe e o paulinho estava indo para a janta da família

ANEXO B – Produção Textual 02

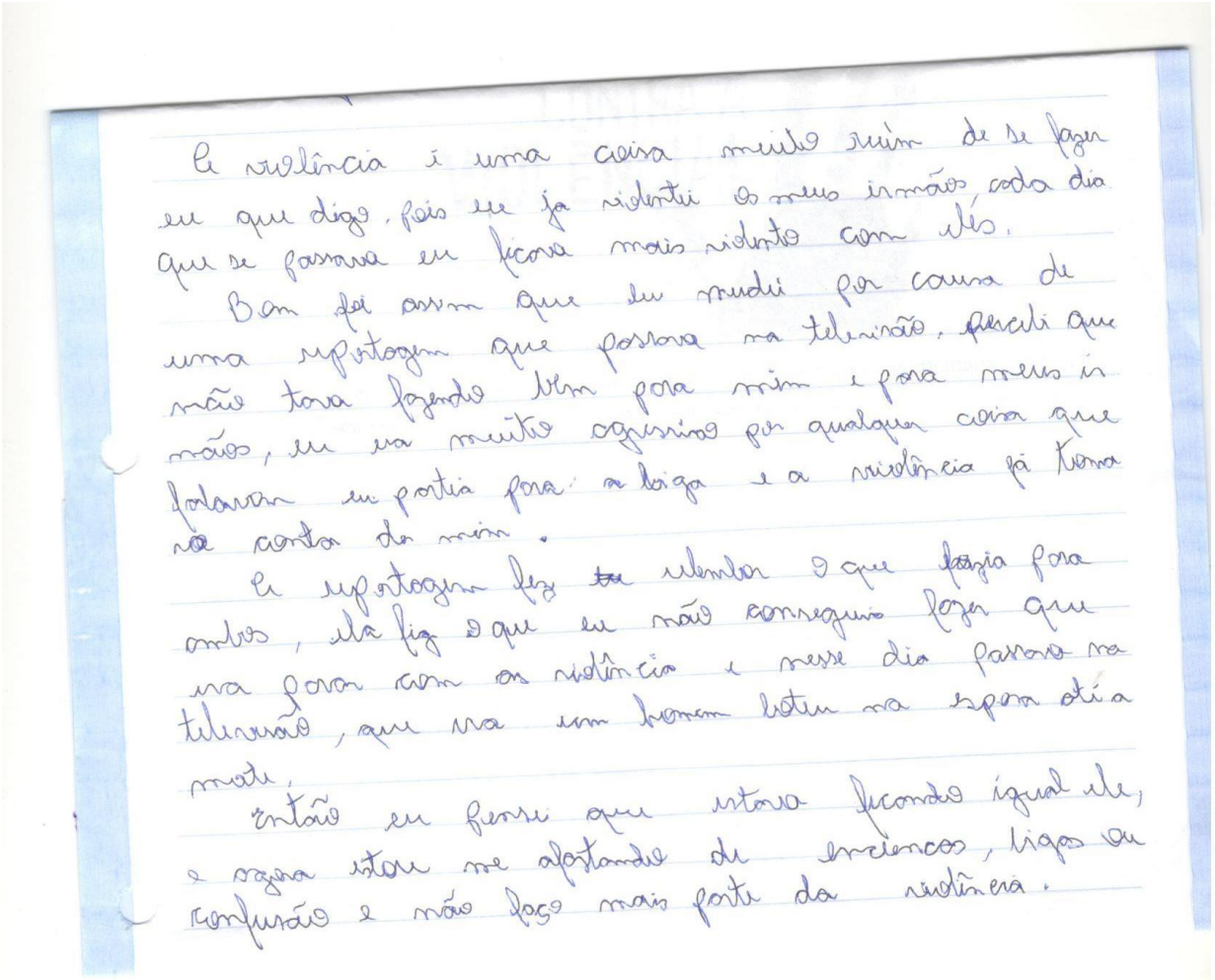


Violência é crime, denque denuncia essa barbaridade, a vida é cheia de violência mais tem que denunciar, denuncie essa violência, para acabar a violência contra crianças e adolescentes, denuncie e tenha a liberdade dos outros, crianças e adolescentes.

Essa barbaridade tem que acabar e tem que proteger as "Crianças e adolescentes" dessa violência, a gente tem que cuida e proteger, Essa violência não pode ficar assim, temos que proteger não importa quem seja, denuncie a violência.

A violência tem que acabar, o mundo seria melhor sem nenhuma violência, as pessoas que sofrem essa violência ficariam mais felizes e até agradeceriam quem denunciar essa violência. ajudar a todos não vai fazer mal a ninguém, denuncie e veja você vai fazer uma pessoa sorrir outra vez.

ANEXO C – Produção Textual 03



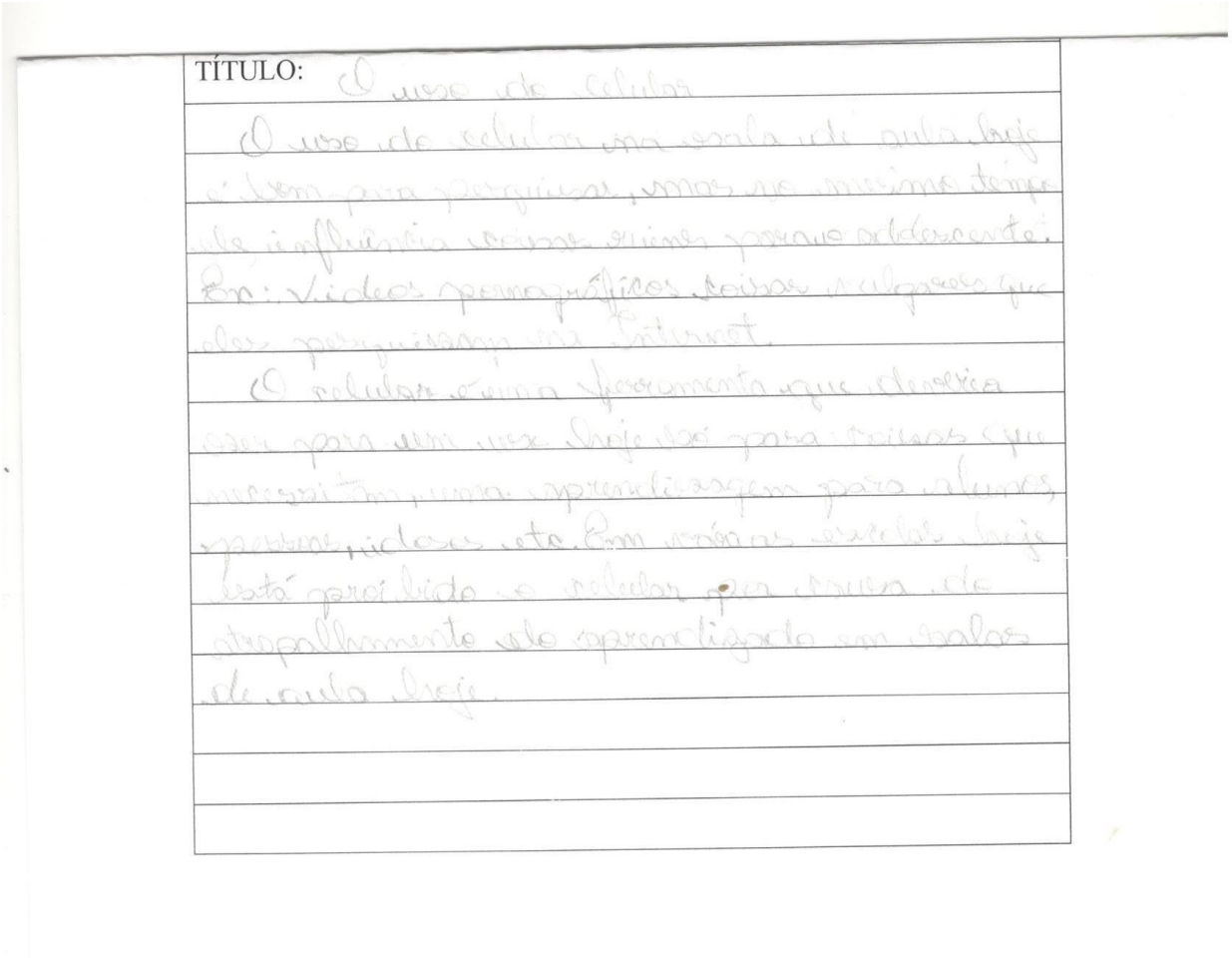
A violência é uma coisa muito ruim de se fazer eu que digo, pois eu já vivenciei os meus irmãos, todo dia que se passava eu ficava mais violento com eles.

Bom foi assim que eu mudei por causa de uma reportagem que passava na televisão, percebi que não tava fazendo bem para mim e para meus irmãos, eu era muito agressivo por qualquer coisa que falavam eu partia para a briga e a violência já tava na conta de mim.

A reportagem fez ~~te~~ refletir o que fazia para ambos, ela fez o que eu não consegui fazer que era parar com a violência e nesse dia passava na televisão, que era um homem lutar na espada até a morte.

Então eu pensei que estava ficando igual ele, e agora estou me afastando de encrencas, brigas ou confusão e não faço mais parte da violência.

ANEXO D – Produção Textual 04

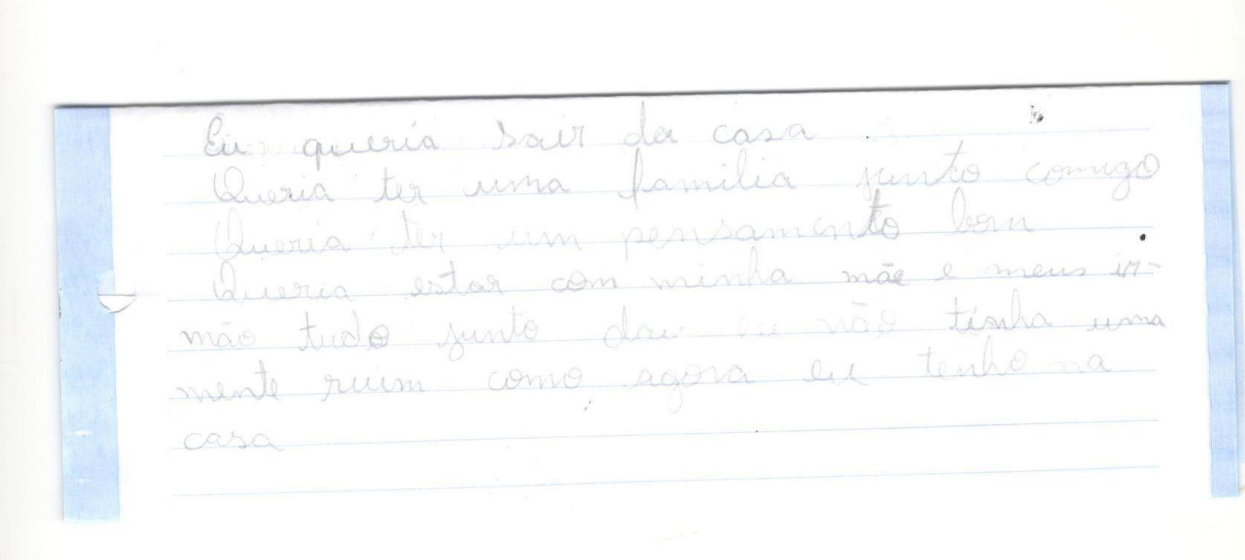


TÍTULO: O uso de celular

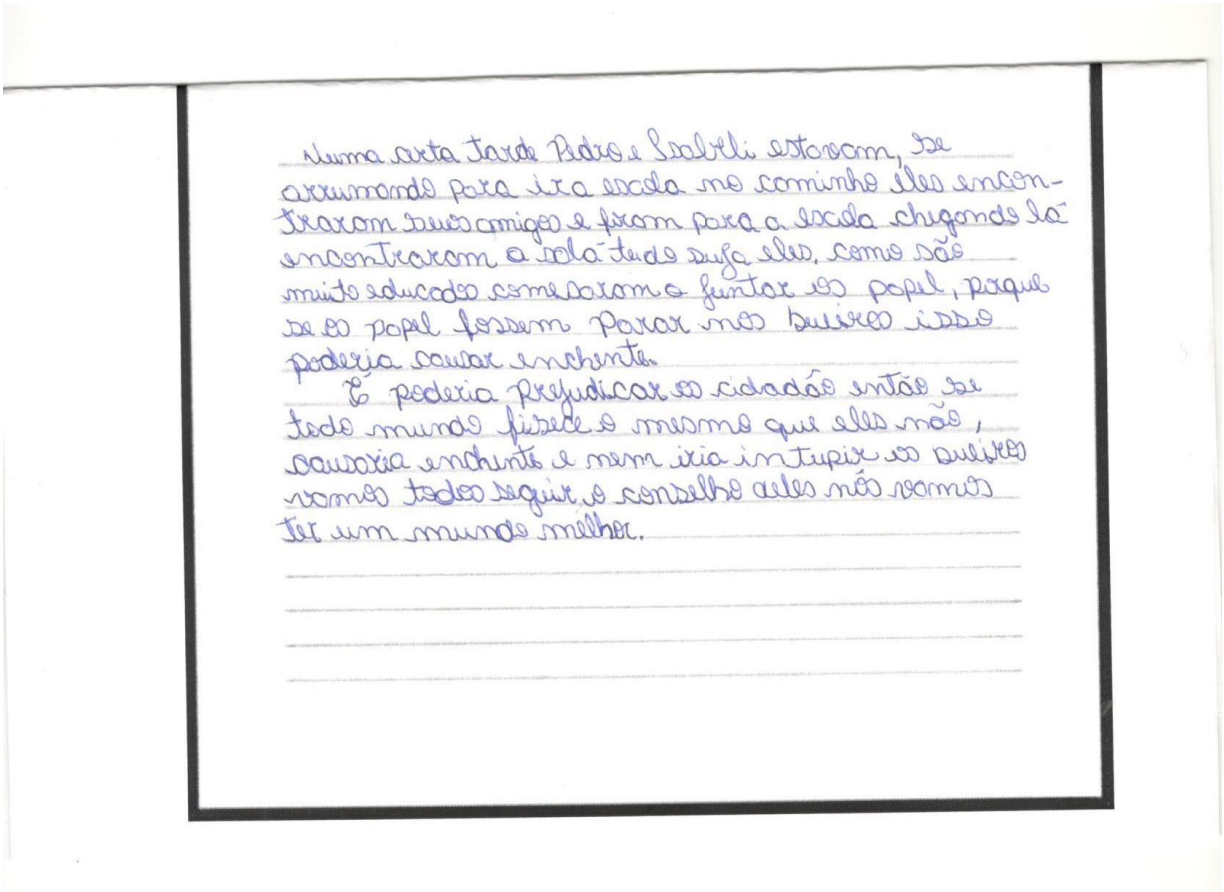
O uso de celular em sala de aula hoje é bom para pesquisas, mas ao mesmo tempo ele é influência ruim para o adolescente. Ex: Vídeos pornográficos, coisas vulgares que eles pesquisam na Internet.

O celular é uma ferramenta que ela utiliza para um uso. Hoje vai para fotos que necessitam uma aprendizagem para alunos especiais, ledores, etc. Em minhas escolas, hoje está proibido o celular, por causa do atrapalhamento dele aprendizado em salas de aula hoje.

ANEXO E – Produção Textual 05


Eu queria Sair da casa
Queria ter uma familia junto comigo
Queria ter um pensamento bom
Queria estar com minha mãe e meus irmãos tudo junto daí eu não tinha uma mente ruim como agora eu tenho a casa

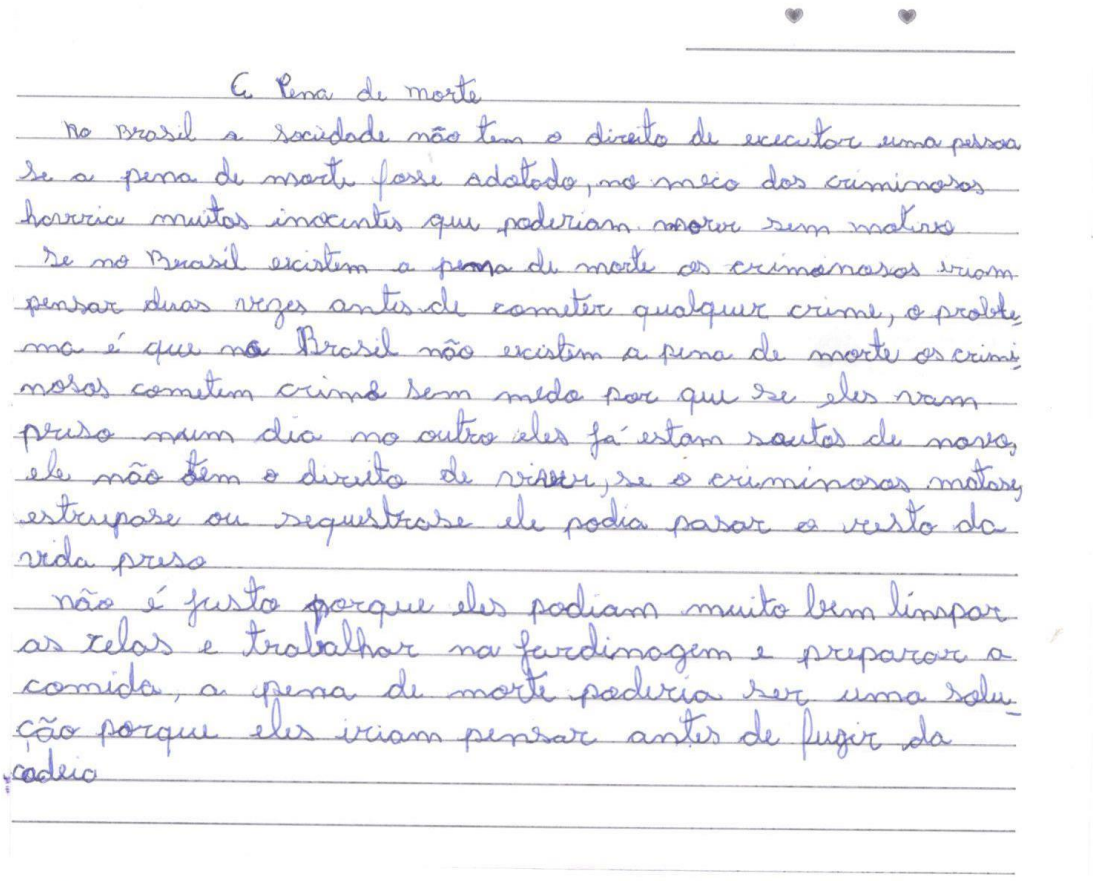
ANEXO F – Produção Textual 06



Numa certa tarde Pedro e Isabeli estavam se arrumando para ir a escola no caminho eles encontraram seus amigos e foram para a escola chegando lá encontraram a sala toda suja eles, como são muito educados começaram a juntar os papel, porque se os papel fossem parar nos bueiros isso poderia causar enchente.

E poderia prejudicar os cidadão então se todo mundo fizesse o mesmo que eles não, causaria enchente e nem iria interpir os bueiros vamos todos seguir o conselho deles nós vamos ter um mundo melhor.

ANEXO G – Produção Textual 07



A Pena de morte

No Brasil a sociedade não tem o direito de executar uma pessoa se a pena de morte fosse adotado, no meio dos criminosos haveria muitos inocentes que poderiam morrer sem motivo

Se no Brasil existem a pena de morte os criminosos iriam pensar duas vezes antes de cometer qualquer crime, o problema é que no Brasil não existem a pena de morte os criminosos cometem crimes sem medo por que se eles vam preso num dia no outro eles já estam soltos de novo, ele não têm o direito de viver, se o criminosos matasse estrupase ou sequestrase ele podia pasar o resto da vida presa

não é justo porque eles podiam muito bem limpar as celas e trabalhar na fardinagem e preparar a comida, a pena de morte poderia ser uma solução porque eles iriam pensar antes de fugir da cadeia